

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

**DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO PNAE EM REGIÃO
ATINGIDA PELA MINERAÇÃO**

Tayrine Parreira Brito

**Itajubá - MG
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

Tayrine Parreira Brito

**DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO PNAE EM REGIÃO
ATINGIDA PELA MINERAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Sociedade

Orientadora: Dra. Viviane Guimarães Pereira

Coorientador: Dr. Adriano Pereira Santos

**Itajubá – MG
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: **Tayrine Parreira Brito**

Título: **Desenvolvimento rural e políticas públicas: desafios e possibilidades do PNAE em região atingida pela mineração.**

Dissertação apresentada em 09 de abril de 2018

À Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^ª. Dr^ª. Viviane Guimarães Pereira (Orientadora)
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

Prof^º. Dr^º. Adriano Pereira Santos (Coorientador)
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)

Prof^º. Dr^º. Luiz Carlos Dias Rocha
IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes

Prof^º. Dr^º Bruno Milanez
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Prof^º. Dr^º. Luiz Felipe Silva
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

Aprovada (X) Aprovada com restrições () Reprovada ()

Dedico este trabalho a agricultura familiar brasileira que mesmo com tantos desafios
ainda garante os nossos alimentos de cada dia.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente expresso minha profunda gratidão à energia/ser maior/Deus/Deusa que me concedeu a vida.

Agradeço a minha família, minha mãe Marlene e ao meu pai Dilson, pelo apoio e por me ensinar a não encarar com naturalidade as injustiças e lutar para construção de uma sociedade melhor. Aos meus irmãos Tiago e Davi pelo amor que sinto por eles e a mais nova integrante da família, minha sobrinha Lorena que nos enche de alegria. É mágico acompanhá-la crescendo.

Ao meu companheiro Luís pelo amor, carinho, paciência e cumplicidade, por me garantir que as coisas sempre darão certo, por tornar minha caminhada mais leve e alegre.

Aos meus orientadores Viviane e Adriano pessoas pelas quais tenho uma imensa admiração, me acolheram com muito carinho e paciência, fazendo com que eu conseguisse superar as dificuldades.

A todos os membros do Núcleo Travessia (Gabriela B., Samantha, Gabriela S. Ednilson, Pâmela, Kalahan, Pedro, Miguel, André, Vitor, Juliana, Viviane, Luiz Felipe, Daniela) pelos compartilhamentos e parceria, tornando meu olhar multidisciplinar diante da realidade.

A todos os meus amigos e amigas, alguns mais próximos, outros distantes, mas certamente sem vocês eu não teria conseguido.

A Cáritas pelo apoio e atenção dada durante todo o trabalho de campo.

Aos professores do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes do curso de Gestão Ambiental e aos professores da UNIFEI do PPG DTecS, carrego um pouquinho de cada um que participou da minha formação, e sou muito grata por ter tido tantos professores e professoras especiais.

Aos agricultores e agricultoras que me receberam.

As pessoas que me deram carona, principalmente os caminhoneiros pelas conversas, companhia e conselhos.

Ao meu sogro e minha sogra pelo apoio e incentivo.

Aos servidores que trabalham na PRPPG da UNIFEI que são fundamentais para que todas as dissertações e teses aconteçam.

E a CAPES, pelo financiamento, pois, sem apoio financeiro seria impossível para mim conseguir cursar o mestrado e realizar esta pesquisa.

“A primeira condição
para modificar a realidade
Consiste em conhecê-la”.

EDUARDO GALEANO

RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida nos municípios de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim (MG), localizados na área de influência direta do Projeto de mineração Minas-Rio. Considerando que a situação da agricultura familiar tem se agravado na região com os impactos do grande projeto de mineração, a investigação partiu de uma demanda da sociedade civil organizada, coordenada pela Cáritas Regional de Minas Gerais, que desenvolve algumas ações de promoção da permanência dos agricultores familiares no campo. Considerando também que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a implementação da Lei nº 11.947/2009 tem sido uma das possibilidades de incentivo e valorização da agricultura familiar, o objetivo deste trabalho foi analisar os desafios e possibilidades do PNAE para o desenvolvimento rural e para o fortalecimento da agricultura familiar atingida pela mineração. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar de abordagem qualitativa que, por meio de entrevistas orientadas com roteiros semiestruturados e pesquisa documental buscou verificar se e como o PNAE é capaz de contribuir para atender a demanda histórica da agricultura familiar - reconhecendo, fortalecendo e desenvolvendo as comunidades rurais atingidas pela mineração. Os resultados indicam a existência de dois projetos pensados para o desenvolvimento rural no Brasil: o de abordagem territorial que valoriza os aspectos culturais da agricultura familiar e o agronegócio que tende a padronizar a produção dos grandes e pequenos produtores para o mercado e exportação. O PNAE faz parte do desenvolvimento rural de base territorial, demonstrando ser uma política importante para a agricultura familiar. No entanto, apresenta algumas limitações e desafios à participação efetiva dos agricultores e conforme os dados levantados, os grandes projetos de mineração constituem-se em grandes obstáculos tanto ao desenvolvimento de base territorial quanto à participação da agricultura familiar junto ao PNAE. Contudo, a pesquisa permite afirmar que o PNAE, é capaz de contribuir para a transformação da realidade da agricultura familiar brasileira.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Desenvolvimentismo; Violação de Direitos; Impactos Ambientais; Mercado Institucional.

ABSTRACT

The present research was developed in the municipalities of Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro and Dom Joaquim (MG), located in the area of direct influence of the Minas-Rio Mining Project. Considering that the situation of family agriculture has worsened in the region with the impacts of the large mining project, the research was based on a demand from organized civil society, coordinated by the Caritas Regional of Minas Gerais, which develops some possibilities for the permanence of family farmers in the fields. And the National School Feeding Program (PNAE), with the implementation of the Law 11,947 / 2009, has been one of the possibilities for encouraging and valuing family agriculture. Thus, the objective of this work is to analyze the challenges and possibilities of the PNAE for rural development and for the strengthening of the family agriculture affected by mining. It is an interdisciplinary research with a qualitative approach that, through guided interviews with semi-structured scripts and documentary research, sought to verify if and how the PNAE is able to contribute to the historical demand of family agriculture - recognizing, strengthening and developing communities affected by mining. The results indicate the existence of two projects designed for rural development in Brazil: the territorial approach that values the cultural aspects of family agriculture and the agribusiness that tends to standardize the production of large and small producers for the market and exportation. The PNAE is part of territorially based rural development, proving to be an important policy for family agriculture. However, it presents some limits and challenges to the effective participation of the farmers and according to the data collected, the large mining projects constitute great obstacles both to the territorial base development and to the participation of the family agriculture with the PNAE. However, the research allows to affirm that the PNAE is capable of contributing to the transformation of the reality of Brazilian family agriculture.

Key-words: Family Agriculture; Developmentalism; Violation of Rights; Environmental impacts; Institutional Markets.

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	13
I. Introdução.....	13
i. Objetivos.....	15
II. Percurso Metodológico.....	15
i. Classificação da pesquisa	15
ii. Procedimentos de coletas de dados	16
iii. Procedimentos de análises de dados	20
CAPITULO I - O PROJETO MINAS-RIO E A PROMESSA DO DESENVOLVIMENTO.....	22
1.1. O projeto	23
1.2. A região e a implantação do Projeto	27
1.3. O desenvolvimento como uma falsa promessa.....	34
CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL.....	43
2.1. História e atualidades do desenvolvimento rural brasileiro.....	43
2.2. O camponês e o agricultor familiar: quem são esses sujeitos?.....	53
2.3. Políticas públicas de desenvolvimento rural: olhando para agricultura familiar .	57
CAPÍTULO III - A IMPLEMENTAÇÃO DO PNAE EM MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO	63
3.1. Questões sociais e a relevância sócio-política do PNAE.....	63
3.3. A gestão municipal e estadual do PNAE nos municípios atingidos pela mineração	68
3.4. Análise da informação que a agricultura familiar local tem sobre o programa...	69
3.4. As influências do Projeto Minas-Rio sobre a dinâmica do PNAE: como a atividade minerária pode ser um entrave para o desenvolvimento rural territorial	72
3.5. Os desafios, limites e potencialidades da participação da agricultura familiar no PNAE: a área de estudo como reflexo da realidade nacional	81
3.6. O significado do PNAE para as famílias agricultoras	97
4. Considerações Finais	106
5. Referências Bibliográficas.....	110
6. Anexos	120

Lista de Figuras

Figura 1: Sequência circular de pesquisa em ciências sociais.	20
Figura 2: Área de estudo	23
Figura 3: Planta industrial minerária e barragem de rejeitos em Conceição do Mato do Dentro e Alvorada de Minas – MG, aproximadamente 30 km ²	24
Figura 4: Extensão do mineroduto do Projeto Minas-Rio.	25
Figura 5: Porto do Açú, São João da Barra – RJ.....	25
Figura 6: PNAE de 1995 a 2014: orçamentos e alunos beneficiados	68
Figura 7: Conhecimento das famílias de CMD sobre o PNAE.....	70

Lista de Siglas

AM – Alvorada de Minas

Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CECAF - Comissão Especial de Compras da Agricultura Familiar

CECANE - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar

CMD – Conceição do Mato Dentro

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DJ – Dom Joaquim

DRT – Desenvolvimento Rural de base Territorial

EEx – Entidade Executora

EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEC – Ministério da Educação

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PACS - Projetos Alternativos Comunitários

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNHR – Programa de Habitação Rural

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PTC – Programa Territórios da Cidadania

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar

UEx – Unidade Executora

UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá

APRESENTAÇÃO

I. Introdução

Esta pesquisa é parte do projeto “Levantamento das potencialidades da agricultura familiar e agroecológica das comunidades rurais atingidas pela mineração nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim-MG”¹, financiado pela Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais² e executado pelo Núcleo Travessia³ (Núcleo de Pesquisa, Extensão e Apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural) da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), projeto este iniciado em 2015 e finalizado em agosto de 2016, registrado na Diretoria de Pesquisa e Inovação (DPI).

A pesquisa surgiu de uma demanda social apresentada pela Cáritas, que tem atuado na região por meio de assessoria técnica e política, com fomento às iniciativas populares de geração de renda para agricultura familiar. A demanda era de compreender o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na região e de forma concreta indicar as possibilidades do programa para o desenvolvimento rural das comunidades rurais atingidas.

O meu contato com o PNAE, que antecede a pós-graduação, começou pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do sul de Minas Gerais, quando passei a compor o quadro técnico do movimento, realizando um trabalho “técnico-militante”. Por meio deste trabalho e militância, participei de espaços de discussões e planejamentos do Setor de Produção Estadual do MST, sendo que um dos objetivos centrais do setor era que as famílias assentadas e acampadas do estado de MG

¹ Esta pesquisa teve como objetivo reconhecer o potencial da agricultura familiar, suas características e peculiaridades, para o fomento dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) coordenados pela Cáritas, através dos Fundos Solidários. Os PACs foram garantidos através do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público Federal e o empreendedor, como forma de minimizar os impactos econômicos e sociais gerados pelo empreendimento.

² Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade ecumênica de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento sustentável solidário.

³ O Núcleo de Pesquisa, Extensão e apoio à Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – Núcleo Travessia – é um grupo de pesquisa e suporte à agricultura familiar, criado em 2015, através de um coletivo de pessoas interessadas na temática sobre o rural e o campesinato. O Núcleo está ligado à linha de pesquisa Desenvolvimento e Sociedade, do Programa de Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS), da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Sua equipe é formada por professores, estudantes e profissionais. Mais informações disponíveis em: <<https://nucleotravessia.unifei.edu.br/>>.

conseguissem participar do PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Passei a orientar tecnicamente as famílias, aprendi os processos burocráticos, conheci as dificuldades de perto e presenciei o potencial e a importância deste programa para agricultura familiar.

Entendendo a academia como um instrumento de luta; e um espaço que deve ser disputado e ocupado, participei do processo de seleção do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) da UNIFEI, com um projeto que propunha compreender e dar luz às dificuldades das famílias agricultoras assentadas no acesso ao PAA e PNAE. Aprovada no Processo Seletivo do Programa DTecS, fui convidada por minha orientadora a fazer parte do Núcleo Travessia e participar do projeto em parceria com a Cáritas, que já estava em andamento. Participei do trabalho de campo, conheci a realidade da área de estudo da agricultura familiar atingida pela mineração e fui apresentada às demandas da Cáritas, com relação ao PNAE.

Houve um grande encontro de intenções: a minha proposta inicial de pesquisa, o projeto do Núcleo Travessia, que estava em andamento e a demanda que a Cáritas apresentou. Assim, decidimos, eu e minha orientadora, que minha dissertação seria então um desdobramento deste projeto e iria possibilitar um aprofundamento no entendimento do funcionamento do PNAE nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, compreendendo as implicações e contradições do Projeto de Mineração para o Desenvolvimento Rural.

A pergunta/problema norteadora deste trabalho surgiu a partir deste encontro de intenções e busca responder a seguinte questão: “de que forma o PNAE é capaz de contribuir para atender a demanda histórica da agricultura familiar e das comunidades rurais atingidas pela mineração por políticas públicas diferenciadas de reconhecimento, fortalecimento e desenvolvimento do meio rural?”. E se desdobra em outra pergunta: “de que forma a mineração pode interferir e influenciar a dinâmica deste programa?”.

O trabalho está estruturado nesta parte introdutória que apresenta os objetivos e o percurso metodológico da pesquisa e em mais três capítulos, divididos da seguinte forma: Capítulo I – O Projeto Minas-Rio e a promessa do desenvolvimento; Capítulo II – Desenvolvimento rural no Brasil; Capítulo III – A implementação do PNAE em municípios atingidos pela mineração.

i. Objetivos

O objetivo principal do trabalho é analisar as contribuições do PNAE para o desenvolvimento rural e para o fortalecimento da agricultura familiar atingida pela mineração. Considerando a complexidade do problema, destacam-se ainda os objetivos específicos:

- 1) analisar a gestão do programa pelos mecanismos de acesso dos agricultores familiares ao PNAE nos municípios estudados e seus entraves;
- 2) investigar como este mercado institucional contribui para a geração (complementação) de renda das famílias agricultoras;
- 3) analisar as implicações geradas pela mineração no processo de execução do programa; e
- 4) analisar de que maneira essa política pública se alinha/complementa às demais políticas de desenvolvimento rural.

II. Percurso Metodológico

i. Classificação da pesquisa

A presente pesquisa é de natureza qualitativa e busca explicar a realidade manifestada pelos próprios sujeitos da situação social. A área de estudo foi delimitada a partir do projeto coordenado e executado pelo Núcleo Travessia, do levantamento dos potenciais produtivos da agricultura familiar dos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim, em parceria com a Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais, em resposta às demandas da população rural atingida diretamente pela mineração.

A pesquisa está associada, a um trabalho de amplitude maior – com outros temas e problemas de pesquisa vinculados. Por isso, foi realizado um recorte sobre o PNAE, no qual a pesquisadora buscou entender com maior profundidade o programa, discutindo as relações e a atuação dos sujeitos envolvidos. É uma pesquisa que possui uma natureza interdisciplinar - com diversos olhares sobre os temas e problemas levantados porque, além de ser resultado de demanda socialmente organizada, é marcada pela interdisciplinaridade, área na qual o programa de Mestrado está vinculado.

Por meio do Núcleo Travessia, o movimento da interdisciplinaridade tornou-se possível: pesquisadoras e pesquisadores de formações distintas (Gestão Ambiental;

Economia; Engenharia Mecânica; Engenharia Ambiental; Engenharia Hídrica; Administração; História) têm se proposto a realizar estudos e projetos de desenvolvimento rural e agricultura familiar, contribuindo para a realização desta pesquisa. De acordo com Fazenda; José; Santos (2016, p. 62) “o pesquisador caminha em direção a um saber interdisciplinar na medida em que se torna parceiro de seus colegas, também pesquisadores, e, juntos, passam a refletir, a estudar e a planejar coletivamente sobre suas pesquisas”. Dessa forma considera-se que esta pesquisa possa ser classificada como interdisciplinar.

Na pesquisa interdisciplinar os procedimentos metodológicos são validados na medida em que avança o entendimento do problema de pesquisa, por meio da exploração de novos caminhos e recursos que provocam a amplitude das discussões. “Seu fim não é mais ou tão importante quanto o percurso - o - percurso é o segredo” da pesquisa (FAZENDA; JOSÉ; SANTOS, 2016, p. 65). O movimento da pesquisa interdisciplinar é complexo e demanda esforços por parte do (a) pesquisador (a) e da equipe. É por meio da interdisciplinaridade que se torna possível responder a um problema com múltiplas visões, possibilitando respostas para as variáveis que possam surgir.

ii. Procedimentos de coletas de dados

A coleta de dados foi dividida em três partes, que são:

- A) *Primeira Parte*: O levantamento de dados realizado pelo Núcleo Travessia para o projeto que estava em andamento;
- B) *Segunda Parte*: O levantamento de dados sobre o PNAE nas escolas municipais e atuação da Emater - MG;
- C) *Terceira Parte*: O levantamento dos dados sobre o PNAE nas escolas estaduais e com as famílias que participam do programa.

A ferramenta metodológica utilizada foi a entrevista semiestruturada, por meio da qual se pretendeu apreender a realidade a partir da objetividade que a entrevista, por meio de questões direcionadoras, proporciona. As entrevistas foram realizadas utilizando roteiros previamente elaborados com questões semiabertas (Anexos 1,2 e 3). A escolha se deu devido às características desta técnica, que permite com que o

entrevistador/pesquisador torne o diálogo focado ao tema de interesse, mas sem bloquear o aparecimento de novas questões (TOLOI; MAZINI, 2013).

Os roteiros foram elaborados de acordo com o descrito por Toloi; Mazini (2013, p. 02) como os “cuidados com o jargão técnico do entrevistador e vocabulário; as formas de perguntas; evitar as perguntas com múltiplas finalidades e ter certeza de que a primeira pergunta do roteiro o entrevistado saberá responder”. Atentando a estes cuidados, a entrevista atendeu aos objetivos da pesquisa. Os roteiros foram avaliados em campo, sendo que as primeiras visitas funcionaram também como pré-teste, e puderam passar por modificações no decorrer da conversa a partir da sensibilidade do entrevistador, ao sentir que dada questão não caberia ser abordada. Cada grupo de envolvidos foi entrevistado com um roteiro diferente, específico com a sua atuação sobre o objeto.

Para o registro das informações foi utilizado o diário de campo/caderno de campo. Foram feitas anotações sobre o que os sujeitos entrevistados falavam com base nas questões abordadas.

Os sujeitos foram identificados por meio do conhecimento normativo do objeto de estudo (PNAE). Estes sujeitos aqui definidos são as pessoas que estão diretamente ligadas à gestão e execução do PNAE nos municípios bem como as famílias agricultoras. Partindo da concepção de Hessen (2003, p. 26) sobre a relação entre o sujeito e o objeto, para o autor os dois são algo distinto que se relacionam, sendo que a “função do sujeito consiste em apreender o objeto, e do objeto, em ser apreendido pelo sujeito”. Estes sujeitos são:

i) Secretária e nutricionista da Secretaria Municipal de Educação:

A escolha destes sujeitos se deu primeiramente pela legislação em vigor, que colocou as secretarias municipais de educação como as unidades executoras do PNAE nos municípios que adeririam à descentralização prevista na Lei nº 8.913/1994. Esta lei possibilitou que a prefeitura municipal pudesse gerir o recurso do PNAE destinado à alimentação das instituições públicas municipais de ensino.

ii) Técnicos da EMATER- MG:

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) possui contato direto com a agricultura familiar local pelos seus técnicos e técnicas. São responsáveis por realizarem assistência e assessoria técnica pública para agricultura familiar, sendo que a atuação de seus agentes interfere diretamente na execução do programa. Nos municípios estudados a empresa é a única

liberada para emitir a Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP), documento imprescindível para o acesso ao programa.

- iii) Escolas Estaduais (Nutricionista da Superintendência Regional de Ensino – SRE);

Por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), as diretorias das escolas podem receber os recursos financeiros advindos do FNDE diretamente em contas próprias, assim permitindo que as próprias escolas executem o PNAE. No entanto, as escolas são acompanhadas pela nutricionista da SRE, responsável pela elaboração do cardápio das escolas estaduais onde a SRE atua.

- iv) Agricultura Familiar Local.

A partir da Lei nº 11.947/2009, a agricultura familiar passou a ser beneficiária direta do PNAE, uma vez que 30% dos alimentos devem ser adquiridos diretamente das famílias. Assim, é fundamental entender a relação dos beneficiários com o programa.

1ª) Primeira Parte

Esta primeira parte foi uma das fases da realização do projeto do Núcleo Travessia com a Cáritas, e aconteceu entre os dias 22 e 26 de fevereiro de 2016. Foram realizadas 55 entrevistas com a agricultura familiar dos municípios, divididas da seguinte forma: 31 em Conceição do Mato Dentro, 11 em Alvorada de Minas, 13 em Dom Joaquim. O roteiro (Anexo 1) foi elaborado com a intenção de realizar uma caracterização sócio produtiva da região e dentre as perguntas, uma delas questionava sobre a participação da família no PNAE, por se tratar de questões semiabertas, uma pergunta gerava outros questionamentos, a saber: se a família já conhecia o programa e se tinha interesse em conhecer e/ou participar.

O número de famílias entrevistadas foi estabelecido devido a alguns limitantes, como: o recurso, o valor concedido para a execução do projeto não possibilitava ir muitas vezes a campo, e o outro é que não se tratava de um campo de entrada simples, pois são comunidades atingidas pela mineração, que já receberam pessoas de diferentes empresas, órgãos públicos, com questionamentos e promessas. Devido a este contexto de justificada desconfiança por parte das famílias, foram exigidos cuidados para estabelecer diálogos. Cada entrevista durou em média de duas a três horas, e num primeiro momento foi necessário construir relações de confiança com as famílias para posteriormente realizar a entrevista.

2ª) Segunda Parte

Por meio das entrevistas com as famílias pode-se perceber a relação da agricultura familiar com o PNAE, que associadas aos estudos bibliográficos e normativos do funcionamento da política permitiram ampliar a perspectiva de análise, exigindo um segundo momento do trabalho de campo.

A segunda ida ao campo aconteceu nos dias 18, 19 e 20 de maio de 2016 e teve por objetivo entender:

- 1) o funcionamento burocrático do PNAE nas escolas municipais;
- 2) a atuação do poder público sobre o programa; e
- 3) a atuação da EMATER-MG sobre o programa.

Foram entrevistadas as Secretarias Municipais de Educação e a EMATER-MG dos três municípios. Em Conceição do Mato Dentro e em Alvorada de Minas quem representou a secretaria foram os nutricionistas, e em Dom Joaquim foi a própria secretária. Na EMATER-MG os técnicos responsáveis pelos escritórios da empresa nos municípios foram os entrevistados. Nos anexos 2 e 3 podem ser observados os roteiros, sendo um mesmo roteiro utilizado nas três secretarias municipais de educação e no escritório da EMATER-MG dos três municípios, para que pudesse ser feita uma comparação dos resultados obtidos.

3ª) Terceira Parte

Esta foi a última parte do campo e por meio dela, buscou-se compreender a totalidade do objeto na área de estudo, ou seja, compreender profundamente o PNAE na região em todos os seus aspectos.

Nesta terceira parte, foram entrevistadas 5 famílias que comercializam pelo PNAE nos dias 04, 05 e 06 de setembro de 2017. Embora algumas já haviam sido entrevistadas na primeira etapa de campo, o objetivo desta parte foi conhecer o que mudou para elas depois que começaram a participar do PNAE.

As famílias foram escolhidas por indicação da Cáritas, levando a pesquisadora até a casa das famílias e acompanhando todas as entrevistas. É importante ressaltar o suporte dado pela Cáritas, tanto para o descolamento, quanto para a abertura do diálogo com as famílias.

iii. Procedimentos de análises de dados

As análises ocorreram em todo o percurso metodológico, de acordo com o método de sequência circular de pesquisa descrito por Alencar (1999) de “trabalho de campo – análise – trabalho de campo”, conforme ilustrado na Figura 1. Ou seja, a cada ida a campo foi realizada uma análise que norteou a etapa seguinte e assim por diante. Acredita-se que desta forma a pesquisa pode ser aperfeiçoada a cada etapa de execução.

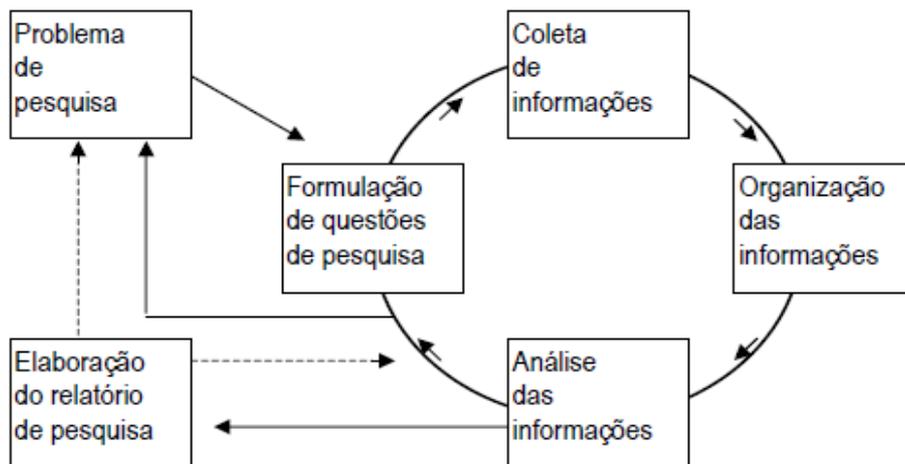


Figura 1: Sequência circular de pesquisa em ciências sociais.
Fonte: Alencar (1999 p.29).

Segundo Alencar (1999), ocorre uma análise parcial a cada levantamento de dados, que serve de orientação para as próximas idas a campo, possibilitando a identificação de novas situações, sujeitos e fontes secundárias a serem consultadas. Nesse processo de interação, o problema de pesquisa pode ser alterado, o que para o autor seria a reconstrução social da realidade (ALENCAR, 1999).

No esquema representado na Figura 1, após a análise parcial é gerado um relatório que pode modificar ou incrementar o problema de pesquisa e esse processo é decorrente das idas a campo, que vai alinhando a pesquisa á realidade estudada. Quando finalizada, a pesquisa de campo, o autor consegue ter uma visão geral sobre essa construção e assim pode fazer a análise final profunda sobre o que foi estudado.

As análises qualitativas são caracterizadas de acordo com Alves e Silva (1992, p. 03), “por buscar uma apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual (teoria) do pesquisador”. As guias mestras são:

- 1 - As questões advindas do seu problema de pesquisa (o que ele indaga, o que quer saber);
- 2 - As formulações da abordagem conceitual que adota (gerando pólos específicos de interesse e interpretações possíveis para os dados);
- 3 - A própria realidade sob estudo (que exige um "espaço" para mostrar suas evidências e consistências) (ALVES E SILVA, 1992, p. 03).

Assim, as análises foram realizadas a partir do cruzamento da teoria estudada com os dados empíricos. O método circular permitiu à pesquisadora uma interação maior com a realidade estudada, além de não correr o risco de chegar à análise final e descobrir que ficou algum tópico sem informação. Contudo, é importante ressaltar que ao se tratar de uma pesquisa qualitativa, os métodos utilizados devem se adequar ao objeto de estudo e não o inverso: métodos com padrões únicos – inflexíveis às diferentes realidades, muitas vezes não cabem em uma pesquisa qualitativa (AMÂNCIO, 2006).

Nas análises ainda foram utilizadas as falas literais dos sujeitos entrevistados, selecionadas a partir do enquadramento das questões do roteiro com as temáticas abordadas, respeitando a estrutura de escrita do texto de modo que os relatos pudessem fundamentar as análises realizadas. As transcrições do registro de campo foram feitas conforme os cuidados descritos pela Whitaker (2002), de acordo com autora, o pesquisador não deve confundir a fonética com a ortografia, assim, não tentando transcrever pronúncias característica de grupos sociais, por meio de erros ortográficos. É preciso respeitar a articulação do discurso dos sujeitos (WHITAKER, 2002). Os relatos foram colocados entre aspas e em itálico para que seja diferenciado das citações bibliográficas diretas.

CAPITULO I - O PROJETO MINAS-RIO E A PROMESSA DO DESENVOLVIMENTO

O termo desenvolvimento tem sido empregado em múltiplas áreas e setores, a partir de experiências e trajetórias, com diferentes argumentos de estudiosos sobre o tema. Ao tratar de um projeto de mineração da magnitude do Projeto Minas-Rio é fundamental que se compreenda o modelo de desenvolvimento no qual o projeto está inserido.

Este capítulo apresenta o Projeto Minas-Rio, a realidade da agricultura familiar na área de estudo desta pesquisa (Figura 2), as mudanças com a chegada do empreendimento e o modelo de desenvolvimento em questão.

Os municípios que foram estudados (Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim) estão localizados entre a Serra do Cipó e a Serra do Espinhaço, cerca de 200 quilômetros de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, compondo a mesorregião metropolitana de Belo Horizonte.

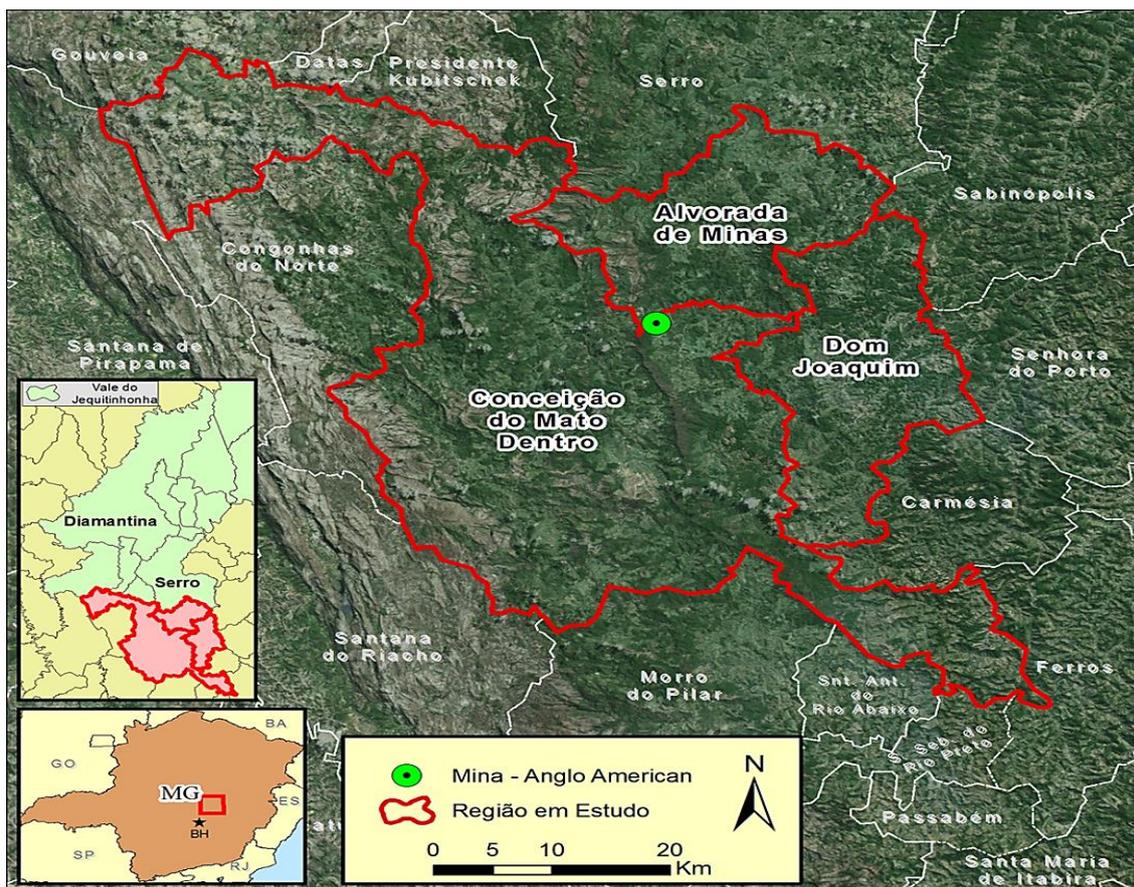


Figura 2: Área de estudo
Fonte: Núcleo Travessia (2016)

1.1. O projeto

O Projeto Minas-Rio é um complexo de extração mineral composto por três grandes partes: a extração, a logística e a exportação. A extração acontece em local de divisa municipal, entre os municípios de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, ela é realizada em uma mina que abrange as Serras do Sapo e da Ferrugem, em Conceição do Mato Dentro e, ao lado, existe uma planta de beneficiamento no município de Alvorada de Minas, além de uma barragem de rejeitos, somando uma área de aproximadamente 30 km² (Figura 3). O transporte é realizado via mineroduto, o maior do mundo, com extensão de 525 km, saindo de Dom Joaquim e passando por 33 municípios, atravessando o estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro, até chegar ao Porto do Açu, em São João da Barra – RJ (Figura 4). É pelo Porto do Açu, também chamado de “superporto”, exposto na Figura 5, devido sua ampla infraestrutura, que os minérios são exportados, principalmente para China e Europa (PEREIRA; BECKER; WILDAGHEN, 2013; BARCELOS, 2013).

Complexo Industrial de Extração Mineral – Projeto Minas-Rio



Figura 3: Planta industrial minerária e barragem de rejeitos em Conceição do Mato do Dentro e Alvorada de Minas – MG, aproximadamente 30 km².

Fonte: Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande (2012)

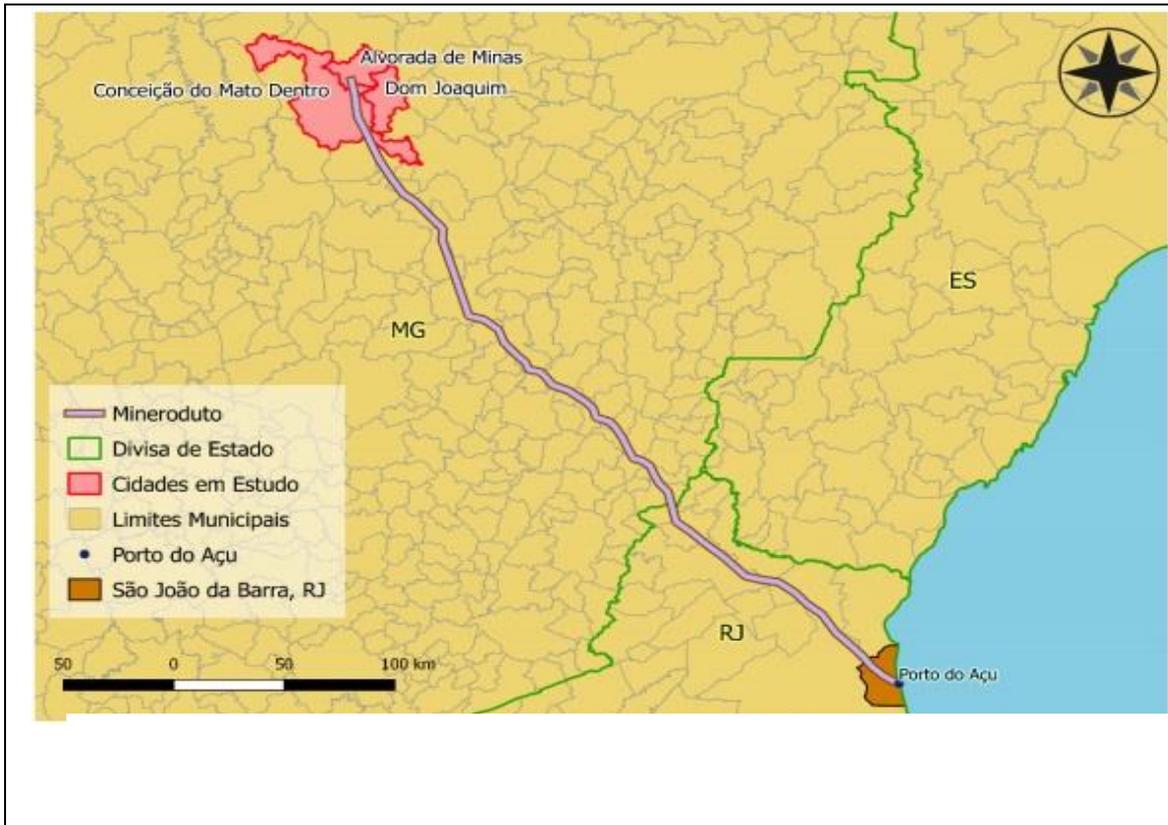


Figura 4: Extensão do mineroduto do Projeto Minas-Rio.
Fonte: Núcleo Travessia (2016).



Figura 5: Porto do Açú, São João da Barra – RJ.
Fonte: Prumo Logística Global (2016).

A extração mineral acontece de acordo com as características físicas das rochas: se a rocha é dura são utilizados explosivos ou perfurações; se é macia, usa-se escavadeiras e pás carregadeiras. Após a extração, o material é transportado por caminhões fora de estrada⁴ até a planta de beneficiamento. O beneficiamento consiste em quebrar e peneirar as rochas, misturando água ao minério para transformá-lo em polpa e chegar ao formato ideal para ser transportado. O material não aproveitado na transformação da polpa é encaminhado para a barragem de rejeitos⁵. Depois de beneficiado e enriquecido, o minério é transportado via mineroduto. Este meio de transporte reduz os custos para a empresa, no entanto depende do consumo excessivo de água, chegando a consumir 2.500 metros cúbicos por hora, suficientes para abastecer uma cidade de 220 mil habitantes, cerca de sete vezes a mais do que o consumo da região atingida. O funcionamento do mineroduto é ininterrupto - 24 horas por dia de bombeamento, pois precisa manter a pressão mesmo que não haja transporte de minério. O percurso do mineroduto ainda conta com duas grandes estações de bombeamento para garantir que o minério chegue até o porto. O Porto do Açu, uma das mais polêmicas obras de infraestrutura do Rio Janeiro, é o ponto de chegada do mineroduto do Projeto Minas-Rio. Do porto, o minério de ferro é transportado em via marítima até os outros países (Anglo American, 2014; TÔRRES, 2014; BELLEZE, 2017).

A capacidade de produção do Projeto Minas-Rio é de 26,6 milhões de toneladas de minério de ferro por ano - projeto complexo e grandioso, que foi orçado em US\$ 3 bilhões. A princípio, o projeto era da MMX Mineração e Metálicos S.A. de propriedade do empresário Eike Batista, empresa responsável pela elaboração do projeto em parceria com os governos dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Antes da implantação, o projeto foi vendido para a empresa transnacional Anglo American, fundada na África do Sul em 1917 por Sir Ernest Oppenheimer, com sede atual em Londres. O grupo atua há décadas na extração de minérios, principalmente na África do Sul, na Austrália, no Canadá e no Brasil, presente desde 1973. Em 2007, a empresa comprou o Projeto Minas-Rio e criou a Anglo Ferrous Brazil, unidade de negócios sediada no país, voltada

⁴ Os caminhões fora de estrada são potentes e aguentam cargas pesadas. Este tipo de caminhão é utilizado para o transporte dentro do empreendimento em atividades como mineração e construção civil e não são permitidos transitar nas estradas.

⁵No Projeto Minas-Rio existem comunidades rurais situadas muito próximas da barragem de rejeitos, cerca de 2 a 4 km.

para extração, beneficiamento e exportação do minério de ferro (BARCELOS, 2013; Anglo American, 2016).

1.2. A região e a implantação do Projeto

A região atingida pelo Projeto Minas-Rio está composta por três municípios, Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim. Segundo o Censo de 2016, a população de Conceição do Mato Dentro é de 18.160 habitantes, de Dom Joaquim é 4.609 habitantes e de Alvorada de Minas 3.669 habitantes. São municípios de porte pequeno, sendo Conceição do Mato Dentro o mais populoso dentre eles (IBGE Cidades, 2016).

Em termos de trabalho e renda, o IBGE Cidades indica uma estimativa das ocupações de postos de trabalho por meio das estatísticas do cadastro central de empresas: o município de Conceição do Mato Dentro é o que possui maior número de empresas atuantes – 422; Dom Joaquim com 64 empresas, e Alvorada de Minas com 58. As populações envolvidas em atividades empresariais de Alvorada de Minas somam 14,78%, em Dom Joaquim são 9,39%, e em Conceição do Mato Dentro são 31,01%. Conceição do Mato Dentro é o município que possui maior população ocupada nas atividades com empresas privadas. E mais da metade da população dos três municípios demonstram ter outros tipos de ocupação e geração de renda (IBGE Cidades, 2016).

Nesse sentido, a agricultura e a pecuária aparecem também como importantes fontes de ocupações nos municípios estudados, e embora haja a concentração de terras da agricultura do tipo não-familiar, a agricultura familiar da região gera mais que o dobro de empregos comparada à não-familiar (Quadros 1, 2 e 3):

Quadro 1: Área Média da Agricultura familiar e não-familiar em hectares.

Brasil, Estado e Município.	Área média agricultura familiar (ha)	Área média agricultura não-familiar (ha)
Brasil	18,3	313,3
Minas Gerais	20,2	212,1
Municípios em estudo	12,3	151,3
Conceição do Mato Dentro	9,8	158,0
Alvorada de Minas	19,6	177,0
Dom Joaquim	21,8	94,1

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – MDA.

De acordo com os valores, o potencial da agricultura familiar da região é grande, pois mesmo ocupando pequenas áreas é capaz de gerar mais que o dobro de empregos

no campo do que a agricultura não-familiar, seguindo o mesmo padrão do restante do país. A agricultura familiar emprega 12,3 milhões de pessoas no Brasil, 75% da mão-de-obra no campo, 70% dos alimentos consumidos diariamente, sendo cerca de cinco milhões de famílias vivendo da prática no país (IPEA, 2011). Nos municípios, estima-se a existência de 1003 estabelecimentos da agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro, 600 em Alvorada de Minas e 530 em Dom Joaquim. São municípios de porte pequeno, com grande presença da agricultura familiar e tradicional. Os alimentos que estão mais presentes na produção agrícola *in natura* da região são: leite, milho, cana, feijão, mandioca e café. E os processados pelas agroindústrias domésticas rurais são: queijo, farinha de mandioca, polvilho e quitandas (NÚCLEO TRAVESSIA, 2016).

Quadro 2: Hectares necessários para geração de uma ocupação na agricultura familiar.

Brasil, Estado e Município	Área agricultura familiar (ha) (1)	Pessoal ocupado na agricultura familiar (Pessoas) (2)	Hectares necessários (1)/(2) (ha)
Brasil	80.102.694	12.323.110	6,5
Minas Gerais	8.835.622	1.176.984	7,5
Municípios em estudo	15.928	3.345	4,8
Conceição do Mato Dentro	9.820	2.617	3,8
Alvorada de Minas	2.902	384	7,6
Dom Joaquim	3.206	344	9,3

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – MDA.

Quadro 3: Hectares necessários para geração de uma ocupação na agricultura não-familiar.

Brasil, Estado e Município	Área agricultura não-familiar (ha) (1)	Pessoal ocupado na agricultura não-familiar (Pessoas) (2)	Hectares necessários (1)/(2) (ha)
Brasil	253.577.343	4.245.095	59,7
Minas Gerais	24.247.887	719.953	33,7
Municípios em estudo	50.543	1.211	41,7
Conceição do Mato Dentro	36.810	827	44,5
Alvorada de Minas	9.029	216	41,8
Dom Joaquim	4.704	168	28,0

Fonte: Censo Agropecuário 2006 – MDA.

A exigência em hectares é bem menor para agricultura familiar, como se pode verificar em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, com 1/3 de área do que a agricultura não-familiar ocupa, a agricultura familiar gera 3 vezes mais ocupações, ou seja, valor significativamente maior de pessoas trabalhando.

O uso de insumos externos na produção da agricultura familiar da região é quase inexistente; somente no cultivo do milho que é comum a utilização de agrotóxicos, sementes híbridas e transgênicas. Mas, de maneira geral, não se mostram dependentes de insumos. Na produção de frutas, verduras e hortaliças, onde maior parte da produção é para o autoconsumo familiar, não se é utilizado nenhum um tipo de agrotóxico (NÚCLEO TRAVESSIA, 2016).

É notável a soberania e segurança alimentar que as famílias agricultoras da região possuem. Elas produzem seus próprios alimentos, conhecem os tratos que foram tidos, sejam de seus cultivos ou dos vizinhos, respeitam os períodos temporais. Essa autonomia muitas vezes não é compreendida por agentes externos, que não entendem a importância disso para as famílias, que embora possam não apresentar resultados em termos de comercialização, têm a alimentação garantida e não são quaisquer alimentos: são alimentos diversos, livres de agrotóxicos, com uma rica carga nutricional. Portanto, é evidente que se existe potencial produtivo das famílias na região (PEREIRA et al., 2016).

A agricultura familiar da região possui características de antigos quilombos, com sítios pequenos e articulados entre vizinhanças, laços familiares, terras passadas e repartidas entre gerações. A produção antes da chegada da mineração era diversa, focada no autoconsumo e no comércio ou na troca dos excedentes; o comércio parte das vezes acontecia dentro das comunidades, por meio de trocas entre vizinhos e parentes, outras vezes acontecia nas feiras. A abundância de água era favorável para produção, pois a região está localizada em um ambiente de riqueza hídrica, zona de transição entre os biomas de Cerrado e Mata Atlântica (GUSTIN e SANTOS, 2013).

A região está localizada entre montanhas rochosas e possui a sétima maior reserva natural de minério de ferro de Minas Gerais, aproximadamente 677 milhões de toneladas (BARCELOS, 2013). Os municípios estão na área de influência direta⁶ dos efeitos e impactos gerados pelo empreendimento minerário (SANTOS e MILANEZ, 2015). Os impactos atingem aspectos culturais, políticos, econômicos, ambientais e sociais – violando diretamente o bem estar social da região.

Estes impactos ocorrem desde as escavações da mina e materiais químicos altamente contaminantes que são liberados no meio ambiente, até o inchaço

⁶De acordo com a Resolução Nº 335/2002 do CONAMA, “Área de influência direta – é a Área necessária à implantação de obras/atividades, bem como aquelas que envolvem a infraestrutura de operacionalização de testes, plantios, armazenamento, transporte, distribuição de produtos/insumos/água, além da área de administração, residência dos envolvidos no projeto e entorno”.

demográfico que, de uma hora para outra satura a capacidade do atendimento dos serviços públicos, destroem o modo de vida local, principalmente ao que se refere à agricultura familiar, “na medida em que a agricultura familiar e demais atividades de subsistência tornam-se impraticáveis pelas intercorrências territoriais; o comprometimento da saúde pelos impactos ambientais e sociais” (PEREIRA; BECKER; WILDAGHEN, 2013, p. 135). Em resumo, a mineração coloca em risco a autonomia da agricultura familiar da região, pois além de contaminar as águas, o empreendimento suprime os fragmentos florestais, quando não os privatiza para medidas de compensação, promovendo a retirada do campo.

Segundo Gustin e Santos (2013) a chegada do Projeto Minas-Rio na região foi silenciosa para a população. Em 2006, apareceram pessoas interessadas em comprar terras sem deixar explícito o verdadeiro objetivo. A negociação de terras com os fazendeiros da região foi simples e rápida, pois o valor oferecido interessava-os. Já com a agricultura familiar local foi diferente, pois eram agricultores tradicionais, famílias que viviam há décadas no local da mina e nos entornos, sendo que muitas delas eram posseiras⁷. A Anglo American beneficiou-se desta fragilidade histórica para facilitar o processo de implantação do projeto. As estratégias de abordagem da empresa para negociar áreas da agricultura familiar foram: o assédio, a coerção e a promoção de conflito interno entre as famílias. Houve famílias que foram reassentadas, algumas venderam suas terras por valores muito abaixo do que realmente as terras valiam e outras seguem na resistência e na luta pelos direitos que lhes foram violados (PEREIRA; BECKER; WILDAGHEN, 2013).

Conceição do Mato Dentro destaca-se por estar entre os municípios mais visitados por turistas no estado de Minas Gerais e tem entre seus pontos turísticos a Cachoeira do Tabuleiro, a terceira maior cachoeira do país com mais de 200 metros de queda. Além das cachoeiras, existem as festas tradicionais e paredões de pedras com paisagens que atraem os turistas. A região desde a década de 1990 até a implantação do Projeto Minas-Rio, teve uma política de desenvolvimento regional pautado no turismo, estando no trajeto do Programa Estrada Real⁸ (GUSTIN e SANTOS, 2013).

⁷ Posseiros são famílias que moram e utilizam a terra durante anos e não possuem a documentação de posse, situação comum dentre as populações camponesas, pois dentro da lógica camponesa, é dono da terra aquele que a conquista pelo trabalho. Pelas vias legais este reconhecimento é quase nulo e a situação destas famílias é de vulnerabilidade, ficando elas suscetíveis a assédios.

⁸“O Programa Estrada Real é uma iniciativa dos órgãos oficiais do setor de turismo em Minas Gerais, que, apoiada por diversos parceiros, objetiva resgatar a memória e a importância dos caminhos por onde se formou o interior do Brasil no período colonial” (MARQUES, 2002, p. 1).

A riqueza natural e cultural da região não impediu que “os tomadores de decisão” levassem adiante o Projeto Minas-Rio, que foi colocado em execução mesmo havendo inúmeras advertências sobre as suas consequências. Com isso, desencadeou-se um processo de desestruturação da agricultura familiar na região, tanto entre as famílias mais próximas da mina quanto às mais distantes (PEREIRA; BECKER; WILDAGHEN, 2013).

Antes de o empreendimento entrar em funcionamento, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SISEMA - MG) emitiu um Parecer Técnico sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento, alertando que cursos d'água poderiam ser extintos e que haviam famílias dependentes desta água (PEREIRA; BECKER; WILDAGHEN, 2013). Hoje, a escassez de água seja pela contaminação ou pela diminuição da vazão de nascentes e córregos, está presente nas vozes de todas as comunidades rurais dos três municípios; e também documentada nos trabalhos de diversos autores (NÚCLEO TRAVESSIA, 2016; BELLEZE, 2017; VIEIRA, 2017).

No estudo realizado na região pelo Núcleo Travessia (2016) a problemática da água é apontada como sendo uma das consequências mais sérias da mineração na região. As comunidades próximas à barragem (Passa Sete, Água Quente e Sapo) ficaram completamente sem água e são abastecidas por caminhões pipa e galões de água fornecidos pela empresa, cuja procedência, segundo os moradores, não é confiável (NÚCLEO TRAVESSIA, 2016). Como a maior parte da renda da agricultura familiar vem de sua produção e a água é um recurso indispensável para a atividade rural, diante de sua falta, há um sério comprometimento da produção, onde plantas e animais não sobrevivem. Desta forma, a produção material e a reprodução social dos moradores das comunidades foi brutalmente afetada.

A água, embora em quantidade seja a mesma desde que a terra existe, em termos de qualidade, quando não respeitado seu tempo de autodepuração, pode se tornar um recurso natural não-renovável. As condições físico-químicas das águas podem variar dependendo das atividades que acontecem dentro das microbacias hidrográficas. Em uma microbacia o que se faz à montante se percebe a jusante; se a água é contaminada em algum ponto da microbacia ou algum curso da água deixa de seguir o caminho natural até o exutório, as próximas áreas de acordo com a topografia da região são diretamente afetadas (BRASIL, 1997). Isso explica porque até mesmo as comunidades que não se localizam próximas à área minerada, estão sendo afetadas pelo

empreendimento com relação à água. O impacto da mineração sobre o recurso hídrico atinge toda a microbacia e compromete diretamente as atividades da agricultura familiar na região.

No estudo feito por Galizoni et al. (2008) nas comunidades rurais do Alto Jequitinhonha, os autores mostraram os dilemas da escassez de água e as estratégias de convívio com a seca e sobrevivência das famílias. Uma realidade dura, segundo os autores, a escassez de água afeta a produção e provoca o empobrecimento das famílias.

A desestruturação das famílias agricultoras não se resumiu somente aos recursos hídricos. A chegada do empreendimento gerou efeitos de diversas naturezas, que têm provocado intenso êxodo rural. Foram mais de 80 empresas atraídas pelo empreendimento, gerando milhares de postos de trabalho provisórios, atraindo uma população flutuante em torno de 7000 trabalhadores. Esta oferta de empregos atraiu também muitos agricultores, principalmente das faixas etárias entre 20 e 40 anos, fazendo com que muitos abandonassem o campo e fossem morar na cidade (GUSTIN et al., 2015).

Vale ressaltar que muitos dos postos de trabalho que foram gerados são subempregos e que podem ainda estar relacionados a trabalhos análogos ao da escravidão. Em 2013, 2014 e 2015 foram registrados mais de 200 trabalhadores brasileiros em situação de escravidão trabalhando no Projeto Minas-Rio e cerca de 100 haitianos. Dentre as empresas, estavam envolvidas algumas prestadoras de serviço e a própria Anglo American (Ministério do Trabalho – MTE, 2015).

De acordo com Gustin et al. (2015), as consequências do êxodo rural são sentidas por toda a população rural, desde a mão de obra que existia no campo, onde faziam trocas de dias e mutirões, e que agora são menos presentes, até a disponibilidade e diversidade de alimentos produzidos para venda na feira da cidade e para troca com os vizinhos. Outra consequência apontada pelos autores é o rompimento de atividades e tradições – especialmente - a produção de queijos artesanais, prática tradicional da região.

As áreas agricultáveis também diminuíram, pois além da área ocupada pela estrutura do empreendimento para extração e beneficiamento do minério, outras terras foram compradas de fazendeiros da região para formarem áreas de preservação ambiental, deixando as famílias que arrendavam ou meavam, sem terras para o cultivo; além disso, provocou a privatização dos recursos naturais que as famílias antes tinham acesso, como lenha e frutos nos fragmentos de floresta. A empresa teve que cumprir

com as medidas de compensação pré-estabelecidas pela legislação ambiental, sendo obrigada a reflorestar áreas para compensar os impactos ambientais do seu empreendimento, mas as medidas de compensação ambiental, que deveriam servir para minimizar os impactos ambientais, acabaram atacando aspectos socioculturais (BELLEZE, 2016).

Os licenciamentos ambientais do projeto, principalmente no que diz respeito à fragmentação do licenciamento, não abarcam os efeitos e impactos gerados, pois foram subdimensionados e não apareceram com a magnitude e relevância que realmente possuem (PRATES, 2014). O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo em que o órgão público competente emite uma licença ambiental notificando que o empreendimento estará apto para exercer tais atividades. As licenças ambientais estão divididas em: I - Licença Prévia (LP), que é a primeira a ser concedida e nela é aprovada a localização e a viabilidade ambiental do empreendimento, além das condicionantes para que a próxima licença seja liberada; II – Licença de Instalação (LI), que é aquela que autoriza a instalação do empreendimento, ou seja, o início das obras; e III – Licença de Operação (LO), que é cedida ao empreendimento para operar e iniciar as atividades, depois de cumpridas as exigências das licenças anteriores (CONAMA, 1997).

Quando uma empresa divide o projeto do empreendimento em partes, como o que aconteceu com o Projeto Minas Rio, consegue-se que as licenças sejam liberadas com maior facilidade, pois a legislação e as normativas ambientais possuem exigências diferentes, de acordo com amplitude dos aspectos ambientais. Caso a MMX tivesse realizado o pedido de licença do Projeto Minas-Rio completo, somente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) poderia emitir as licenças e as medidas de mitigação e compensação, assim os programas ambientais e sociais seriam mais rigorosos e incisivos. Da forma como foi realizado, cada parte do projeto foi licenciada por um órgão ambiental diferente. O mineroduto foi licenciado pelo IBAMA, por passar em dois estados, o porto do Açú foi licenciado pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (INEA) e a mina foi licenciada pela Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM) do estado de Minas Gerais. O mineroduto e o porto foram licenciados antes, tornando inexorável o licenciamento da mina. Desde a LP das três partes do projeto, muitas condicionantes não foram atendidas e mesmo assim as outras licenças foram cedidas (PRATES, 2014; GUSTIN et al., 2015). Outro fato a ser evidenciado é que a Anglo American comprou o

projeto depois que as licenças já haviam sido emitidas, ou seja, depois de toda a articulação feita entre o empresário Eike Batista e os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O papel do empresário foi viabilizar o projeto para o mercado internacional, obtendo, nessa negociação um lucro de aproximadamente R\$ 5,5 bilhões (BARCELOS, 2013).

1.3. O desenvolvimento como uma falsa promessa

A extração de minérios faz parte da história de Minas Gerais. Atualmente o estado é o maior extrator de minério de ferro do Brasil. O minério de ferro lidera o ranking de exportação dos produtos básicos no país, sendo aproximadamente 75% do total dos minérios exportados. A atividade minerária possui grande apoio político por parte dos governantes de todas as esferas (federal, estadual e municipal). E não despropositadamente, o discurso de desenvolvimento das corporações como a Anglo American aparece inquestionável, já que traz consigo muitas promessas de crescimento econômico, geração de empregos e distribuição de renda (BARCELOS, 2013, SANTOS; MILANEZ, 2015; IBRAM, 2015).

A concepção hegemônica de desenvolvimento e seu discurso apologético surgiram da integralização do capitalismo global e foi colocado como projeto ideal para todo o mundo, partindo de uma aliança global com fins de resolver os problemas de sobreacumulação (HARVEY, 2006). Ao levantar o significado de desenvolvimento no *Google*, os significados encontrados foram ação ou efeito de desenvolver, evoluir, crescer, progredir, passar de um estágio para outras etapas mais avançadas, sendo utilizado como referência para múltiplos fenômenos – em diversas áreas, mas predominantemente colocado como uma conotação positiva. Passa a ideia do avanço de algo que se encontra em transformação. No entanto, o conceito de desenvolvimento não é concreto e passa por alterações, incorpora experiências e se configura nas dimensões econômicas, políticas e sociais (SACHS, 2004; SANTOS et al., 2012).

Segundo Paul Baran,

Historicamente, o desenvolvimento econômico sempre significou uma profunda transformação da estrutura econômica, social e política, da organização dominante de produção, da distribuição e do consumo. [...] Sempre foi impulsionado por classes e grupos interessados em uma nova ordem econômica e social, sempre encontrou a oposição e a obstrução dos interessados na preservação do status quo, dos que usufruem benefícios e hábitos de pensamento do complexo social

existente, das instituições e costumes predominantes (BARAN, 1986, p. 37).

Nesse sentido, conforme o autor, as noções de desenvolvimento, quando este está relacionado ao campo político, social e econômico, “sugerem uma transição para algo novo, a partir de algo velho que se tornou obsoleto” (BARAN, 1986, p.44). Ou seja, a transição por si só, não promove uma ruptura com as velhas bases, e sim as reestruturam aprimorando-as. Isso quer dizer que, se no passado havia exploração, essa não tende a deixar de existir, mas de acontecer de outra forma, com outros formatos. Portanto, na perspectiva da economia política, o desenvolvimento econômico, nada mais é do que:

O aumento através do tempo de produção per capita de bens materiais. Esse aumento resulta da atuação de um ou mais dos seguintes processos: 1) a incorporação ao processo produtivo de recursos (humano e materiais) até então ociosos; 2) o aumento da produtividade do trabalho através de medidas organizacionais ou institucionais; 3) o mesmo aumento obtido através do progresso técnico, o qual pode ser alcançado seja mediante a substituição de instalações e equipamentos gastos e/ou obsoletos por novos e mais eficientes, seja por meio da expansão física do estoque de tais equipamentos e instalações (SZMRECSÁNYI, 1986 apud BARAN, 1986, p. 17).

Não se modifica a estrutura, mas sim uma mudança nos meios produtivos, que são aprimorados para que sua produtividade aumente. A atuação destes seguimentos depende de investimentos, mas para Baran (1986, p. 48) a fonte do crescimento econômico não é o investimento líquido. O autor descreve que as fontes mais importantes “são a aplicação econômica do conhecimento técnico e o investimento líquido em unidades produtivas adicionais”. E a determinação destes investimentos está no destino dos excedentes gerados.

Ainda segundo Baran (1986, p. 44), o desenvolvimento só deverá ser considerado um progresso quando,

[...] essa transição for efetuada por meio da luta constante contra as forças retrógradas e conservadoras, por meio da mudança da estrutura econômica, política e social de uma sociedade atrasada e estacionária. [...] uma organização social, embora inadequada, não desaparece por si mesma; uma classe dominante, embora parasita, não entrega nunca o poder, a não ser quando é compelida a fazê-lo por pressão esmagadora. Decorre daí o fato que o desenvolvimento e o progresso só podem ser obtidos se todas energias e capacidades de um povo, que

foi oprimido econômica, política e socialmente sob o antigo sistema, são lançadas na batalha contra as fortalezas do *ancien régime*⁹.

Ainda assim, a concepção de desenvolvimento é objeto de grandes disputas ideológicas. Autores como Giovanni Arrighi (1997) e Celso Furtado (1974) contribuíram para o entendimento do que é o desenvolvimento econômico e como este faz parte do quadro estrutural da sociedade capitalista. Os dois autores consideram mito e ilusão o modelo de desenvolvimento econômico capitalista, que generaliza os padrões de produção e de consumo entre os países que historicamente tiveram processos desiguais de crescimento.

Para Furtado (1974) o desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico não passa de um mito. Segundo o autor, a estrutura se funda em um modelo hegemônico, onde os países que possuem maior acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e alto grau de acesso aos bens finais - são os países chamados desenvolvidos. E os países que se especializaram na exportação de produtos primários – são considerados países periféricos, subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, em que os incrementos de produtividade são resultados da expansão das exportações e não do processo de acumulação ou de avanços tecnológicos. São os que materializaram seus excedentes na acumulação de recursos locais, como: “abertura de terras, estradas, construções rurais e crescimento de rebanho” (FURTADO, 1974, p 23).

Na concepção de Arrighi (1997) a ideia de que os países subdesenvolvidos possam transformar-se em países desenvolvidos através da abertura do mercado internacional, atendendo padrões mundiais de produção e consumo, não passa de ilusão. O autor descreveu que esta relação de exploração é necessária para a manutenção dos países do centro, desenvolvidos.

Baran (1986, p. 153) também abordou esta relação de exploração dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos. De acordo com o autor, os países desenvolvidos controlam o destino dos países subdesenvolvidos, assim como no passado, e foi desta forma que “impediram a materialização das condições clássicas do crescimento” destes. Para Baran (1986), este efeito esteve na própria natureza dos princípios do desenvolvimento da Europa Ocidental.

Essa transfusão e, em particular, os métodos pelos quais se efetuou tiveram, talvez maior impacto sobre os relutantes – para não dizer algo pior – países “doadores”. Afetaram, violentamente, todo seu

⁹ Antigo regime, onde o poder era concentrado na monarquia.

desenvolvimento e influíram, decisivamente, sobre a posterior evolução deste. Afetaram, com violência explosiva, o movimento glacial de suas antigas sociedades e aceleraram, de maneira vertiginosa, o processo de decomposição de suas estruturas pré-capitalistas. Ao força-los a romper com as formas tradicionais de sua economia agrária e ao ocasionar mudanças na produção das culturas de exportação, o capitalismo ocidental destruiu a autossuficiência de sua sociedade rural - que constituía a base da ordem pré-capitalista de todos os países que penetrou – e ampliou e aprofundou, rapidamente, a circulação de mercadorias. Mediante disfarçada – e, em muitos países, maciça – apropriação de terras ocupadas por camponeses e a sua transformação em grandes fazendas a serviço dos empreendimentos estrangeiros, ao expor seu artesanato rural à ruíosa concorrência de suas exportações industriais, o capitalismo ocidental criou um enorme contingente de trabalhadores paupérrimos [...] Embora com o propósito único de expandir e fortalecer o controle econômico e político das áreas sob o seu domínio, determinou o capitalismo invasor que essas áreas dedicassem parte de seus excedentes econômicos à melhoria dos sistemas de comunicação, à construção de estradas de ferro, portos e rodovias, o que ocasionou o aparecimento, como subproduto, das instalações básicas indispensáveis à inversão lucrativa de capital (BARAN, 1986, p. 138).

Em consequência deste processo, o autor apresenta a situação em que permaneceram os países subdesenvolvidos, cada qual com suas particularidades, mas todos em condição parecida. Ou seja, os países subdesenvolvidos permaneceram com a estrutura violenta e exploratória de seu passado feudal integrado a racionalidade do capitalismo. “Sua exploração se multiplicou e os frutos desta não cresceram sua riqueza produtiva: foram remetidos para o exterior ou serviram para sustentar, em seu próprio país, uma burguesia parasita” (BARAN, 1986, p. 138).

Neste mesmo sentido, Furtado (1974, p. 22) descreveu que “o que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade”. A indústria concentra a maior parte do excedente nas mãos dos que detém o processo produtivo industrial – os países desenvolvidos.

A orientação dos excedentes que segundo Furtado (1974) é fruto da divisão internacional do trabalho, fez com que cada região geográfica se especializasse em uma função produtiva, baseado na teoria das vantagens comparativas¹⁰. Considerando que a divisão internacional se organiza a partir da relação entre matérias-primas produzidas na periferia e manufaturas originárias do centro, “o desenvolvimento não seria um processo

¹⁰ A teoria é de que cada país e/ou região tem uma vantagem produtiva quando comparado a outro e que os países deveriam explorar estas vantagens.

único e inevitável, mas desigual (e não combinado)” (RICUPERO, 2005, p. 1). Isto quer dizer que os países periféricos, como o Brasil, produzem matéria-prima e exportam para os países centrais. Estes, ao contrário, são detentores da tecnologia, processam e beneficiam a matéria-prima importada dos países periféricos.

As *commodities*¹¹ são exemplos dessa relação desigual, pois o Brasil é um dos países que mais extrai minério de ferro no mundo e, mais de 70% do que é extraído no país é exportado para China e Europa. Depois este minério retorna para o Brasil em produtos manufaturados, como os produtos eletrônicos. Esta “vocação” colocada pela teoria das vantagens comparativas aos países subdesenvolvidos de produzir matéria prima não lhes garantiram o básico,

[...] a grande riqueza mineral e agrícola de vários países da América Latina e Caribe não os livrou da pobreza histórica, o mesmo aconteceu na África, rica em petróleo, diamantes, terras raras, enfim um vasto continente com países de grandes riquezas naturais e, mesmo assim com populações em condições de extrema pobreza (VIEIRA; VIEIRA, 2004, p. 173).

Nota-se que o desenvolvimento capitalista é uma promessa que dissolveu em sua origem (ARRIGHI, 1997). Conforme escrito por Baran (1986, p. 42), o desenvolvimento de países subdesenvolvidos não corresponde aos interesses dos países desenvolvidos, pois “suprem os países industrializados de muitas matérias-primas importantes e proporcionam às grandes empresas enormes lucros e áreas para investimento”.

Pode-se afirmar que as forças controladoras que moldaram o destino dos países subdesenvolvidos, permanecem no controle, assim como no passado. E que este desenvolvimento transfigurado de promessas, tem sido responsável pela “estagnação econômica, pela manutenção de uma tecnologia arcaica e pelo atraso social destes países” (BARAN, 1986, p. 153).

1.3.1. A contextualização da mineração e do Projeto Minas-Rio dentro do quadro estrutural da sociedade capitalista

O estímulo à grande mineração passou por um período de intensificação no Brasil a partir dos anos 2000, em um modelo definido como neodesenvolvimentista. Segundo Milanez e Losekann (2016, p. 403) o propósito principal foi o aprofundamento

¹¹ Commodities são produtos (agrícolas, minerais, financeiros ou ambientais) produzidos em larga escala e comercializados mundialmente por preço estabelecido pelo mercado mundial.

da inserção do país na economia globalizada. Mas de acordo com os autores “a viabilização desse crescimento, porém, foi associada à necessidade de uma ampla parceria entre Estado e mercado”. Para tanto, houve a necessidade de um Estado forte que pudesse subsidiar o mercado.

A estratégia do neodesenvolvimentismo esteve baseada na “indispensabilidade do crescimento como condição para diminuir as desigualdades sociais, a estratégia do crescimento via inserção global e a necessidade da parceria entre Estado e mercado” (MILANEZ; LOSEKANN, 2016, p. 404). No decorrer dos anos, foram instalados grandes projetos minerários de empresas e corporações multinacionais e transnacionais, por todo o Brasil, mas principalmente nos estados de Minas Gerais e Pará, e um desses projetos foi o Minas-Rio.

Empreendimentos como o Projeto Minas-Rio é a materialidade do sistema político econômico mundial, chamado por Harvey (2006) de Novo Imperialismo, cujas bases sustentam o modelo de desenvolvimento referido anteriormente, em que a acumulação por espoliação é a sua principal estratégia. O imperialismo que Harvey apontou como novo, é o mesmo promovido pelas empresas que Szmrecsányi (1986 apud Baran, 1986, p. 19) descreveu, pois, diferente do passado as empresas industriais ou financeiras não ficam mais “sediadas em determinado capitalista central, e interessadas em exportar mercadorias e capitais, ou em importar matérias-primas a baixo custo, mas por gigantescas empresas multisetoriais, com raízes espalhadas por vários países do mundo”. No entanto, a forma como essas empresas se apropriam dos espaços e recursos não se diferenciam do antigo imperialismo.

Nesse sentido, o novo imperialismo se desenvolve por meio da expropriação de terras de populações pobres, danos ambientais, e na privatização de bens públicos, fazendo o mesmo que na acumulação primitiva, onde os camponeses foram expulsos das terras para se tornarem mão-de-obra disponível para as indústrias, promovendo o rompimento da relação do homem com os meios de produção, tirando a sua autonomia, tornando-o dependente da indústria (MARX, 1996).

Segundo Tamás Szmrecsányi, as empresas multinacionais e multisetoriais não são mais como no passado, exportadora dos excedentes de capital dos seus países,

Antes pelo contrário, elas tem sido, na verdade, grandes importadoras de capital para esses mesmos países. Isso se deve ao fato de suas atividades serem geralmente muito mais lucrativas no exterior do que em tais países. E é justamente nesse diferencial de lucratividade que reside a origem das empresas multinacionais, empresas cuja acumulação de capital se processa em âmbito supranacional, e cujas

operações não são enquadráveis por qualquer política econômica nacional (SZMRECSÁNYI, 1986 apud BARAN, 1986, p. 19).

Em resumo, empresas cujo interesse é a extração de recursos naturais, como o minério, chegam ao território, modificam toda a estrutura existente, torna a região totalmente dependente, não só da empresa, mas do mercado mundial, na medida em que, como neste caso, se o valor do ferro cai, trabalhadores podem ser demitidos dentre eles os agricultores que deixaram suas terras para trabalhar na mineração. O minério é um recurso natural não-renovável, o que significa que ele se esgota e quando isso acontece acaba também a atuação da empresa na região e tudo o que gira em torno dela (MILANEZ; LOSEKANN, 2016). Desta forma, “a mineração caracteriza-se como uma atividade econômica que objetiva atender a demanda e aos interesses do mercado global, controlados pelas nações e corporações mais poderosas do capitalismo globalizado” (SILVA e COSTA, 2015, p. 804).

Isso demonstra o poder que essas empresas, que podem ser também chamadas de corporações multinacionais e/ou transnacionais, possuem: elas não precisam se adaptar à realidade local do território que se inserem e sim os territórios são transformados para atender as necessidades do empreendimento, nesse sentido, até mesmo leis são flexibilizadas, como se pode observar no caso do Projeto Minas-Rio (PEREIRA; BECKER; WILDAGHEN, 2013; SILVA; COSTA, 2015).

As comunidades e populações atingidas pelas atividades minerárias, muitas vezes se deparam com a parcialidade do poder público, que tendem a favorecer os empreendimentos. De acordo com Milanez e Losekann (2016, p. 407).

Isso ocorre, principalmente, devido ao fato de governos em todos os níveis, particularmente no nível local, serem diretamente beneficiados pelo aumento de receita associado ao pagamento de royalties pela extração mineral. Em casos específicos, existe mesmo a ocorrência de disputas entre regiões para abrigar elementos de infraestrutura associados aos empreendimentos minerários que, supostamente, trarão o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, governos nacionais costumam ter participação acionária em grandes empresas mineradoras, sendo, assim, duplamente beneficiados pela expansão de projetos extrativos.

Desta forma, para os autores Pereira; Becker e Wildaghen (2013, p. 01),

No que se refere aos bens minerais, se por um lado, os lucros e divisas gerados revelam o sucesso da ação do Estado, por outro, os conflitos socioambientais e a flexibilização de leis e regras de controle ambiental revelam o fracasso da ação do Estado em garantir o direito ao desenvolvimento das populações residentes nos territórios foco dos grandes empreendimentos.

Se por um lado os lucros gerados pela extração mineral no país são considerados um ganho no crescimento econômico, por outro lado, observa-se um atraso social em potencial, além da nefasta degradação ambiental. Esta forma de crescimento econômico é, ao mesmo tempo, responsável pela estagnação do país, e conforme verificado na literatura estudada é o que mantém países como o Brasil na situação de subdesenvolvimento. Isso porque as empresas/corporações como a Anglo American representam, segundo Baran (1986, p. 164), os interesses estrangeiros sobre estes países considerados atrasados. O que fica no país é apenas uma parte do excedente que é gasto localmente, por exemplo, com o pagamento de administradores, com pequena parcela de *royalties* e com a mão-de-obra, sendo que o valor pago na mão-de-obra nativa é muito baixo, insuficiente para suprir as necessidades básicas dos trabalhadores. Baran (1986, p. 164) destacou que “a contribuição deste tipo de empresa à formação de capital nos países subdesenvolvidos é, portanto, menor do que a das firmas nacionais”.

Conforme pode-se notar, o Projeto Minas-Rio e a atuação da corporação Anglo American, não é uma novidade no país e faz parte do que foi consolidado no passado e continua sendo reproduzido. Chamar de desenvolvimento o processo que vem sendo repetido durante séculos e que não foi e não é capaz de suprir demandas sociais básicas da população brasileira, é um equívoco e uma falácia – uma enganação. Não tem como desenvolver fazendo o que já se sabe qual é o fim. Cria-se e recria-se a dependência de países que poderiam ser soberanos; mudam-se os termos e se repete a história.

Contudo, não se pode negar a importância da mineração na sociedade contemporânea e seus avanços básicos que denotam de utilidade pública. Assim, movimentos e organizações populares de enfrentamento ao atual modelo minerário vem discutindo outras possibilidades de extração mineral e já apontam algumas diretrizes, como tratadas por Milanez e Losekann (2016, p. 420).

Este seria um extrativismo preocupado com um uso mais racional dos recursos naturais e voltado para reduzir a pobreza e atender às necessidades da população em uma escala mais regional do que global. Para traçar essa transição, ele recomenda que se garanta, em primeiro lugar, que qualquer atividade extrativista ocorra somente baseada no respeito à legislação ambiental e trabalhista, apoiada em um zoneamento territorial que leve em consideração aspectos ambientais, sociais e econômicos, e que reconheça os direitos de participação efetiva das comunidades.

Além disso, outro fator essencial é dar à população o direito de escolha sobre o que consideram de maior importância na região, entendendo que “há funções dos territórios que devem ser consideradas prioritárias em relação à extração mineral” (MILANEZ; LOSEKANN, 2016, p. 421). Desta maneira, entende-se que contestar o atual modelo de mineração, não significa ser contra a extração mineral, mas sim problematizar o contexto histórico econômico e social que este modelo se ampara, e que até o momento não apresentou ganhos concretos capazes de sobressair às perdas sociais, ambientais e culturais.

O próximo capítulo abordará a realidade brasileira diante do histórico processo de dominação, exploração e dependência; a forma como este modelo de desenvolvimento envolveu o meio rural e afetou os territórios e populações que nele vivem – especialmente a agricultura familiar. E por fim, foram também abordadas as medidas que foram tomadas nas duas últimas décadas para minimizar a discrepante desigualdade gerada no meio rural.

CAPÍTULO II – DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL

O desenvolvimento do meio rural brasileiro esteve historicamente amparado em um modelo de grande exploração voltada para o mercado externo, tanto na produção agrícola e pecuária como na extrativista. Exemplo disto é o caso dos minérios, durante a fase do capitalismo mercantil e, mais recentemente, na era do imperialismo global.

Para a compreensão de como foi formada a economia agrária brasileira e suas bases de exploração, este capítulo busca realizar uma síntese histórica da realidade brasileira, utilizando autores clássicos e contemporâneos, mas também abordando a situação atual do desenvolvimento rural e o que tem sido entendido por desenvolvimento rural territorial; a origem do campesinato no país que hoje é institucionalmente reconhecido como agricultura familiar; e as ações do Estado no incentivo para este grupo social.

2.1. História e atualidades do desenvolvimento rural brasileiro

Para iniciar a presente discussão convém resgatar o entendimento de desenvolvimento abordado no capítulo anterior, no qual se destacou que o desenvolvimento até então implementado no Brasil esteve estreitamente relacionado ao crescimento econômico, portanto, reproduzindo a lógica do subdesenvolvimento e da dependência.

Com o objetivo de tornar o texto mais fluído e compreensível, a apresentação do processo histórico acerca do desenvolvimento rural no Brasil foi dividida em 4 grandes fases: A primeira fase – está na origem do desenvolvimento e economia agrária do país; a segunda – na pós abolição da escravatura e início do assalariamento dos trabalhadores rurais; a terceira – na modernização conservadora; e a quarta – o Desenvolvimento Rural voltado para os territórios, populações tradicionais e agricultura familiar.

A primeira foi marcada pela formação da economia agrária brasileira que iniciou de forma diferente dos países europeus e asiáticos, onde havia uma classe camponesa consolidada que passaram por uma transição do feudalismo para o capitalismo. O Brasil passou a ser colonizado na fase do capitalismo mercantil e a partir deste evoluiu conforme as configurações do capitalismo mundial, passando pelo capitalismo

industrial e fazendo parte, em condição subordinada do imperialismo global (PRADO Jr., 1966).

O Brasil teve, desde seu princípio colonial, bases econômicas voltadas para produção em grande escala a serviço do mercado externo. Diferente de outros países, não existia aqui pequenas áreas voltadas à produção de subsistência, colônias formadas por famílias agricultoras que serviram a algum feudo. Desta forma, o que se fundou “foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava” (PRADO Jr., 1966, p. 53).

O povoamento do período colonial aconteceu com o único propósito de organizar a produção local para atender o mercado europeu. Na chegada ao Brasil, os portugueses não encontraram produção que os interessavam, somente depois com a descoberta do pau-brasil foi dado início ao extrativismo. Em seguida, foi inserida a cana-de-açúcar, considerada a primeira atividade econômica organizada no país, na época o açúcar possuía grande valor para os europeus. O ouro e demais minérios só foram explorados tempos depois, já no século XVIII (GRAZIANO NETO, 1982).

A produção açucareira foi o pontapé inicial da agricultura brasileira, ela acontecia em faixas de terras que ia do litoral ao centro do país. Essas faixas de terras foram chamadas de Capitânicas hereditárias e os donos eram os fidalgos da Coroa Portuguesa que recebiam plenos poderes sobre aquelas terras. A mão-de-obra utilizada era majoritariamente escrava, dos índios capturados e dos negros africanos (GRAZIANO NETO, 1982).

Segundo Prado Jr. (1966, p. 55), a população que ocupava as terras brasileiras era composta pelo:

[...] branco europeu, o negro africano, e o indígena — reunidos pela colonização neste território que iria constituir o Brasil, a fim de nele produzirem alguns gêneros tropicais que o mercado europeu demandava, para se transformar numa coletividade e sociedade nacionalmente organizada. É o colono branco que veio com o único objetivo de estabelecer e dirigir a produção daqueles gêneros e com isso realizar um negócio e enriquecer; e que afinal aqui se radica e se faz de simples colono e negociante em integrante de nova nacionalidade. São o indígena e o negro trazido da África a fim de, como escravos, contribuírem com seu esforço físico e trabalho para os objetivos da empresa mercantil aqui estabelecida.

Portanto, observando esse processo histórico da realidade brasileira, percebe-se que as bases do desenvolvimento rural no Brasil, foram a grande propriedade (grandes áreas cedidas pela Coroa), o modelo *plantation* de produção (grandes áreas

monocultoras especializadas em um produto voltado para exportação) e a mão-de-obra escravizada (de africanos e índios).

No cultivo da cana-de-açúcar, é importante destacar que existiam nas entrelinhas e aos arredores, produção de alimentos para subsistências cuidadas também pelos negros escravizados. Isso porque, de acordo com Graziano Neto (1982, p. 21), um dos maiores problemas da população colonial era “a constante escassez de alimentos”. Em razão da necessidade alimentar dos trabalhadores escravos e dos centros urbanos coloniais, a coroa portuguesa cedeu pequenas áreas para o cultivo de alimentos, áreas estas que foram destinadas as famílias portuguesas escolhidas pela coroa. Pode-se notar, portanto que este período marcou o início da agricultura de subsistência no Brasil.

Segundo Graziano Neto (1982), no século XVIII a agricultura passou por um período decadente, com a descoberta dos metais preciosos toda a atenção da colônia voltou-se para os metais, o que atraiu um grande contingente de pessoas, e conseqüentemente, aumentou a demanda no abastecimento de alimentos, havendo um notório avanço na produção de alimentos para subsistência.

No século XIX começa a segunda fase, a agricultura foi retomada e passou novamente por outro surto, na produção de algodão para a Revolução Industrial que ocorria na Europa, na produção de arroz, na pecuária que seguia crescendo desde o século anterior e no final do século no café, outra cultura que também ganhou importância econômica na agricultura brasileira. No entanto, em meados do século XIX, com o fim do tráfico negreiro e com a abolição da escravatura, emergiram políticas de imigração de trabalhadores europeus, gerando uma nova configuração no mercado de trabalho, mas nada que, de fato, alterasse profundamente as relações de trabalho no Brasil (GRAZIANO NETO, 1982; PRADO JR., 1966).

Prado Jr. (1966, p. 57) fez análises importantes sobre este período, quando assinala que:

[...] o afluxo de trabalhadores europeus e a abolição da escravidão significariam, na sua expressão mais ampla e profunda, o início da integração da massa trabalhadora no conjunto da sociedade brasileira, na qual não passara anteriormente de setor marginal e sem outra função e expressão que satisfazer as necessidades de energia física aplicada ao trabalho e à produção. A sua integração na sociedade brasileira permitirá a amalgamação desta num todo homogêneo, eliminando o dualismo, irreduzível por outra forma, do sistema implantado pela colonização, a saber, de um lado os dirigentes da empresa mercantil aqui montada e destinada a suprir com sua produção o comércio exterior e, de outro, os trabalhadores que dariam a essa empresa o esforço físico necessário à realização de seus fins, e

que não passavam e não deviam passar disso: simples fornecedores de energia produtiva, nada mais que instrumentos de trabalho. Superava-se assim, definitivamente, a natureza e estrutura colonial da sociedade brasileira, abrindo caminho para a sua completa integração nacional.

Foi um período marcado pela integração social dos povos que passaram a viver em terras brasileiras e de consolidação da exploração e do lugar subordinado que o país ocupa até os dias de hoje. Nesta nova configuração a mão de obra que era escassa passou a ser abundante e o negro ao deixar de ser escravo foi considerado um trabalhador livre, assalariado, porém sem terra e sem teto.

Graziano Neto (1982, p. 24) descreveu que a maior expressão desta transformação foi na produção cafeeira, principalmente no diz respeito aos trabalhadores europeus. O autor argumentou que os colonos que cuidavam dos pés de café além de receber um salário de acordo com a produção, “recebiam terras para cultivarem outros gêneros agrícolas e tinham permissão de plantar culturas intercaladas no café em formação sob sua responsabilidade”. Enquanto isso o negro ocupava áreas que ninguém tinha interesse, pois não podia ter nada sobre sua posse.

Diante desse cenário, vale ressaltar que a colonização do sul do país, foi “baseada na pequena propriedade, com pouca utilização do trabalho escravo e com uma população etnicamente homogênea”, pois neste período deu-se importância a forte imigração germânica, o que fez do sul uma região com características próprias (GRAZIANO NETO, 1982, p. 22).

Outro fator importante a ser destacado neste período é à importação de produtos básicos. Prado Jr. (1966) usou o exemplo do trigo que era muito utilizado no país e que a maior parte era importada e gerava grande peso nas contas externas. Parece que esse quadro, no Brasil, ainda não se alterou. Atualmente o país gasta tempo e recurso para produzir produtos que lhes são estranhos, enquanto boa parte da demanda interna é suprida via importação.

Por fim, antes de passar para a próxima fase do desenvolvimento do meio rural brasileiro, é preciso assinalar a forma como o capitalismo internacional influencia os rumos do país. Nesse sentido, além de a produção ser destinada, em sua origem ao mercado externo,

[...] o imperialismo intervém na comercialização desses produtos, bem como em atividades auxiliares e complementares da produção, como o financiamento dela e o transporte dos produtos (estradas de ferro, aparelhamento portuário, navegação marítima). É nesses setores,

sobretudo, que se realiza a penetração e intervenção do capitalismo estrangeiro na economia brasileira, empolgando o comércio externo do país, comércio esse que constitui a trave mestra daquela economia (PRADO Jr., 1966, p. 59)

Portanto, com os investimentos destinados a especialização de exportações, financiados pelo capital estrangeiro, se desenvolveu uma dependência plena, de produção, transporte e comércio. Tal dependência se amplia e se intensifica com a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929 e com a crise de superprodução de café, porque nesse período, conforme Graziano Neto (1982, p. 25), “o modelo primário-exportador de nossa economia desagrega-se e inicia-se a fase da industrialização baseada na substituição de importações”.

Os anos de 1950 no Brasil representam o surgimento de uma agricultura capitalista, a terceira fase, sobretudo se observarmos o desenvolvimento do setor canavieiro no interior do Estado de São Paulo que passou a integrar a produção agrícola com a indústria nas usinas de cana-de-açúcar. Mas é na década de 1960 que essa integração se intensifica com o conjunto das transformações que aconteceram no meio rural e urbano. Esse período marca a emergência de um processo que modificou as bases da agricultura e pecuária no país, inaugurando assim as bases da chamada “modernização conservadora” no Brasil.

Segundo Delgado (1985), a modernização conservadora, foi um período em que houve uma grande mudança nas bases técnicas da agricultura. Os saberes tradicionais e populares no trato da terra foram rompidos e trocados pelos produtos da indústria especializada em suprimentos e maquinários agrícolas. Em decorrência do massivo êxodo rural houve também um crescimento da população urbana e conseqüentemente esvaziamento do meio rural, com um aumento significativo da demanda interna por alimentos. A população rural que antes de ir para o perímetro urbano produzia parte do que consumia no campo, indo para as zonas urbanas passaram a depender totalmente do que era produzido pela população que permanecia no campo. Esta pressão como escreveu Delgado (1985) se uniu com a integração dos meios produtivos (extrativismo, agricultura e indústria), as exportações e o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), passando a materializar um novo padrão de desenvolvimento rural “moderno”, o que se denomina hoje de agronegócio.

Graziano Neto (1982, p. 26) afirmou que essa modernização teve um significado muito mais amplo que o progresso técnico da agricultura, atingindo diretamente as relações de trabalho. Segundo o autor,

[...] a composição e a utilização do trabalho modificam-se, intensificando-se o uso de “boia-fria” ou trabalhador volante; a forma de pagamento da mão-de-obra é cada vez mais a assalariada; os pequenos produtores sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar em certas regiões, à organização da produção em moldes empresariais.

Os agricultores de subsistência passaram a ser vistos como símbolos do atraso, e por isso foram expropriados, o Estado e as indústrias viam a necessidade da mão-de-obra para os trabalhos das indústrias que estavam sendo estabelecidas no país, as áreas que antes eram ocupadas pelos pequenos agricultores, passaram a dar lugar às empresas rurais. E de acordo com Delgado (1985), a atuação do Estado sobre a implantação deste novo padrão de desenvolvimento rural pautado no agronegócio foi crucial nas décadas de 1960 e 1970, principalmente no que diz respeito aos mecanismos monetário-financeiros. Com o SNCR houve a institucionalização da atuação do estado nos incentivos fiscais sobre a aplicação de capitais nas atividades rurais, onde a clientela preferencial fosse os produtores modernizados ou modernizáveis. Porém, quem eram esses produtores?

Os clientes considerados com capacidade modernizante eram os grandes produtores proprietários de largas extensões de terra: os “latifundiários”. O propósito do SNCR não ficava restrito à agricultura e pecuária. Tratou-se de uma grande integração dos setores hegemônicos da sociedade brasileira com participação internacional. Foi realizada a integração de capitais “fusão de capitais agrários, indústrias, comerciais e bancários” (DELGADO, 1985, p. 124). O intuito como dito antes foi uma modernização integrada dos setores produtivos e econômicos do país focado em um desenvolvimento rural moderno.

As mudanças na base técnica da agricultura provocaram uma crescente subordinação do setor agrícola a setores especializados da indústria (fertilizantes, defensivos, corretivos de solo, rações, concentrados, tratores, colheitadeiras, etc.). Todo esse processo de modernização se realizou com intensa diferenciação e exclusão de grupos sociais e regiões econômicas, não contribuindo para encurtar a distância existente entre o agricultor e o latifundiário no país: ao contrário, contribuiu para aumentá-la. O processo de modernização foi altamente concentrador, abrangendo

basicamente a região Centro-Sul, mais especificamente o Sudeste e Sul. Esse avanço produtivo provocou uma enorme deterioração das condições sociais de vida dos grupos marginalizados (assalariados e pequenos produtores) (DELGADO, 1985).

Segundo Prado Jr. (1982, p. 67), se de um lado houve a modernização dos meios produtivos,

[...] Paralelamente, declinaram os padrões de vida dos trabalhadores. Isso porque aquele progresso foi acompanhado, como tinha naturalmente de ser, por larga expansão das lavouras de cana necessária para o adequado abastecimento em matéria-prima das modernas usinas. O que em contrapartida foi reduzindo o espaço disponível para culturas de subsistência mantidas pelos trabalhadores e das quais eles tiravam o essencial de sua manutenção. Também a necessária intensificação do trabalho, para fazer frente às novas exigências da produção acrescida, foi roubando ao trabalhador o tempo livre de que dispunha para se dedicar às suas culturas particulares de subsistência. Ele se transforma assim progressivamente em puro assalariado, sem outra fonte de recursos que o salário recebido. Vê-se desse modo na contingência de adquirir seus alimentos, em proporções crescentes, no comércio, e a preços relativamente elevados em confronto com o acréscimo de salário obtido em compensação pela perda do direito de ter suas próprias culturas. Seu padrão e condições de vida, portanto, se agravaram. Segundo opinião generalizada nas zonas açucareiras do Nordeste, o trabalhador rural vive hoje em piores condições que no passado. E os fatos diretamente responsáveis por isso foram precisamente o desenvolvimento e a apuração das relações capitalistas de produção e trabalho.

A modernização conservadora foi parte de uma onda de modernização dos meios de produção no país; foram modernizados os instrumentos e ferramentas para se produzir, mas as relações sociais mantiveram-se as mesmas. Assim, as populações camponesas foram afetadas não só com o que foi destinado para a produção rural, mas também com os grandes empreendimentos que fizeram parte do conjunto de integração de capitais que tomaram o campo, como as grandes hidrelétricas, rodovias, linhas de trem e mineradoras, a maioria destes empreendimentos era fruto de capital estrangeiro (DELGADO, 1985).

A modernização conservadora desenvolveu-se principalmente no período da ditadura civil-militar, acentuou a desigualdade no meio rural, provocou êxodo rural e colocou pequenos produtores e assalariados rurais em situação degradante. Esse período também foi marcado pela forte repressão e perseguição aos movimentos e organizações sociais que reivindicavam melhores condições de vida e denunciavam a situação de miséria que as populações pobres viviam. Com o fim deste regime, os movimentos e

organizações ressurgiram e, durante a década de 1980, aprimoraram suas atuações, demonstrando efetividade na década seguinte (SHNEIDER, 2010).

A década de 1990 representou um período de condições favoráveis à introdução de um novo debate acerca do desenvolvimento rural. De acordo com Schneider (2010, p. 03) a estabilização da moeda, as regulamentações da Constituição Federal de 1988 que entraram em vigor, a preocupação mundial com o meio ambiente, os trabalhos publicados por pesquisadores sobre a área e a atuação propositiva dos movimentos e organizações sociais, “tornou favorável a emergência de propostas inovadoras de mudança social, entre elas, as relacionadas ao desenvolvimento rural”.

Nota-se que foi na década de 1990 que se iniciou a última e atual fase do desenvolvimento rural no Brasil. Segundo Schneider (2010, p. 01),

A partir deste período, as políticas públicas e discussões teóricas sobre desenvolvimento rural reemergiram em bases inteiramente diferentes daquelas da década de 1970. Esta retomada foi fortemente influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos e analistas. Foram estas mudanças gerais que influenciaram as discussões específicas sobre o tema do desenvolvimento rural, desdobrando-se em políticas governamentais direcionadas para a reforma agrária, o crédito para agricultura familiar, o apoio aos territórios rurais, o estímulo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros.

Ainda conforme o autor, o fator principal que inaugurou esta nova fase foi a implementação da primeira política pública voltada para agricultura familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que reconheceu dentre suas diretrizes a agricultura familiar como uma categoria social (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Este reconhecimento esteve relacionado às lutas sindicais, na retomada dos sindicatos de trabalhadores rurais, nas lutas por créditos, por preços e condições de venda melhores, e pela previdência social rural. As lutas deram ênfase a esta categoria até então existente, mas não reconhecida (SCHNEIDER, 2010). O reconhecimento trouxe para a agricultura familiar a legitimidade fundamental para se constituir como uma oposição ao modelo agroexportador, diferenciando então agricultores familiares de grandes proprietários de terras.

O modelo agroexportador é o adotado pelos grandes proprietários de terras, com a produção monocultora voltada para exportação, o uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos, e a mão-de-obra baseada na superexploração de trabalhadores rurais. Em

contraposição, a agricultura familiar possui a produção voltada ao mercado interno, muitas vezes de subsistência, comercializando apenas o excedente, e a mão-de-obra é da própria família, podendo acontecer acordos na comunidade para realização de mutirões ou trocas do dia de trabalho.

Esta fase trouxe à tona uma polarização de ideias acerca do que é o desenvolvimento rural e a quem ele deve atender. Para Delgado e Bergamasco (2017, p. 65),

A sociedade brasileira é recortada, no tempo e no espaço, por interesses conflitantes de grupos e classes sociais. Esses interesses expressam concepções distintas de desenvolvimento, que disputam entre si os rumos a serem dados à própria sociedade. No que se refere ao desenvolvimento rural, dois projetos estão assim polarizados: por um lado, o projeto hegemônico, que se traduz pela modernização conservadora da agricultura, centrada na grande empresa agropecuária, cujos fundamentos socioeconômicos e políticos são dados pela propriedade concentrada da terra e demais recursos produtivos e para a qual são prioritariamente canalizados os recursos financeiros administrados pelo Estado. O desenvolvimento rural, nesse caso, é visto como decorrência do desenvolvimento da grande agricultura, adotando, portanto, um enfoque setorial, excludente e empobrecedor. De sua dominação resultam os traços marcantes do mundo rural: a pobreza das populações do campo, o seu esvaziamento social, através do êxodo rural e a concepção do mundo rural como espaços (e populações) periféricos e residuais; por outro lado, em contraponto, um outro modelo de desenvolvimento vem se consolidando no Brasil, cujos principais elementos são, o reconhecimento de outras formas de agricultura e de vida no campo. Territorial e não setorial, essa concepção tem como foco, o desenvolvimento da agricultura familiar em sua grande diversidade e o reconhecimento das particularidades das comunidades tradicionais, parcela importante das populações do campo. (Grifo nosso)

A existência de dois projetos distintos para o desenvolvimento rural no Brasil no século XXI pode ser visualizada, segundo Schneider (2010), nas diferentes atribuições do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O autor argumentou que o primeiro foi destinado a agricultura familiar e a reforma agrária, enquanto o segundo foi para fomentar o agronegócio, criando subsídios aos grandes produtores.

Contudo, são dois projetos incentivados e subsidiados pelo Estado, sendo que o que fica ao encargo do MAPA exerce poder hegemônico sobre o que o MDA¹² geria, isto é, por mais que existam investimentos para agricultura familiar, para os grandes

¹² O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto após golpe de estado em 2016.

proprietários os investimentos são expressivamente maiores. Seguem os valores de investimento destinados ao Plano Safra ¹³do último ano:

- R\$ 30 bilhões para o Plano Safra da **Agricultura Familiar** 2016-2017;
- R\$ 202,8 bilhões para o Plano Safra do **Agronegócio** 2016-2017 (MAPA, 2017).

Outro fato relevante e que demonstra a hegemonia do agronegócio, é a crescente concentração de terras, mesmo com os avanços na disputa por um desenvolvimento rural territorial, os dados oficiais do último Censo Agropecuário (2006) realizado pelo IBGE, mostram que o índice de Gini indicava o valor de 0,872, valor maior do que o apresentado em 1995 que foi de 0,856 e 1985 que foi de 0,857. No índice de Gini quanto mais próximo de 1, maior é a concentração, o que mostra que o Brasil possui uma grande e crescente concentração de terras.

Ainda de acordo com o Censo Agropecuário (2006), a agricultura de porte familiar, de até 10 hectares era cerca de 47% dos empreendimentos no campo, porém ocupavam apenas 2,3% da área total de terras agricultáveis no país. Já o grande proprietário, que até 2006 era 0,91% da população que estava no campo, ocupava em torno de 45% das terras brasileiras. Ou seja, muita terra na mão de poucas pessoas, uma herança do passado, que faz com que a concentração siga aumentando e os conflitos de luta pela terra persistam, seja pelo acesso ou pela permanência na terra. De acordo com Germani (2010, p. 18),

Ao lado disso, enquanto os movimentos sociais de luta pela/na terra empreendem enormes esforços para ocupar, marchar, enfrentar jagunços, juízes e, com sorte, ver a concretização da conquista de um pedaço de chão, de poucos hectares, outros, com uma facilidade incrível, tem grandes extensões de terras públicas griladas reconhecidas como legais pelo Estado. Ou então, depois de todo o esforço para garantir seu pedaço de chão surpreende-se ao saber que o subsolo foi requerido por alguma mineradora e passa a ser atormentados e novamente ameaçados.

Ou seja, se por um lado à agricultura familiar teve nos últimos 15 anos uma série de políticas públicas implementadas (e estas serão discutidas com maior profundidade nos próximos tópicos), por outro lado, o Brasil está entre os países que possui maior concentração de terra, que mais produz *commodities*. Em decorrência destes dois fatores, é desde 2008 o país que mais consome agrotóxicos no mundo e o segundo

¹³ O Plano Safra começou a ser implantado em 2003, é um investimento federal anual na produção agrícola, com: políticas públicas, créditos e assistência técnica.

maior em áreas com plantações transgênicas, sem contar as várias denúncias da utilização de mão-de-obra em situações análogas a escravidão.

Vale destacar, portanto, que a estrutura econômica colonial ainda permanece, pois o latifúndio predomina, a produção agrícola é voltada principalmente ao mercado externo, a força de trabalho é superexplorada em condições análogas à escravidão e a hegemonia das empresas agrícolas é a de capital estrangeiro. Este fato tem a ver com modo de acumulação típico do capitalismo tardio brasileiro, cuja natureza é a reprodução histórica da dependência, como se pode observar no início deste capítulo e no capítulo anterior. O Brasil faz parte de um grande sistema internacional, em que sua posição é de subordinação.

Nesse sentido, o desenvolvimento rural que passou a ser discutido na década de 1990, trouxe consigo possibilidades diferentes das que foram colocadas historicamente, e apesar de estar exercendo uma função importante, o qual tem provocado positivas transformações no meio rural, estas ainda são incipientes quando comparadas aos 500 anos de história de um modelo hegemônico e explorador.

A maior diferença do desenvolvimento rural pautado no agronegócio, com o de bases territoriais, está justamente no capital social voltado ao território. Segundo Schneider (2010, p. 09),

[...] a capacidade de inovação dos agricultores familiares e sua interação com as instituições locais são fundamentais para que possam ampliar a geração e agregação de valor, assim como reduzir custos de transação e estimular economias de escopo.

Trata-se de uma produção voltada ao abastecimento local, onde a economia gerada permanece também no local. Este é um caminho que dentro das limitações existentes tem demonstrado resultados efetivos. E é por isso que este foi um tema chave escolhido para ser abordado neste trabalho, pois num contexto de permanência das estruturas históricas da dependência, podemos considerar que o desenvolvimento rural territorial é capaz de melhorar as condições de vida dos agricultores e agricultoras familiares que estão sendo atingidos pela mineração.

2.2. O camponês e o agricultor familiar: quem são esses sujeitos?

Antes de partir para as políticas públicas e programas de governo, ambos implementados com objetivo de fomentar o desenvolvimento rural territorial, é

fundamental que sejam reconhecidos os sujeitos público-alvo destas políticas, que já foram citados neste trabalho, mas até o momento não foram caracterizados.

Segundo Prado Jr. (1966) e Graziano Neto (1982), a formação do campesinato (base histórica da agricultura familiar brasileira), se deu a partir da produção de alimentos para subsistência, pois dada produção não era de interesse dos grandes produtores que produziam para o mercado externo e por isso eram cedidas terras aos imigrantes para que pudessem produzir e fornecer alimentos para a população. Os sujeitos que compuseram essa categoria social foram: os imigrantes europeus que vieram trabalhar no cultivo do café, e os negros que foram escravizados e pós-abolição ocuparam áreas que não interessavam a ninguém, produzindo seus próprios alimentos. Os índios não são considerados camponeses devido a relação que estabelecem com a natureza. No entanto, atualmente os índios compõem de acordo com a legislação uma categoria específica da agricultura familiar.

Acompanhando a trajetória do desenvolvimento rural brasileiro, nota-se que este campesinato também passou por ressignificações, tanto nos modos de produzir e na relação com o mercado, quanto nas demais relações sociais. No Brasil, antes de ser institucionalizado o conceito de agricultura familiar, este grupo social era chamado por diversas nomenclaturas, como: camponês, caboclo, roceiro, lavrador, pequeno produtor, posseiro, meeiro, entre outros (FERNANDES, 2001; SCHNEIDER; CASSOL, 2017). O conceito camponês era o que representava maior consistência política, pois era visto pelos teóricos como uma classe social – o campesinato. A família camponesa era considerada aquela que possuía minimamente uma extensão de terra disponível para o cultivo, não se utilizava de mão-de-obra externa ao núcleo familiar, possuía meios próprios para produzir e que por necessidade, às vezes, prestava serviços externos. O foco produtivo da família era o autoconsumo e só era comercializado o que fosse excedente da subsistência familiar (CHAYANOV, 1974).

Com o capitalismo industrial as famílias camponesas foram, de certa forma, condicionadas a obter uma interação maior com o mercado. No Brasil, este período foi intensificado durante a modernização conservadora, pois as modificações na base técnica da agricultura não atingiram apenas os grandes produtores, mas também de maneira muito diferente as famílias camponesas (BRUNO, 2016).

A integração da agricultura com a indústria fez com que muitas unidades familiares campesinas se tornassem empreendimentos a partir da aquisição de pacotes tecnológicos tidos como rentáveis. Um exemplo disto foram os frigoríficos, que

forneciam tudo (tecnologias, insumo, ração) para as famílias produzirem e elas só podiam vender diretamente para o próprio frigorífico, este tipo de relação era formalizada por meio de um contrato de integração (BRUNO, 2016).

Bruno (2016, p. 04) argumentou que existia na época o discurso de que este tipo de integração seria uma forma de beneficiar a todos (a indústria e os camponeses), alegando que assim, com a indústria fornecendo os subsídios, não teria como os camponeses sofrerem prejuízos e a produção conseguiria manter padrão, justificando “a parceria como condição para acesso à tecnologia e, obviamente, omitindo os ganhos para as empresas”.

Essa integração fez com que fossem surgindo diferentes categorias entre os camponeses brasileiros, pois ela não atingiu a todos da mesma forma e também não se pode afirmar que era de interesse de todas as famílias se integrarem com a modernidade. Distingue-se a partir daí as famílias que passaram a integrar-se ao mercado e as famílias que permaneceram na produção para subsistência. Foi assim que se criaram divergências conceituais, pois a família que passou a interagir com o mercado não se enquadrava mais nas características camponesas, no entanto as condições estruturais permaneceram as mesmas, o que mudou foram apenas a reprodução social e econômica nas relações externas ao núcleo familiar e comunidade local (FERNANDES, 2001; BRUNO, 2016; SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

Essa diferenciação que não é a única deste grupo social, pois se trata de um grupo diverso e pluriativo, é a que mais marca, pois criou-se uma diferença de inclusão - as famílias incluídas no mercado e as marginalizadas - que por meio de mecanismos e estratégias peculiares, resistem e sobrevivem no campo. Com a institucionalização do conceito de agricultura familiar e reconhecimento deste grupo social como uma categoria política, surgiram outros projetos e iniciativas capazes de promover a inclusão de mais famílias a outros tipos de mercado, pautados no desenvolvimento rural de base territorial (GRISA, 2017).

Diante disso, existem autores que não dissociam agricultura familiar de campesinato, para eles o camponês é um agricultor familiar, mas o agricultor familiar nem sempre é camponês (FERNANDES, 2001; SCHNEIDER; CASSOL, 2017). A Lei nº 11.326/2006 que define o que é a agricultura familiar brasileira, consta que são famílias que:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Em um estudo realizado por Schneider e Cassol (2017), os autores classificaram a agricultura familiar, ou seja, as famílias que estão enquadradas dentro do que foi estabelecido pela lei, em três grandes categorias de acordo com a base de dados do Censo Agropecuário de 2006. Foram divididos no universo de 4.366.267 estabelecimentos, 2.543.819 em que a fonte de renda da família é majoritariamente da agropecuária; 276.582 de estabelecimentos que possuem fontes múltiplas de renda; 237.926 estabelecimentos que as famílias vivem no campo, mas a maior parte da renda é de fonte externa da unidade familiar e 1.307.940 que não possuem receita.

De maneira geral, para Schneider e Cassol (2017, p. 85) a agricultura familiar é formada por famílias que residam na zona rural e que “trabalham mediante o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para seu autoconsumo como para a comercialização, e vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais”. Os autores ressaltam que por mais integrada que famílias estejam com o mercado, as unidades operam em um regime econômico familiar e não deixam de lado suas raízes camponesas.

Por mais que existam diferenças nas relações produtivas da agricultura familiar brasileira, as condições estruturais são as mesmas. Isso faz com que todos sintam em maior ou menor intensidade os mesmos problemas como:

[...] a pobreza, a privação de renda e a vulnerabilidade social continuam a afetar muitos destes produtores e suas famílias, da mesma forma como no passado. Por isto, é importante enfatizar que a mudança de nome ou a adoção de nova terminologia, por si, não altera a condição real de vida dos agricultores familiares e menos ainda a sua identidade (SCHNEIDER; CASSOL, 2017, p. 86).

Wanderley (2017, p. 66) complementou os autores, declarando que não considera todos os agricultores familiares pequenos produtores, mas que tem consciência de que, “no Brasil, todos eles sofrem, em graus e sob formas distintas, o bloqueio de suas potencialidades, gerado pelas forças dominantes na agricultura, no meio rural e no conjunto da sociedade brasileira”.

Isso demonstra que a discussão teórica acerca dos conceitos não é algo que deva ser priorizado, e que as diferenças devem sim compor as discussões, mas no sentido de

ênfatizar a diversidade econômica e heterogeneidade social das famílias que compõem este grupo, a fim de subsidiar a criação de políticas e programas que atendam a essa diversidade. E quanto à definição de uma família se é camponesa ou agricultora familiar, Schneider e Cassol (2017) afirmam que são os agentes sociais, ou seja, as próprias famílias que devem criar sua identidade, não cabendo aos teóricos revogar essa definição.

2.3. Políticas públicas de desenvolvimento rural: olhando para agricultura familiar

Durante os últimos quinze anos pode-se observar no Brasil certos avanços no reconhecimento do importante papel que agricultura familiar cumpre para sociedade brasileira. Porém, como visto anteriormente, nem sempre foi assim. A agricultura familiar passou durante a maior parte da história do Brasil lançada ao descaso e a marginalização.

A primeira política destinada à agricultura familiar foi o Pronaf, que teve por objetivo fomentar o crédito rural, a partir de 1996, o que foi uma importante conquista dos movimentos sociais e sindicais ligados ao campo. Foi construído com a proposta de, além do crédito rural com impostos mínimos, financiar projetos de infraestrutura e serviços, através da participação popular – sindicatos e movimentos sociais. Segundo Bonal e Maluf (2009, p. 94) “o Pronaf também se converteu num instrumento de introdução de políticas territoriais no meio rural”.

No início o Pronaf atendia a um público restrito de famílias, pois o perfil que enquadrava nas normativas do programa era apenas dos agricultores que estavam em transição para se tornarem empresas rurais. Desta forma, o “Pronaf crédito era visto não como um programa de assistência social, mas como um mecanismo para impulsionar para os mercados os agricultores que apresentassem um mínimo de condições produtivas” (GRISA, 2017, p. 294). As famílias que não tinham perfil de se integrarem ao mercado, permaneceram periféricas ao programa.

Dentre as famílias que estiveram nas rebarbas do programa, encontravam-se os quilombolas, os indígenas, os pescadores artesanais, os extrativistas e as quebradeiras de coco. Estes grupos específicos da agricultura familiar tinham dificuldades para acessarem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), pois se tratava de um processo burocrático, que demandava documentos que muitas vezes as famílias não tinham em

mãos, como o título de posse da terra ou contrato quando meeiro e o comprovante de renda (GRISA, 2017).

Embora fizesse parte da descrição do programa no decreto sancionado, a preocupação com o desenvolvimento rural por outras bases que a do agronegócio, o que se viu foi o estímulo ao mesmo modelo, visando o aumento produtivo, a “tecnificação, especialização e profissionalização dos agricultores familiares” (GRISA, 2017, p. 297). Os principais cultivos fomentados pelo Pronaf foram: soja, milho, café e fumo. Tudo isso, demonstrou uma grande contradição do programa: apesar de nestes quinze anos de implementação o programa ter se aperfeiçoado, alcançando outras famílias, como no Pronaf (Mulher, Jovem, Agroecológico, Florestas e Semi-árido), dentro do volume total dos recursos do programa, essas categorias ficam apenas com 1,6% do total, a maior parte tem sido destinado aos agricultores integrados (GRISA, 2017).

Diante disso, notou-se a necessidade de outras políticas que pudessem ser capazes de atingir as demais famílias que compõe o quadro nacional da agricultura familiar. Isso ocorreu a partir de 2002, havendo no país uma gestão governamental mais progressista que passou a dialogar com os movimentos e organizações sociais. Nesse sentido, algumas das principais políticas foram: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-2003), o Programa de Habitação Rural (PNHR-2003), o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat-2005), o Seguro da Agricultura Familiar (Seaf-2004), o Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF-2006), o Programa Territórios da Cidadania (PTC-2008), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM-2008), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE-2009), a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO-2012) e o retorno da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) pública, entre outras políticas que não eram destinadas diretamente para a agricultura familiar, mas que gerou muitos benefícios como descrito por Grisa e Schneider (2014, p. 03),

[...] o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás, o Programa Fome Zero, o Plano Brasil Sem Miséria, o Programa Bolsa Família, o Brasil Carinhoso e o Programa Bolsa Verde, além da disponibilização de crédito de fomento a fundo perdido (R\$ 2.400,00/família) para a aquisição de insumos e equipamentos, assistência técnica diferenciada para este público doação de sementes e tecnologias da Embrapa para iniciar os processos produtivos.

Durante os anos 2000 houve um investimento jamais visto na história do país para o desenvolvimento rural destinado à agricultura familiar. E diferente do Pronaf

que tinha por objetivo fomentar a produção, principalmente a tecnicada, foram implementados programas destinados a prestar assistência social como: o PNHR, o Bolsa Verde, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação entre outros que tiveram como princípio a erradicação da miséria no país e a melhora na qualidade de vida das populações (GRISA, 2017).

Entre os programas implementados, tiveram também programas produtivos objetivando atender outro tipo de mercado – o institucional. O primeiro programa implementado nesse sentido, foi o PAA em 2003. Este foi um programa inovador em termos de políticas públicas, com duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para conseguir cumprir com o que propunha, o programa visava a aquisição dos alimentos por meio da compra direta dos agricultores familiares, eliminando processos licitatórios. Atualmente, uma parte dos alimentos do PAA é destinada às entidades sócio assistenciais e outra parte às organizações privadas de agricultura familiar, como cooperativas e associações, para composição de estoque. Quando destinados às entidades sócio assistenciais, os alimentos adquiridos vão para os restaurantes populares, para as cozinhas comunitárias e para a composição de cestas básicas de distribuição do governo federal. Quando destinados à composição de estoque, funciona, como um auxílio às organizações, possibilitando-as comprar alimentos de seus cooperados ou sócios e comercializar, posteriormente, em mercados públicos ou privados (MDA, 2014).

Além destas duas formas de aquisição e distribuição, existem ainda no PAA categorias específicas para regiões, por exemplo, o PAA Leite, que abrange o Nordeste e o Norte do estado de Minas Gerais, regiões que convivem com sérios problemas de escassez hídrica. Para Delgado (2013, p. 07) o Pólo de Demanda criado pelo PAA,

[...] logrou ampliar significativamente a demanda institucional pela policultura alimentar oriunda da Propriedade Familiar e da Pequena Propriedade. Neste sentido, se criou um importante e virtuoso sinal de igualdade de oportunidade na política agrícola, propiciando elevação ou criação do excedente econômico no estabelecimento familiar, em condições de autonomia relativamente às relações desiguais com as cadeias do agronegócio.

Assim, entende-se que essas políticas públicas foram significativamente mais inclusivas do que o Pronaf, conseguindo atingir grupos específicos como os já citados, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, extrativistas e as quebradeiras de coco. Afora a relevância econômica, o PAA demonstrou ter outras características tão

importantes quanto, como o resgate cultural das regiões, o incentivo às iniciativas populares, a visibilidade e valorização dos modos de vida e ruralidades (DELGADO, 2013). De acordo com GRISA (2017, p. 302), o programa tem apresentado “outro formato institucional” procurando “evidenciar a diversidade regional, cultural, social, produtiva e alimentar do meio rural brasileiro”.

Alinhada às iniciativas do PAA, em 2009 a agricultura familiar ganhou outro espaço de comercialização institucional, passando a fazer parte das diretrizes do PNAE. O PNAE é um programa antigo, que foi criado na década de 1950, passou por períodos de alta e baixa implementação. O objetivo principal do programa era suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos estudantes da rede pública de ensino, visando atender os requisitos nutricionais referentes ao período em que este se encontrava na escola (FNDE, 2014). Tratava-se da assistência financeira suplementar com vistas a garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos beneficiários. Contudo em 2009 o PNAE ganhou nova configuração, o que ampliou seus objetivos: de acordo com a Lei nº 11.947/2009, no mínimo 30% do recurso que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) encaminha para as secretárias de educação e escolas executarem o PNAE, devem ser utilizados na aquisição de alimentos direto da agricultura familiar.

A participação da agricultura familiar no PNAE foi considerada um grande ganho, pois assim como o PAA, o programa possui características como: compra direta, preço justo, prioridade dos alimentos locais, respeito à sazonalidade de produção da região e valorização dos alimentos nativos.

Em 2012, houve outro progresso nesse sentido, a flexibilização dos programas, PAA e PNAE, que a fim de torna-los mais acessíveis ao agricultor, a licitação, que é um procedimento administrativo burocrático realizado pela administração pública para aquisição de serviços ou produtos, regida pela Lei 8.666/1993, passou a ser dispensada conforme a Instrução Normativa nº 26/2013, e os processos têm sido realizados por meio de chamadas públicas, ou seja, “ações estruturadas com seleção por meio de um processo de competição aberto ao público”. Tais ações “são mais frequentemente utilizadas em programas de subvenção econômica e programas de apoio com recursos não reembolsáveis” (Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, 2016, p. 1). Com isso, possibilitou uma abertura para que estados e municípios pudessem criar seus próprios mecanismos de Compra Institucional de Alimentos, “permitindo a relação

direta entre governo e sociedade civil para a aquisição de alimentos por parte do Estado” (GRISA, 2017, p. 300).

Chamou-se atenção para estes dois programas, pois os mesmos foram construídos com “base em um referencial de política pública orientado pela segurança alimentar e nutricional – o que implica necessariamente em promover formas mais equitativas de produzir os alimentos” (GRISA, 2017, p. 302). Desta forma, o PAA e o PNAE estão alinhados às Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSA), a Ação da Cidadania Contra Fome e a Miséria e pela Vida, a Campanha de Combate a Fome, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (GRISA, SCHNEIDER, 2014).

Estes programas sinalizaram o potencial produtivo que agricultura familiar possui, fortaleceram suas “estratégias de reprodução social agrícola” e ao mesmo tempo, a sua “segurança alimentar e nutricional”. Em outras palavras, significa uma relação diferente do mercado convencional, pois,

[...] não se trata de fortalecer mercados agrícolas competitivos nas grandes cadeias agroindustriais e pautados pelo processo de externalização da agricultura, mas de promover práticas agrícolas diversificadas, adaptadas ao contexto ambiental em que se encontram, valorizadoras da diversidade regional, e promotoras de autonomia (GRISA, 2017, p. 307).

Diferente das demais políticas de cunho assistencialista que são essenciais, mas que podem criar o clientelismo, o PAA e PNAE são fundamentais no sentido em que complementam essas políticas e proporcionam autonomia para as famílias, que deixam de ficar dependentes destes benefícios. Pois, “disponibilizar apenas políticas sociais pode significar a reprodução das condições que geram a vulnerabilidade social” (GRISA, 2017, p. 299). Diante deste contexto, evidencia-se a importância do PAA e PNAE para agricultura familiar brasileira.

Grisa e Schneider (2014) afirmaram que essas políticas levaram benefícios inigualáveis até o momento, para as regiões rurais do país, sendo que essas foram capazes de provocar melhorias explícitas até mesmo nos indicadores convencionais de desenvolvimento. Os autores alertaram que as rupturas necessárias com o passado não aconteceram, embora as mudanças e melhorias no campo sejam inegáveis, mas a estrutura agrária continua a mesma. Isso significa que por mais que as melhorias sejam evidentes, mudanças cruciais para o rural como a reforma agrária e o investimento equivalente ao do agronegócio para a agricultura familiar, não ocorreram.

Isso implica diretamente no acesso das famílias aos programas. No estudo realizado por Grisa (2017, p. 302), ela levantou algumas das principais dificuldades vivenciadas pelas famílias no acesso ao PAA, argumentando que estas dificuldades estão relacionadas às limitações estruturais a que estão sujeito estes grupos,

[...] como falta de informação, ausência de documentação pessoal, ausência da DAP para ingressar no programa, falta de ou pouca terra (e, conseqüentemente, terras desgastadas), dificuldades organizacionais, limitações de infraestruturas (estradas, acesso à água, ausência de equipamentos e instrumentos de trabalho) etc.

É certo que as políticas voltadas a esses territórios valorizaram e fortaleceram um seguimento social que esteve durante décadas às margens da sociedade. Porém, ressalta-se novamente que ainda assim a agricultura familiar recebe bem menos investimento quando comparada ao agronegócio, e existem muitas famílias sem terra ao mesmo tempo em que existem diversos latifúndios abandonados e improdutivos. Além disso, há a disputa por recursos naturais que as famílias enfrentam com grandes empreendimentos que tomam o campo, como na disputa pela água no caso das famílias atingidas pela mineração.

A situação de desigualdade e vulnerabilidade social dos agricultores familiares é evidente e, de acordo com Grisa (2017, p. 307) “ao se promover o desenvolvimento rural pressupõe-se construir ações que rompam ou minimizem estas restrições”. Desta forma, a ruptura com a velha estrutura se faz essencial, enquanto ela não acontece, os estudos indicam que as políticas e os programas estarão sendo seletivos, pois as limitações para o acesso estarão presentes.

Nesse sentido, o próximo capítulo abordará a implementação do PNAE em uma região que vem sendo atingida pela mineração, expondo as contradições e os impasses gerados entre os modelos de desenvolvimento.

CAPÍTULO III - A IMPLEMENTAÇÃO DO PNAE EM MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO

Conforme os estudos apresentados, políticas públicas como o PAA e PNAE podem oferecer um potencial inovador para os territórios rurais. Desta forma, pretende-se mostrar neste capítulo, o acesso da agricultura familiar de uma região atingida pela mineração ao PNAE e as implicações deste tipo de empreendimento no desenvolvimento rural.

Para tanto, neste capítulo será apresentado:

- 1) o PNAE, seu histórico e estrutura gerencial, bem como o funcionamento do programa nos municípios atingidos pela mineração Alvorada de Minas (AM), Conceição do Mato Dentro (CMD) e Dom Joaquim (DJ);
- 2) A gestão municipal e estadual do PNAE nos três municípios;
- 3) Análise das informações que a agricultura familiar local tem sobre o programa;
- 4) As influências do empreendimento minerário sobre a dinâmica do programa e como a atividade minerária pode ser um entrave para o desenvolvimento rural;
- 5) Os desafios, limites e possibilidades do PNAE, sendo a área de estudo um reflexo da realidade nacional; e
- 6) As mudanças na vida das famílias que participaram do programa: qual a importância do PNAE para elas?

3.1. Questões sociais e a relevância sócio-política do PNAE

O PNAE é um programa que aborda questões sociais profundas. Quando foi elaborado na década de 1950, tinha por objetivo assegurar a alimentação dos trabalhadores das indústrias que estavam em situação de subnutrição; depois, em 1974, quando foi denominado PNAE, passou a ser uma política que garantia a alimentação

escolar, pois, segundo estudos da época as crianças não conseguiam aprender sentindo fome. A merenda escolar muitas vezes era uma das únicas refeições que elas realizavam no dia (TEIXEIRA, 2008).

Em 2009, o programa foi incrementado e ganhou mais uma função social – além do suprimento da alimentação e nutrição nas escolas – adquiriu também importância no escoamento da produção da agricultura familiar, contribuindo para promoção de emprego e trabalho no meio rural e diminuindo o êxodo rural, consequentemente diminuindo também a pobreza no meio rural e urbano (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

A inserção no mercado sempre foi um dos pontos de maior vulnerabilidade da agricultura familiar. O atravessador, beneficiando-se das circunstâncias e da ausência do Estado, faz a intermediação entre produtor e consumidor, transformando-se na forma possível de escoamento dos alimentos que a família produz. Assim, as famílias ficam a mercê do valor estipulado pelo atravessador, que normalmente paga um valor muito abaixo do que ele revende ao consumidor. De acordo com Souza (2011, p. 31), “o atravessador é na maioria das vezes mais dotado de conhecimento de mercado que o produtor da zona rural, o pequeno produtor geralmente tem menos escolaridade e menor instrução, sendo uma presa fácil no mercado competitivo”.

O PNAE tem um importante papel nas questões sociais, seja garantindo o suprimento mínimo de alimentos às populações mais vulneráveis, seja através da redução da evasão escolar em detrimento da fome, ou seja pela garantia de mercado para a produção das famílias agricultoras.

3.2. A gestão e a estrutura normativa

A gestão do PNAE está estruturada a partir de uma autarquia federal responsável por coordenar o programa nacionalmente (elaborar as normas, controlar e destinar o recurso e monitorar a execução), esta autarquia é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e está vinculado ao Ministério da Educação (MEC). O processo executivo do programa está sob encargo dos setores ligados a educação dos estados e municípios, e a nível federal dos Institutos Federais (IF's), responsáveis por garantir em conjunto com o FNDE a execução do PNAE nas escolas que lhes cabem responsabilidade pelo funcionamento, sendo denominados por

Entidades Executoras (EEx). E as escolas/unidades onde acontece a execução são chamadas de Unidades Executoras (UEX) (BRASIL, 2009).

Ainda dentro da estrutura gerencial do PNAE, existe a ação da sociedade civil, que atua na fiscalização e controle, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE's). É dentro destes conselhos que a sociedade acompanha, avalia e faz apontamentos sobre o programa. O CAE pode ser no nível estadual e municipal e cabe a ele emitir relatórios anuais sobre os processos de execução do PNAE; caso não o faça, são geradas implicações para a liberação do recurso do próximo ano (BRASIL, 2009). Para os IF's não existem exigências de terem o CAE, no entanto, no Manual de Gestão do PNAE para Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os autores orientam que seja formada uma Comissão Especial de Compras da Agricultura Familiar (CECAF), e que esta comissão atue tanto na articulação com os agricultores familiares (lista de produtos, levantamento de preços, chamadas públicas), como no controle social da execução do programa (HIRATA et al., 2017).

O recurso do FNDE repassado para a alimentação escolar deve ser destinado, obrigatoriamente, à compra de produtos da agricultura familiar em no mínimo 30%. O recurso sai da União, que faz o repasse para o FNDE, e este encaminha o recurso, que é de caráter suplementar, para as EEx, para alimentação dos estudantes da rede de ensino público, em dez parcelas anuais – durante os meses letivos. O caráter suplementar do recurso quer dizer que o FNDE disponibiliza apenas uma complementação do recurso para as refeições nas escolas. Assim, as prefeituras, os governos estaduais e federais devem arcar com o restante financeiro necessário.

A obrigação dos 30% de alimentos da agricultura familiar, diz respeito somente ao recurso suplementar que o FNDE encaminha; o montante que o governo federal, o estado e a prefeitura complementam não está dentro das obrigações. Como se pode observar na Lei 11.947/2009, em seu Art. 14. “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar” (grifo nosso).

O valor do recurso é correspondente ao número de alunos e dias letivos, levando em consideração a modalidade de ensino. São os valores diários destinados a cada aluno:

Creches: R\$ 1,07
Pré-escola: R\$ 0,53

Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64
Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36
Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32
Ensino integral: R\$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,53 (FNDE, 2017).

A gestão do programa pode ser centralizada ou descentralizada. Na gestão centralizada, Estados e municípios ficam responsáveis por fazer toda a gestão (abrem chamada pública, realizam as compras e os pagamentos). Na gestão descentralizada são as escolas que ficam responsáveis pela gestão, recebendo diretamente o repasse do recurso pelo FNDE. Na rede de ensino municipal, geralmente se utiliza da gestão centralizada, onde a secretaria de educação em conjunto com outros departamentos da prefeitura é responsável pela execução e pagamentos (BRASIL, 2009).

Nas duas formas de gestão do PNAE é obrigatória a participação de um nutricionista na elaboração dos cardápios. É por meio do cardápio que se sabe qual é a demanda - quais alimentos e em quais quantidades, que posteriormente será descrito na chamada pública. Isto é, o/a nutricionista possui um papel estratégico na execução do programa, pois é ele/a quem irá definir o que será pedido nas chamadas para os agricultores, se ele/a inclui alimentos que não são produzidos pela agricultura familiar local/regional, pode comprometer a participação das famílias e o próprio programa.

As chamadas públicas devem ser divulgadas de acordo com as normativas do FNDE, nos espaços de grande circulação de pessoas, nos jornais e rádios locais e também no diário oficial. Vale ressaltar que por mais que haja divulgação nestes moldes apregoados, se não houver uma discussão mais ampla e horizontal, através dos agentes de desenvolvimento rural, sejam eles da EMATER, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Secretaria Municipal de Agricultura ou de entidades de apoio, que esclareçam sobre o programa e seu funcionamento, a compreensão por parte das famílias agricultoras não é alcançada, e conseqüentemente, torna-se um entrave para o programa.

A participação das famílias agricultoras acontece pelo acesso às chamadas públicas. As famílias, segundo as regras, devem atender todo o processo burocrático exigido: apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP¹⁴; documentos pessoais

¹⁴Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA (2016) “a DAP é o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas”.

que comprove a situação que a famílias se encontra dentro da lista de prioridades¹⁵ e o projeto de venda¹⁶.

Existe uma lista de grupos específicos que têm prioridades pré-estabelecidas na entrega de alimentos para o PNAE e que deve ser levada em consideração no processo de seleção da chamada pública, que são: 1) os agricultores locais (que moram no município onde esta sendo realizada a chamada pública), 2) as áreas de assentamento da reforma agrária, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (sendo que, se estas estiverem em território local, terá prioridade sobre os demais agricultores locais), 3) as organizações formais de agricultores como associação e cooperativa (esta possui prioridade em qualquer uma das prioridades descritas, exemplo: se um agricultor local quilombola participa de uma associação, este terá prioridade em cima do quilombola local que não participa) (BRASIL, 2009).

A lista de prioridade cumpre uma função importante, favorecendo grupos específicos da agricultura familiar que estiveram periféricos a outros programas como o Pronaf. São categorias dentro de um mesmo grupo social que estiveram historicamente em situações de maior vulnerabilidade, como quilombolas, indígenas e assentados. Além de a lista fomentar também a organização entre as famílias, uma vez que associações e cooperativas estão contempladas.

Por fim, para auxiliar o FNDE na implementação do PNAE, existem os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE's). Estes centros são formados por meio da parceria entre o FNDE e as instituições públicas de ensino superior. Os CECANE's são incumbidos de promover a formação dos atores envolvidos no programa. Segundo Scarparo et al. (2013), esta formação tem por objetivo envolver os atores na realidade que atuam, para que tenham reflexão e postura crítica em suas ações. Para os autores, “este é um processo que tem a possibilidade de qualificar a execução das políticas públicas e potencializar o alcance do cumprimento de suas diretrizes e princípios”.

Os dados do FNDE indicam que o valor do recurso destinado ao PNAE vem aumentando (Figura 6): no ano 2000 o investimento foi de R\$ 901,7 milhões; em 2014 foi de cerca de R\$ 3,6 bilhões, e em 2015 foi de R\$ 3,8 bilhões. Acredita-se que em

¹⁵ Se for de comunidade quilombola, indígena ou assentamento de reforma agrária, tem que apresentar um documento que comprove, pode ser uma declaração do INCRA.

¹⁶ Toda chamada pública do PNAE pede um projeto de venda, é neste projeto que o agricultor vai escrever os itens/alimentos que pode entregar, a quantidade, um calendário de entrega e os valores.

2016 e 2017 tenha também aumentado, pois os valores repassados passaram por aumento (FNDE, 2016).

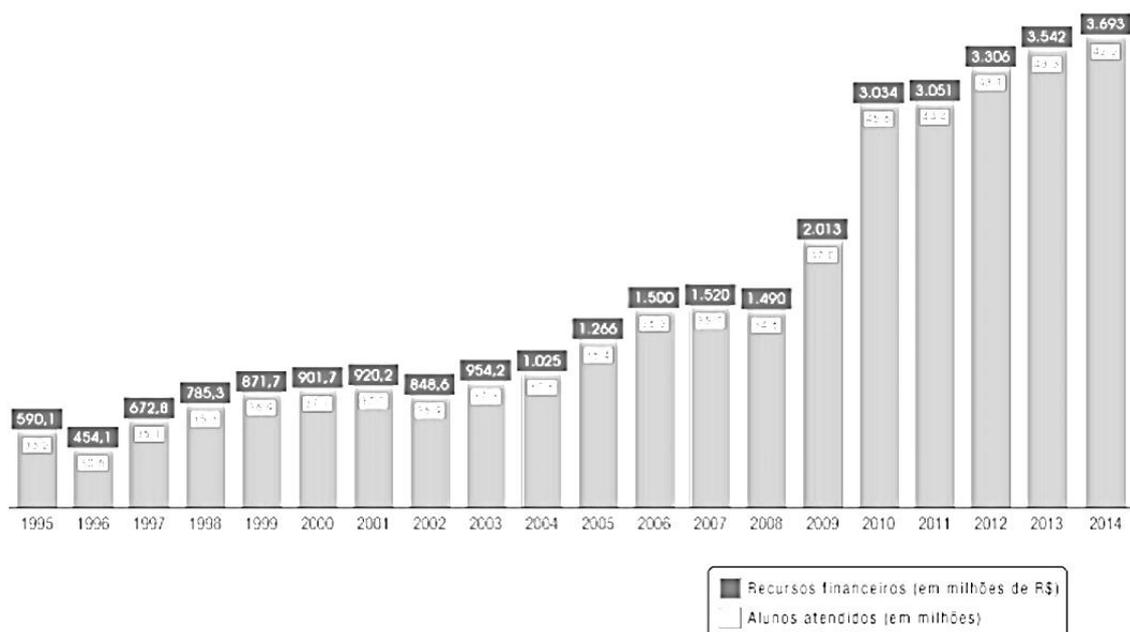


Figura 1: PNAE de 1995 a 2014: orçamentos e alunos beneficiados
Fonte: FNDE (2017)

3.3. A gestão municipal e estadual do PNAE nos municípios atingidos pela mineração

A pesquisa identificou que a gestão das escolas municipais de Conceição do Mato Dentro (CMD), Alvorada de Minas (AM) e Dom Joaquim (DJ) é centralizada nas prefeituras. Existindo a seguinte estrutura:

- 1) O setor de compras administra o recurso [recebendo do FNDE e realizando o pagamento para os (as) agricultores (as) familiares];
- 2) A Secretaria de Educação encaminha a demanda dos alimentos, por meio do cardápio elaborado pelo(a) nutricionista;
- 3) O setor de licitação recebe a demanda e elabora a chamada pública;
- 4) O Conselho de Alimentação Escolar (CAE) fiscaliza e emite o parecer anual da utilização do recurso¹⁷.

¹⁷ “A composição do CAE deve ser a seguinte: um representante do poder executivo; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e discentes; dois representantes de pais de alunos; e dois representantes das entidades civis organizadas. A duração do mandato é de quatro anos e é considerado serviço público relevante não remunerado. Entre as atribuições desse Conselho, destaca-se a análise da prestação de contas do gestor, registrada no SIGPC ONLINE, para a emissão do Parecer Conclusivo acerca da execução do Programa no SIGECON Online. O CAE é tão fundamental para a execução do

A divulgação é feita pela secretaria municipal de agricultura, pelo setor de comunicação da prefeitura, pela secretaria municipal de educação e pela EMATER - MG.

E a gestão das escolas estaduais acontece de forma descentralizada/escolarizada, ou seja, diferente das escolas municipais, as escolas estaduais possuem autonomia para gerir o PNAE elas próprias com o auxílio da Superintendência Regional de Ensino, e podem abrir suas chamadas públicas e realizar os pagamentos. As prefeituras podem gerir o PNAE nas escolas estaduais caso desejem, a partir de um acordo com a Secretaria Estadual de Educação, porém, este não foi o caso.

Ainda compondo a estrutura gerencial do programa, a EMATER - MG apareceu como um apoio destinado aos agricultores familiares embora seja também de sua competência colaborar na divulgação das chamadas públicas. A empresa é o único organismo dos municípios estudados que emite a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento importante e obrigatório para o acesso da agricultura familiar às políticas públicas.

3.4. Análise da informação que a agricultura familiar local tem sobre o programa

Por meio da pesquisa realizada com 55 famílias agricultoras (35 de CMD, 11 de AM e 13 de DJ¹⁸), foi abordado o acesso às informações acerca do programa por parte das famílias e conseqüentemente sobre a participação das mesmas.

Como resultado aponta-se para a existência de famílias que demonstraram ter total desconhecimento do PNAE, diante de falas como: “*O que é isso?*” (Agricultora³ de AM, 2017), bem como outras famílias que já tiveram algum tipo de contato, mas muitas destas não sabiam como o programa funcionava, como por exemplo, uma agricultora¹ de AM (2017) que disse, “*não entendemos essas coisas muito bem, fomos somente à reunião, não entregamos*”. Já as famílias que participam do PNAE alegaram que desde a chegada do programa no município em que moram elas entregam os alimentos.

Assim, para ter uma visão geral do número de famílias que haviam participado e conheciam o PNAE foi feito um levantamento quantitativo, dividindo as respostas das

Programa, que caso não seja constituído ou deixarem de sanar suas pendências e não apresentarem a prestação de contas dos recursos recebidos, o FNDE poderá suspender o repasse dos recursos do PNAE!” (FNDE, 2012).

¹⁸Entrevistas que fizeram parte do projeto guarda-chuva entre o Núcleo Travessia e Cáritas.

entrevistas nas seguintes categorias: participaram, nunca participaram, conhecem o PNAE e não conhecem o PNAE, (Tabela 1).

Tabela 1: Respostas das famílias sobre a participação no PNAE

	Conceição do Mato Dentro	Alvorada de Minas	Dom Joaquim	TOTAL
Entrevistados	31	11	13	55
Participaram	1	9	5	15
%	3%	81%	38%	27%
Nunca Participaram	30	2	8	40
%	96%	18%	61%	72%
Conhecem	7	11	5	23
%	22%	100%	38%	%
Não Conhecem	24	0	8	32
%	77%	0	61%	58%

As respostas obtidas em CMD e DJ chamaram atenção; no primeiro, 77% das famílias disseram não ter conhecimento sobre a existência do PNAE, e no segundo, 61% (Tabela 1) da agricultura familiar entrevistada não conhecia. Em AM todas as famílias entrevistadas disseram conhecer o programa e destas somente 2 ainda não haviam participado.

As famílias que disseram conhecer o PNAE, o conhecem por meio dos vizinhos ou em reuniões; isso não significa que saibam dos procedimentos legais, onde e quem procurar para se informar. Portanto, para que não fosse passado sem ressalvas, principalmente diante da realidade de CMD, as entrevistas do município foram revistas e foi gerado um gráfico diferenciando os tipos de conhecimento (figura 7).

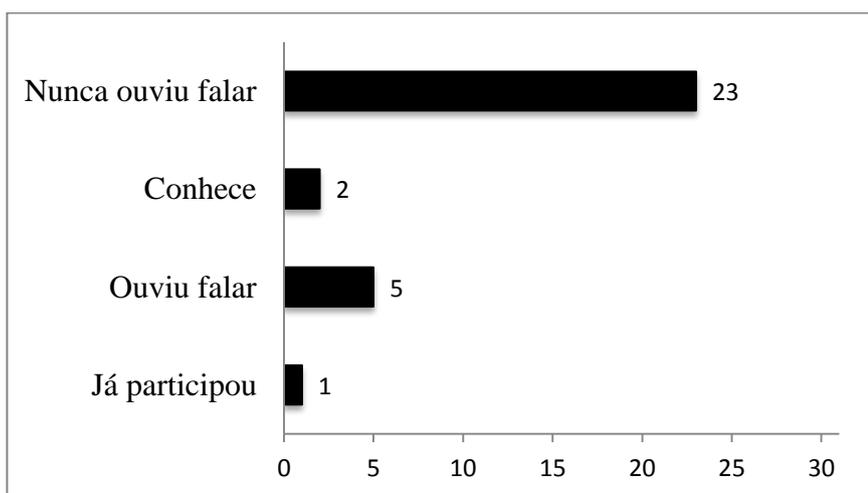


Figura 72: Conhecimento das famílias de CMD sobre o PNAE

Desta forma, foi possível perceber que as famílias que realmente conhecem o PNAE em CMD são poucas, ou seja, o público que era também para ser beneficiado

com o programa sequer sabe sobre sua existência. Desta forma, surge uma séria restrição para as famílias participarem de algo que elas desconhecem a existência. Nos estudos bibliográficos levantados não foi encontrado nenhum trabalho que tenha evidenciado este fato, na maioria das vezes os autores relacionam a baixa participação dos agricultores com as dificuldades burocráticas e de produção (RIBEIRO; CERATTI, BROCH, 2013; SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014; HIRATA et al, 2017). No entanto, pode ser algo recorrente nas demais (e diversas) regiões do país, uma vez que para as famílias agricultoras conhecerem o programa, é necessário na maioria das vezes que os técnicos, os gestores e os extensionistas expliquem adequadamente o funcionamento e a forma como as famílias podem participar, sem este tipo de trabalho dificilmente as famílias conhecerão o PNAE ou qualquer outra política pública.

Em CMD, acredita-se que este foi o resultado do período de 2011 a 2016, 5 anos que a prefeitura ficou sem adquirir os alimentos da agricultura familiar, não cumprindo com o que estava previsto em lei. Esses anos que a prefeitura esteve em recesso no cumprimento das obrigações do PNAE, fez com que a participação dos agricultores familiares não fosse aprimorada. Em 2011, quando a prefeitura optou por não mais adquirir os alimentos, a obrigação ainda estava recente, era o momento de divulgar o programa e aperfeiçoar a gestão da prefeitura.

As consequências foram sentidas em 2016, quando a prefeitura de CMD retomou a aquisição dos alimentos abrindo uma chamada pública e tendo que adiar o prazo de encerramento da chamada, por falta de apresentação de projetos de vendas de famílias do município. Entretanto, o sucesso da chamada pública, precede a divulgação e conhecimento dos sujeitos envolvidos, a simples publicação não é garantia de nada (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014). De acordo com Marques (2003, p. 224), “a credibilidade, naturalmente, há de resultar como fator determinante para o logro da política pública que se pretenda pôr em curso”. Sem a confiança do público-alvo em questão, muitas dificuldades tendem a surgir.

No caso das prefeituras de DJ e AM que cumpriram todos os anos com a Lei 11.947/2009, suspeita-se que em DJ possa existir falha na comunicação com as famílias, por parte dos agentes de desenvolvimento, da EMATER - MG, da Secretaria Municipal de Agricultura e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), sendo que o CMDRS só funciona se houver incentivo dos outros dois. A EMATER do município é efetiva. No entanto, existe apenas um técnico para atender toda demanda municipal das famílias. Muitas delas necessitam de apoio direto, e um

técnico somente pode não dar conta de atender, por isso a importância da participação das famílias em conselhos como o CMDRS, que deve propagar as informações (ASSIS, 2015).

Em AM a situação em 2016 parecia ser outra. Conforme as entrevistas, a EMATER local e a prefeitura possuíam uma relação estreita de diálogos e parcerias, isso podia ser notado não só no fato do PNAE, mas também em outros incentivos como o da feira livre, onde a prefeitura cedia o transporte aos agricultores que queriam participar da feira (PEREIRA et al., 2016). Acredita-se, desta forma, que a existência de famílias que não participavam do programa tinha relação com outros fatores que não colocavam em questão o trabalho exercido pela prefeitura ou pela EMATER, podendo estar relacionado à tradição produtiva de queijos, pois AM é vizinha do município de Serro - MG. O queijo do Serro é reconhecido mundialmente, devido a sua caracterização regional e foi tombado como patrimônio imaterial de Minas Gerais, e muitas famílias de AM se dedicam a essa produção que é tradicional. Portanto, ao que parece, existem famílias que não conseguiriam conciliar o trabalho da produção de queijo com a produção para entregas no PNAE.

Outros fatores relacionados aos presentes resultados dos três municípios são: a influência do empreendimento minerário e os limites e desafios da própria política – o PNAE. Estas serão as questões abordadas com maior profundidade nos próximos tópicos.

3.4. As influências do Projeto Minas-Rio sobre a dinâmica do PNAE: como a atividade minerária pode ser um entrave para o desenvolvimento rural territorial

O Projeto Minas-Rio, conforme escrito no primeiro capítulo, é um exemplo contemporâneo de como o desenvolvimento econômico é uma promessa falsa, que se justifica na geração de empregos e royalties. São estes grandes projetos e empreendimentos construídos com subsídio estatal e capital estrangeiro, que aprofundam a situação de dependência do Brasil, deixando o país vulnerável às oscilações do mercado mundial, reafirmando sua condição de subordinação (BARAN, 1986; FURTADO, 1974; ARRIGHI, 1997).

No meio rural estes projetos são grandes provedores de conflitos, pois expropriam a agricultura familiar e demais populações sobreviventes e resistentes no campo (BELLEZE, 2017; PEREIRA, 2012; RIBEIRO, 2007). Na região pesquisada os

estudos apontam que esta expropriação aconteceu por diversos eventos, como: na manipulação das negociações das terras, onde a empresa já havia realizado um diagnóstico das vulnerabilidades das famílias que ocupavam as áreas de interesse e desta forma aproveitou disso nas negociações; na escassez dos recursos hídricos, uma vez que, um empreendimento minerário gasta muita água na extração e no beneficiamento dos minérios, utilizando produtos altamente contaminantes como metais pesados, onde as comunidades rurais próximas à mina e à plataforma de beneficiamento sofrem diretamente com os cursos d'água contaminados (o Projeto Minas-Rio utiliza o mineroduto para o transporte dos minérios, deixando toda a microbacia hidrográfica com a água escassa); entre outros aspectos que um empreendimento como este é capaz de provocar em uma região (GUSTIN et al., 2015).

Belleze (2017), ao pesquisar a região, destacou as mudanças sofridas pelos agricultores familiares em suas formas de ser e viver, decorrentes do empreendimento. Os impactos negativos mais recorrentes identificados pela autora foram: escassez de água, violência, privatização de recursos, negociações abusivas, esvaziamento do campo e prejuízos na produção. Os positivos foram geração de emprego e renda. Foram significativamente mais relatadas mudanças negativas do que positivas, sendo que as positivas não passaram de três aspectos.

Nas falas das agricultoras e dos agricultores atingidos, a mineração aparece da seguinte forma:

Não sou especialista, mas eu posso falar: a mineradora chegou e a seca começou, prejudicando toda nossa região. Tem lugar aqui do lado com água e aqui não tem, sendo que aqui nunca faltou água (Agricultora familiar de DJ³, 2017).

A organização social aparece como um importante instrumento de luta e como único ponto positivo do empreendimento minerário do qual são atingidos. As famílias entendem a, a necessidade de se organizarem, pois estão vendo o quanto é importante estarem organizados para conseguirem enfrentar a mineradora e lutarem pelos seus direitos. “*Pra nós, o único bem que a mineradora promoveu foi a nossa organização, tivemos que nos organizar*” (Agricultor familiar de CMD¹, 2017).

A escassez d'água provoca um efeito dominó sobre a vida no campo, afetando a qualidade de vida, a produção e as economias das famílias. Segundo Galizoni et al. (2017), afeta principalmente o cotidiano feminino, pois na maior parte das vezes são as mulheres que fazem as jornadas de busca pela água. Para os autores, reduzir a produção de alimentos em consequência da falta de água “significa diminuir renda, deteriorar a

pauta alimentar e aumentar a necessidade de ganhos monetários em outras atividades para adquirir alimentos que antes a família produzia” (GALIZONI, 2008, p. 07). A agricultura familiar de CMD, AM e DJ, conjugavam as condições básicas (terra e água) para a vivência, produção e permanência no campo, antes de serem afetadas pelo Projeto Minas-Rio. Porém, sem água e sem terra não há meios de produzir alimentos, seja para o autoconsumo ou para comercialização, o que passou a fazer parte da realidade destas famílias. Segundo uma agricultora de DJ³, hoje o que afeta sua produção é justamente, “a falta de água”.

A escassez de água foi um problema que todas as famílias que foram entrevistadas relataram ter, algumas relacionaram a escassez com a mineração, outras disseram não saber quais os motivos, mas alegaram que de fato nos últimos anos as águas diminuíram.

A única coisa que estamos sentindo é que a água esta acabando, não posso falar que é a mineradora, mas que de uns 3 anos pra cá esta ficando difícil a água, tivemos que parar com nossa horta comunitária por causa da falta de água. A água do poço que usamos diminui muito e começou secar, por isso resolvemos deixar somente para o consumo das casas (Agricultora familiar de DJ², 2017).

Estou sofrendo um pouco com a seca, a gente esta fazendo o que pode, nós usamos a água de um poço que foi furado há dois meses, não tinha água para os animais, era maior dificuldade. Hoje mesmo desceu um bicho grandão parecia um urso, peludo com o focinho amarelo, veio descendo em direção a minha caixa d'água fascinado para beber água, meus cachorros estavam alvoraçados, eu falei vou segurar eles, porque ele esta descendo com sede, caçando um lugar para beber água, ai segurei os cachorros para ele poder beber água, ele nem assustou (Agricultora familiar de DJ³, 2017).

Segundo esta mesma agricultora que contou sobre o animal, o principal motivo da escassez de água é a mineração.

Antes tinha água, a mineradora chegou e um ano depois começou a seca, porque além de ela pegar a água que ela pega aqui, ela ainda tira a água toda do subsolo, não sei nem te falar a quantidade, mas te garanto, ela tira do lençol freático e vem prejudicando toda a nossa região daqui de Dom Joaquim e fala que todas as regiões estão assim e aqui do lado tem água, porque lá tem e aqui não tem, se aqui esta faltando lá também deveria estar, porque a mesma chuva que cai lá - cai aqui, só que lá não tem a mineradora, o prefeito de lá não assinou contrato com nenhuma mineradora, a mineradora esta tirando nossa água aqui, a nossa dificuldade é que nossa água esta sendo sugada por quem tem muito dinheiro e esta levando ela embora, nós só estamos sofrendo com tudo isso porque essa empresa automaticamente esta prejudicando todo mundo, nunca faltou água aqui, tinha um moinho de pedra que nunca tinha parado de moer e parou (Agricultora familiar de DJ³, 2017).

Portanto, pode-se afirmar que o Projeto Minas-Rio provocou a desterritorialização das comunidades rurais destes municípios, minando suas formas de ser, viver e fazer. Mesmo as famílias que não tiveram suas terras compradas, ou seja, aquelas que permaneceram em seus locais originais, mas que trabalhavam como meeiras¹⁹; já que a área que moravam não tinha espaço suficiente para produzir, sofreram os impactos da venda de terras. Desta forma, as terras que foram vendidas não atingiram apenas uma família, mas às demais que faziam uso daquele espaço, afora a falta de água.

Esta desterritorialização relaciona-se às perdas, não só do espaço de vida e produção, mas também das referências culturais e simbólicas existentes. “Supõe a exclusão de determinado grupo de certa área que se apropriava, provocando a mobilidade forçada de pessoas, bens materiais e saberes com ruptura da vida cotidiana do grupo social”. (PEREIRA, 2012, p. 70). Cabe salientar que a intensidade da desterritorialização pode ser diferente em cada município e/ou comunidade rural, assim como a intensidade dos impactos da mineração. Na região estudada, a desterritorialização está ligada aos impactos da mineração, ou seja: onde os impactos são mais intensos, é também onde a desterritorialização está mais presente.

Os municípios CMD, AM e DJ são vizinhos, possuem características semelhantes em relação à cultura, clima, fauna e flora, e estão sendo atingidos pelo mesmo projeto minerário. Embora todos sejam afetados, é em CMD que existe um tensionamento maior, tendo em vista que neste município houve a maior concentração das prestadoras de serviços à mineradora. Ali mais de 70 empresas se instalaram, gerando milhares de postos de trabalho, atraindo uma população flutuante de 7000 trabalhadores (GUSTIN et al., 2015). É também no município que se localizam as comunidades rurais, no entorno da mina, sofrendo diretamente com a escassez de água (PEREIRA; BECKER; WILDAGHEN, 2013). Na figura 8, dá para observar o percentual das compras de alimentos da agricultura familiar pelos três municípios durante os anos de execução do PNAE.

¹⁹ Meeira é a pessoa que trabalha e produz em uma terra onde não é a proprietária dela e divide com o proprietário/dono o resultado advindo da produção. Lucro é um termo capitalista, não cabe ao campesinato.

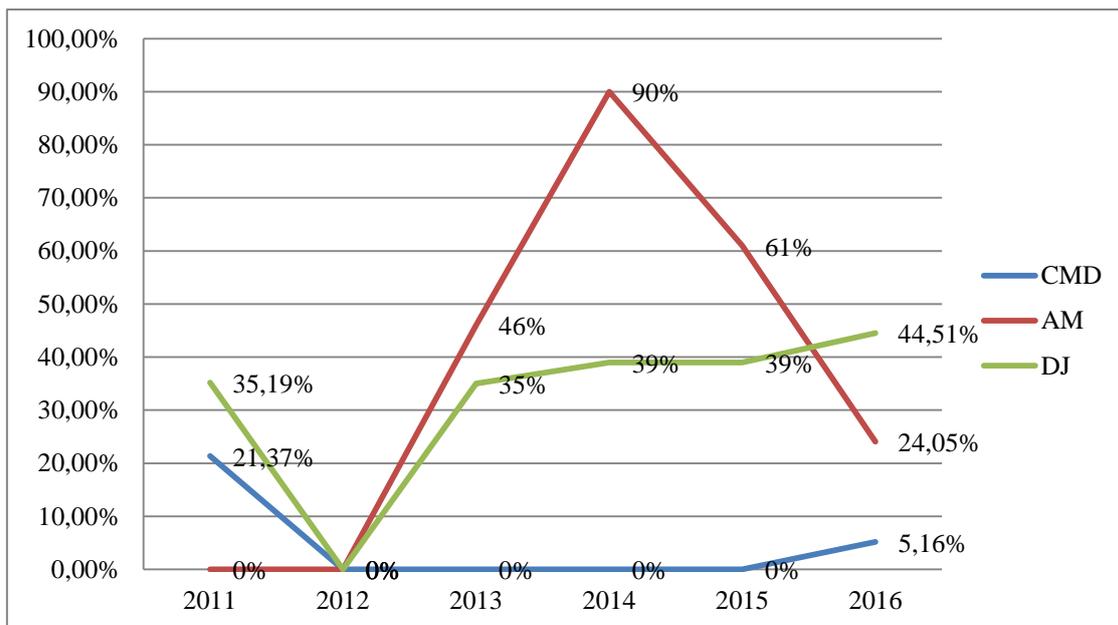


Figura 8: Percentual da compra de alimentos da agricultura familiar
Fonte: Dados da Agricultura Familiar (FNDE, 2018)

O período em que a prefeitura de CMD interrompeu as chamadas públicas para atendimento do PNAE, foi o mesmo da implantação do Projeto Minas-Rio (instalação, obras e funcionamento) na região. Isto indica que o empreendimento minerário exerceu influência sobre a dinâmica do PNAE no município, quando a agricultura familiar ficou 5 anos sem ser contemplada na execução do programa, pela inoperância da prefeitura.

O município de CMD esteve em 2017 na lista do FNDE de municípios que precisavam de suporte técnico na execução do PNAE no estado de Minas Gerais. Foram dois técnicos do CECANE do IFSULDEMINAS orientar os agentes municipais de CMD e encontraram muitas irregularidades (Quadro 4). DJ e AM não estiveram na lista.

Quadro 4: Situação encontrada pelos técnicos do CECANE em CMD

Conselho de Alimentação Escolar (CAE)
A Entidade Executora (EEEx) não proporciona aos conselheiros do CAE formação e/ou capacitações a respeito da execução do PNAE.
O Conselho de Alimentação Escolar não é divulgado para a comunidade escolar e geral.
Não é elaborado Plano de Ação Anual pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE).
Não são realizadas reuniões frequentes para o acompanhamento da gestão financeira do PNAE por parte do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).
Não é realizada visitas frequentes às escolas para verificar a qualidade dos alimentos, condições higiênicas, aceitabilidade dos cardápios, situação do armazenamento dos alimentos, condições do recebimento e manipulação dos alimentos por parte das merendeiras, além das ações de Educação Alimentar e Nutricional por parte do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).
O Conselho de Alimentação Escolar não acompanha os processos de aquisição de alimentos (licitação e chamada pública).

Não acompanham a realização das atribuições do nutricionista.
O Conselho de Alimentação Escolar não elabora nem divulga Relatórios sobre as atividades desenvolvidas.
O Conselho de Alimentação Escolar desconhece a existência do Termo de Compromisso referente ao controle de qualidade dos gêneros alimentícios adquiridos pelo PNAE, assim como das ações que são realizadas a garantia da segurança dos mesmos.
Nutricionista
Número de nutricionista(s) compondo o Quadro Técnico inferior ao preconizado pela legislação.
O nutricionista não elabora o Plano Anual de Trabalho.
O nutricionista não participa dos processos de aquisição de alimentos (licitação e chamada pública).
Carência de ações de Educação Alimentar e Nutricional – EAN planejadas e organizadas de forma contínua, permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que envolva toda a comunidade escolar.
Não foi realizado o Diagnóstico Nutricional em todos os alunos da rede municipal de ensino em 2016.
Ausência do cálculo de macro e micronutrientes na elaboração do cardápio.
Os cardápios não atendem a oferta mínima de 3 porções de frutas e hortaliças por semana.
Ausência de cálculo de cardápios de acordo com a faixa etária/modalidade de ensino dos escolares.
Ausência de cardápios específicos para alunos com necessidades nutricionais específicas.
Os cardápios elaborados não totalmente cumpridos pela equipe de colaboradores;
Ausência de procedimento/treinamento para substituição das preparações do cardápios quando necessário.
Ausência de planilha de controle quantitativo das refeições servidas diariamente.
As Fichas Técnicas de Preparo para o preparo das refeições foram elaboradas de forma incompleta.
Não são realizados Testes de Aceitabilidade para avaliar o consumo dos alimentos e preparações oferecidas pela alimentação escolar com frequência.
Ausência do cálculo dos recursos do FNDE destinados para a compra de alimentos restritos.
Ausência de Manual de Boas Práticas para cada cozinha das escolas e Procedimentos Operacionais Padrão.
Não são realizadas visitas aos fornecedores da alimentação escolar.
Não foi implantado controle quantitativo dos gêneros alimentícios nos estoques das unidades escolares e/ou estoque central de maneira eficiente.
Unidade Executora (UEx)
Os recursos do PNAE, transferidos pelo FNDE não constam na Lei Orçamentária Anual (LOA) nem no Quadro de Detalhamento de Despesas (QDD) do município.
Carência do tema “Educação Alimentar e Nutricional” no projeto político pedagógico e/ou currículo escolar, bem como, da realização destas atividades com a comunidade escolar.
A Prestação de Contas no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC) está em desacordo com os documentos registrados no município.
O formato da licitação pública para compra de gêneros alimentícios não está de acordo com o recomendado.
Carência de precisão e clareza nas especificações técnicas dos gêneros alimentícios adquiridos.
Não é indicada corretamente a dotação orçamentária destinada para compra de gêneros alimentícios.

Potencializar a divulgação do Edital de Chamada Pública de forma a atingir todos/as os/as agricultores/as do município.
Inexistência de citação sobre a possibilidade de substituição de itens da Chamada Pública.
Notas fiscais dos gêneros alimentícios emitidas pelo fornecedor sem identificação do nome do FNDE e do PNAE.
Não é prestada assistência suficiente aos agricultores familiares no que se refere à parte técnica/burocrática para a participação da Chamada Pública.

Fonte: Adaptado de Gonçalves e Mauri (CECANE-IFSULDEMINAS, 2017).

A situação descrita pelos técnicos mostra que a prefeitura precisa se dedicar a implementação do PNAE, para assegurar as refeições escolares dentro dos padrões estabelecidos em lei, garantindo a segurança alimentar e fazendo com que a agricultura familiar consiga participar. Assim como Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014, p. 13) descreveu sobre o PAA, aplica-se também para o PNAE: “a participação do poder público municipal é fundamental para a implementação e o êxito do programa, estimulando, dessa forma, mais um canal de comercialização da agricultura familiar local”.

No ano de 2011 a prefeitura municipal de CMD suspendeu a aquisição de alimentos direto da agricultura familiar, sendo que esta era uma obrigação respaldada na Lei nº 11.947/2009, ainda muito recente, com apenas 2 anos de implementação e por isso seriam os anos iniciais de aprendizado e adaptação na execução do programa no município. O cumprimento desta lei alavancaria a participação da população rural, beneficiando-a. No entanto a prefeitura deixou de cumpri-la e, por meio de tais justificativas:

Existe desarticulação do meio rural [...] os agricultores são preguiçosos, com a vinda da mineradora, todo mundo focou na mineração (Nutricionista, CMD, 2016).

Essas justificativas responsabilizavam os agricultores pelo descumprimento da lei e inoperância do programa. A justificativa central foi sustentada em frágeis argumentos tais como o de que a agricultura familiar do município não produzia o suficiente e/ou não tinha interesse em participar do PNAE. Contrapondo-se a esta justificativa, as falas dos agricultores:

A culpa não é do pequeno agricultor dele não participar das coisas, não chega informação até ele, nós ficamos aqui esperando por oportunidades, temos nossas desconfianças, mas queremos fazer as coisas (Agricultor familiar de CMD¹, 2017).

Em outras palavras, é possível dizer que a agricultura familiar de CMD foi expropriada ao mesmo tempo em que era responsabilizada pela falta de interesse e

produção. Esse processo resultou na culpabilização dos agricultores e transferiu a responsabilidade dos agentes para os próprios agricultores.

Conforme Bruno (2009); Schneider; Cassol (2017), ignorar e não incentivar a agricultura familiar diante de um grande projeto não é nenhuma novidade no Brasil, pois esse processo vem ocorrendo desde a modernização conservadora. Aliás, trata-se de um exercício do regime de acumulação por espoliação (HARVEY, 2006), ou seja: a forma pela qual o capital estrangeiro se apropria de um território como estratégia de reprodução ampliada de capital na era do imperialismo global. No caso estudado, isto se dá retirando não só o básico da agricultura familiar e das populações tradicionais, mas convertendo-as em força de trabalho disponível no mercado e submetidas às condições precárias e degradantes oferecidas pela empresa e por suas empresas contratadas. Processo este que ficou evidente em CMD.

A pesquisa realizada pelo Núcleo Travessia (2016) contrapõe as justificativas construídas pelo poder público em não adquirir alimentos diretos da agricultura familiar local. Nesta pesquisa, os pesquisadores perceberam, em meio às dificuldades vivenciadas pelas famílias, que elas ainda apresentam um grande potencial produtivo e que existe, sim, “uma abundância de alimentos, que são produzidos para o consumo, venda e trocas, e não exclusivamente para o comércio”. E que, o motivo dos agentes não enxergarem o potencial produtivo das famílias é,

[...] em função da baixa renda monetária oriunda da comercialização, alguns representantes das agências de desenvolvimento ou de representação não vejam nestas populações rurais seus sistemas próprios de produção e organização social (NÚCLEO TRAVESSIA, 2016, p. 59).

Salta aos olhos a existência de uma grande contradição: ao mesmo tempo que o Estado elabora políticas que buscam pela valorização dos territórios rurais e os povos que nele vivem, este mesmo Estado cria todos os aparatos e incentivos possíveis para a instalação de Projetos como o Minas-Rio. Ou seja, a importância dada aos territórios deixa de ser uma prioridade quando esta se depara com um grande empreendimento. Isso mostra que, “a estrutura de classes de uma sociedade e a natureza e hierarquia das suas classes refletem sempre a estrutura econômica que lhes serve de base” (PRADO Jr., 1966, p. 23).

Portanto, parece não ser possível conciliar a implementação do PNAE, um programa de base territorial concomitante com a implantação do projeto Minas-Rio, um projeto que promove em sua essência a desterritorialização. Diante desse contexto surge

a contradição entre fomentar e reconhecer a agricultura familiar e sua produção e, por outro lado, desapropriá-la de suas condições elementares de produção material e reprodução social.

Analisando a problemática, constata-se os motivos pelos quais as famílias do município não conheciam o PNAE: não havia interesse por parte do poder público, muito menos por parte da empresa, que elas pudessem ter perspectivas produtivas e de comercialização, o que poderia ser uma forma de incentivo para permanência no campo. Segundo Grisa (2017), o PAA, programa semelhante ao PNAE, tem sido responsável pela permanência dos jovens no campo que, ao alcançar a maioridade, migravam para as capitais a procura de emprego. Com isso, o que se quer alegar é que poderia ter sido mais difícil para a empresa o processo de retirada das famílias das áreas de interesse e a cooptação para o trabalho, caso as famílias estivessem organizadas participando das políticas públicas de desenvolvimento rural.

Observa-se que o poder público preocupou-se primeiramente em garantir a consolidação do empreendimento minerário na região, deixando para depois a preocupação com as condições sociais da população. Em 2016, com a mineradora já extraíndo o minério de ferro e exportando há mais de um ano, a prefeitura retomou a aquisição de alimentos da agricultura familiar, abrindo uma chamada pública. Isso não quer dizer que este tenha sido o único e principal motivo para retomada da participação da agricultura familiar no programa, mas de fato, foi só depois da consolidação da empresa que o poder público passou a dar atenção à agricultura familiar, que com o empreendimento passou a ser atingida.

Portanto, verifica-se que o Projeto Minas-Rio exerceu influência direta sobre o percurso do PNAE em CMD, afetando não só o programa como outras e quaisquer políticas públicas destinadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento do território, demonstrando-se dessa forma, ser um grande impasse para o desenvolvimento rural.

Todavia, mesmo com a prefeitura retomando a participação da agricultura familiar no PNAE, famílias como as que estão localizadas próximas da mina, continuaram sem ter como participar do programa, pois o problema com a escassez da água provocado pelo empreendimento permanece. Dessa forma, por mais que o programa seja implementado, sua realização será limitada, visto que a oportunidade do acesso não será equivalente para todas as famílias do município.

Assim, a partir dessa realidade constata-se que grandes projetos de mineração como o Minas-Rio cria não só dificuldades às famílias agricultoras, como pode também

inviabilizar o desenvolvimento rural de base territorial. Desta feita, a mineração além de produzir impactos ambientais, sociais, culturais e políticos em todos os territórios onde é instalada, ela gera uma grande desigualdade no campo, colocando comunidades rurais em condições diferentes, de viver, de produzir, de comercializar, e de acessar e participar das políticas públicas.

3.5. Os desafios, limites e potencialidades da participação da agricultura familiar no PNAE: a área de estudo como reflexo da realidade nacional

Para além da mineração que demonstrou ser um empecilho, a participação da agricultura familiar no PNAE ainda encontra muitos outros desafios que podem ser superados mediante o esforço do poder público local e dos técnicos de empresas como a EMATER-MG. No entanto, esta participação enfrenta também limites, em geral de ordem estrutural que perpassam as ações do poder público local e dos agentes de desenvolvimento.

Neste tópico serão destacados os desafios, os limites e as potencialidades que o programa oferece para a participação da agricultura familiar, com o propósito de que se tenha uma visão ampliada da realidade deste grupo social e do programa.

Os desafios encontrados pela pesquisa:

- i) O despreparo dos gestores públicos responsáveis;
- ii) As exigências burocráticas;
- iii) A logística;
- iv) A mudança na gestão municipal.

Os limites :

- i) O recurso financeiro;
- ii) As condições estruturais.

As potencialidades:

- i) Valorização da agricultura familiar;
- ii) Organização produtiva;
- iii) Geração de renda e emancipação social.

3.5.1. Desafios

Considera-se por desafio o que é passível de mudança, o que gestores públicos e técnicos de ATER (assistência técnica e extensão rural) podem fazer para que o PNAE alcance efetivamente os seus propósitos no sentido de promover a segurança alimentar e nutricional, bem como de fomentar o desenvolvimento rural em bases sustentáveis.

i) Despreparo dos gestores responsáveis

Abreu (2014) e Silva et al. (2013) afirmaram em seus trabalhos que os gestores públicos muitas vezes não estão preparados para gerir o PNAE, desconhecendo a legislação pertinente e não tendo compreensão sobre a importância da aquisição de alimentos da agricultura familiar local. Em CMD, AM e DJ, isso pôde ser notado no ano de 2016, quando as prefeituras dos três municípios utilizaram-se do critério de menor preço por item nas chamadas públicas. Isto é, a família que pedia o menor preço no projeto de venda ganhava a chamada, critério este considerado ilegal. De acordo com a determinação do Art. 1º da Resolução 04 (FNDE, 2015), a seleção para o PNAE, deve obedecer a seguinte lista de prioridade:

§ 1º - Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção: I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos. II - o grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País. III - o grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

§ 2º - Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção: I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes; II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003; III - os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

O propósito do programa é pagar um preço considerado justo aos alimentos produzidos pela agricultura familiar, a fim de fortalecer e consolidar o segmento (FNDE, 2014). Para isso, os gestores devem fazer uma cotação de mercado e o valor estabelecido na chamada pública deve ser a média dessas cotações. A adoção do critério de menor preço por item provoca uma disputa entre os preços, fazendo com que

os agricultores, diminuam os valores dos alimentos para conseguir ganhar a chamada. No documento elaborado pelo FNDE de perguntas frequentes²⁰, o item 2.9 deixa claro que não pode existir o critério de menor preço por item nas chamadas públicas do PNAE, devendo obedecer à lista de prioridades que já foi estabelecida.

A capacitação dos gestores que lidam com políticas públicas como o PNAE é crucial para efetividade do programa, o FNDE promove cursos e oficinas por meio dos CECANE's. Nesse sentido, desde 2016 a Cáritas, que tem atuado na região, vem oferecendo apoio na implementação do PNAE em CMD, AM e DJ, mas ainda assim muitos gestores possuem dificuldades de entender e desvincular a chamada pública do processo de licitação. Na pesquisa feita por Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014) sobre o Circuito das Frutas (região do Estado de São Paulo que tem a maior concentração de agricultores familiares), as autoras concluíram que o maior obstáculo na participação da agricultura familiar ao PAA e PNAE é a atuação efetiva do poder público.

Em CMD, o agricultor que foi entrevistado disse que uma das maiores dificuldades que as famílias sentem é a falta de informação. De acordo com ele:

A dificuldade é o seguinte, a partir do momento que as pessoas têm informação as dificuldades são sanadas, a maior dificuldade aqui no momento é a informação que nunca chega a quem precisa chegar que é o pequeno produtor que é o que o PNAE atende. Acho que é um conjunto de fatores que leva a isso, não tinha interesse por parte das administrações públicas passadas em ter um olhar voltado para o pequeno produtor, hoje a situação mudou antes também a questão da não participação dos presidentes das associações nas reuniões de conselho, presidentes das associações desinteressados, às vezes a própria comunidade peca na escolha do presidente, aí o cara que não leva as informações aí acaba não chegando, porque o pequenininho mesmo esse tem dificuldade em obter informação, pra ele a informação nunca chega, eu falo porque eu convivo no meio dessa turma aí a gente vê realmente quem consegue ser assistido pelo poder público é só quem tem informação. Para o agricultor sair e vir aqui é complicado, teria que ter um trabalho mais bem feito também em cima da questão dos presidentes estar levando as informações daqui pra lá e a questão da falta de interesse do poder público, talvez não seria falta de interesse, mas, assim o pessoal que está aqui em cima não tem ligação nenhuma com o meio rural então eles não veem aquilo com um potencial (Agricultor familiar de CMD¹, 2017).

Em DJ uma agricultora alegou que os atrasos no pagamento são a única dificuldade, ela teve um problema com uma escola estadual que ela entregou dois anos seguidos e não havia recebido nada. A história segundo ela foi a seguinte:

²⁰Documento disponível em:

<www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar?download...pnae-fev...>

O que aconteceu é que é venceu o tempo de uma diretora e ela não podia candidatar porque ela já tinha dois anos ela tinha que esperar um tempo, ai nesse intervalo não tinha ninguém pra concorrer, ai apareceu uma mulher de outro município. Essa mulher ficou no lugar da antiga diretora, mas ela não fez a chamada publica, ela fez a chamada publica só pra ela, não fez contrato, não fez nada, papel nenhum, pediu os alimentos, e mandava bilhetes você tem que mandar os alimentos pra mim, ninguém assinou nada, mas eu fui da uma de boazinha e entreguei, ai ela começou a mandar bilhete pra mim com arrogância, que eu podia ser punida pela lei e eu fiquei quieta. Ai um dia eu mostrei para o técnico da EMATER, ele disse você não podia ficar calada, você tinha que ter se manifestado pelo menos comigo, mas ela veio agindo com boa ação, que ia fazer a chamada e tal, quando quer vê venceu o ano, ela foi embora e não pagou não, foram 119 kg de feijão tenho tudo escrito. Ela veio com uma desculpa, que os funcionários da escola falaram que havia jogado a merenda no lixo e foi lá falar com o técnico da EMATER isso. O técnico falou para ela a merenda é assim, foi você quem recebeu a merenda? Ela disse foi. A merenda estava boa? Ela respondeu que estava. Tiago falou e como agora você vem falar que os funcionários disseram pra você que jogou as merendas no lixo. Ela disse, Ah Tiago deixa isso pra lá é conversa dos outros. O técnico veio aqui e me chamou, vamos lá que nós vamos resolver isso hoje, junto com a diretora e o colegiado e se ela não pagar mesmo nós vamos para justiça. Chegamos lá ela ficou brava com o ele, falou que ele era machista, ai ele disse, eu não sou machista não, eu estou no meu direito e tenho conhecimento dos produtores e você esta de gracinha. Passou um tempo ela foi embora, isso tudo no ano retrasado 2015, ai no ano passado 2016 ficou tudo do mesmo jeito. Entrou uma nova diretora que pediu para levar os alimentos, ela fez chamada e ficou esperando o final do ano para fazer um pagamento só, no final do ano o dinheiro voltou e ficamos novamente sem receber, tudo na mesma escola. Fomos reclamar com o técnico que não queremos mais participar dessa escola não, ele falou para ir entrar em um acordo porque não tem outros produtores para entregar, disse vamos lá que vamos conversar com ela, ai ela vê o que ela pode estar fazendo, ai ela disse que podia assinar os papéis bonitinhos que ela ia ir pagando durante o ano tudo àquilo que estava devendo, agora nos estamos esperando porque já é setembro/2017 e se chegar dezembro ai é mais um ano sem receber e teremos que entrar com outro recurso (Agricultora familiar de DJ², 2017).

São situações desafiadoras para o poder público local, que não limita a execução do programa, mas que pode torná-lo inviável para a família que deseja entregar os alimentos. É um problema, contudo, que pode ser resolvido em âmbito local.

ii) *Exigências burocráticas*

Outro desafio para agricultura familiar participar do programa são as diversas exigências burocráticas, que fazem com que uma família sem acompanhamento técnico,

difícilmente entenda e resolva sozinha estes trâmites. Segundo Castro e Bombardi (2013, p. 15) entre os maiores desafios para participação das famílias agricultoras no PNAE “é a falta de documentação para regularizar o processo de compra”. É necessário que exista um técnico acompanhando todo o processo de organização e elaboração dos documentos. No trabalho realizado por Camargo, Baccarin e Silva (2012, p. 12) os agricultores e gestores pesquisados apontaram a falta de ATER como um dos principais problemas, e “ambos reconhecem a importância desse serviço para capacitar os agricultores, ajudar a elaborar os projetos de venda e colocar agricultores e prefeitura em contato”.

Na entrevista com as famílias que participam do PNAE nos municípios estudados, foi ressaltada a atuação dos técnicos de Ater (EMATER e Cáritas), para uma Agricultora de DJ³ (2017) o acompanhamento da EMATER é importante, porque cada planta tem um desenvolvimento diferente e é preciso ajuda para fazer o manejo correto. Outro Agricultor de CMD¹ (2017), disse que *“tem que ter auxílio, informações técnicas para ter um produto melhor”*.

Em Minas Gerais, de acordo com a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento-SEAPA/MG (2015) cabe à EMATER (empresa que faz o serviço público de Ater no estado): “a emissão da DAP, a orientação e elaboração de projetos, até mesmo a capacitação dos agricultores em boas práticas de produção”. Só no ano de 2015, a EMATER conseguiu orientar 8.536 famílias para entrega de alimentos ao PNAE no estado (SEAPA, 2015).

Nos três municípios estudados (CMD, AM e DJ) existe um escritório da EMATER e no mínimo um técnico atuando e, como exposto anteriormente a empresa é a única que emite a DAP nestes municípios. Portanto, a empresa é responsável por fazer as orientações e acompanhamentos técnicos com as famílias e também por auxiliar nas burocracias.

Segundo os técnicos da EMATER-MG, para a retirada da DAP são solicitados para as famílias os seguintes documentos: i. Documentos pessoais (Carteira de Identidade, CPF e Certidão de Casamento); ii. Comprovante de renda (Declaração de renda a qual comprove que 50% da renda total da família sejam por meio de atividade rural); e iii. Documentação da terra (contrato de compra e/ou documento de posse). O segundo e o terceiro documento dependem de auxílio técnico: se não houver uma pessoa capacitada para auxiliar a família provavelmente não saberá a forma de conseguir. E depois a família conseguindo ganhar a chamada pública, terá que emitir

uma nota fiscal no número da DAP tirada. Para Azevedo (2014, p. 33), todo esse processo burocrático “pode ser um empecilho, visto que, 37% dos agricultores não sabem ler e nem escrever”.

Em CMD, AM e DJ, muitas famílias ainda não tiraram a DAP, demonstrando que a declaração é também um desafio a ser superado para participação das famílias ao PNAE, tanto na atuação dos técnicos que emitem a declaração, quanto nos limites estruturais das condições da agricultura familiar tratadas no próximo tópico. As famílias que possuem DAP de AM e DJ não chegam a 50%, CMD foi o único que esteve na faixa dos 50%, o que implica que os outros 50% da agricultura familiar do município nunca puderam participar do PNAE e nem das demais políticas destinadas a este grupo social (Tabela 2).

Tabela 2: Quantidade de DAP em CMD, AM e DJ.

Município	Nº de Família	Nº de DAP	%
CMD	1003	526	52%
AM	600	194	32%
DJ	550	111	20%

A atuação dos técnicos de Ater's como a EMATER, os técnicos da Cáritas e outras empresas e ONG's que fazem este tipo de trabalho, é um tema frequentemente discutido por estudiosos do desenvolvimento rural territorial. Trata-se de uma atuação considerada central para a materialização deste modelo de desenvolvimento. Por exemplo, em CMD, AM e DJ, a chegada dos técnicos da Cáritas fez diferença, de acordo com um Agricultor de CMD¹ (2017) “*melhorou muito depois que a Cáritas chegou, agora nós estamos produzindo alimentos agroecológicos*”. Uma agricultora de DJ disse que “*depois que juntou a Cáritas e a EMATER para nos amparar, estamos tendo um suporte maior e força pra produzir*” (Agricultora familiar de DJ³, 2017).

iii) *Logística*

A logística também apareceu para as famílias de CMD e DJ como um desafio. E como indicam os estudos bibliográficos, a dificuldade com a logística é algo que faz parte da dificuldade da agricultura familiar em todo o Brasil. Mesmo as organizações

(Cooperativas e Associações) sofrem com a falta de transporte. Camargo, Baccarin e Silva (2012, p. 10), argumentaram que a,

[...] logística é um dos maiores gargalos enfrentados pelos agricultores, já que a maior parte das associações e cooperativas de produtores familiares não tem caminhão ou outro veículo para transportar sua produção, e terceirizar o frete diminui sua renda.

Em CMD existem comunidades rurais localizadas muito distantes da sede municipal, o que tende a dificultar ainda mais a translocação dos alimentos. Neste quesito, chama a atenção o caso de AM: no município a prefeitura fazia o transporte dos alimentos, e as famílias os deixavam embalados prontos para entrega e o motorista da prefeitura buscava e levava para o local de armazenamento.

Iniciativas como a que havia na prefeitura de AM mostra que é possível superar o desafio da logística. Outra opção seria descentralizar os locais de recebimento dos alimentos, pois muitos dos alimentos vão para a sede municipal e depois retornam para as escolas da zona rural. Se fizessem como Castro e Bombardi (2013, p.13) indicaram, cada comunidade, ou comunidades rurais próximas poderiam ter um ponto de recebimento. Assim, haveria maior facilidade para as famílias e um gargalo importante poderia ser superado. Segundo as autoras, seria a “regionalização das entregas, ou seja, o produtor realiza a entrega nas escolas que estiverem mais próximas a ele, evitando dessa forma grandes deslocamentos e, conseqüentemente, aumento dos custos”.

iv) *Mudança da gestão municipal*

Este foi um desafio encontrado no município de AM. De 4 em 4 anos são realizadas as eleições municipais em todo Brasil, quando muitas vezes muda-se a gestão. Quando a nova gestão é continuidade da antiga, os trabalhos tendem a continuar, mas quando são construídas rivalidades nos processos eleitorais, os projetos costumam ser interrompidos. Quando isso acontece, muitas vezes é realizado o remanejamento do quadro burocrático da prefeitura, ou seja: as pessoas são trocadas de cargos e com isso as responsabilidades também são alteradas.

O cenário de AM passou por algumas alterações a partir das eleições de 2016. Este fato foi registrado pela pesquisadora na última ida a campo em setembro de 2017. No ano de 2017, iniciou a atuação de uma nova gestão e parte dos responsáveis pela execução do PNAE na prefeitura foram remanejados de cargos ou demitidos, o que prejudicou o andamento do programa no município. De acordo com uma Agricultora de AM² (2017) “antes tinha a moça que trabalhava na secretaria de agricultura que

buscava os alimentos; agora não tem ninguém pra buscar”, outra agricultora disse que *“a prefeitura não quer mais ceder o transporte, dizendo que não tem dinheiro”* (Agricultora de AM¹, 2017).

Em conversa com as famílias de AM, na “Oficina Intercomunitária de Comercialização da Agricultura Familiar de Alvorada de Minas” (Anexo 5) promovida pela Cáritas, às famílias foram questionadas sobre quais eram as dificuldades que elas tinham no fornecimento de alimentos para o PNAE, os agricultores que participavam do programa disseram que até 2016 não tinham problemas, pois havia o suporte da prefeitura, mas que em 2017 até o dia da oficina que ocorreu no mês de setembro, a nova gestão da prefeitura ainda não havia aberto chamada pública. Uma agricultora alegou que *“agora que está tendo dificuldade, você planta e a escola não pega mais - ultimamente não está pegando”* (Agricultora familiar de AM², 2017).

Isso indica que a mudança na gestão municipal pode também comprometer a participação das famílias no programa, pelo menos no primeiro ano de gestão, até que os novos responsáveis passem a dominar os processos do PNAE. Alexandre et al. (2016) alegaram que a descontinuidade dos processos devido a mudança na gestão local provoca o enfraquecimento das dinâmicas locais, influenciando de modo negativo a execução da Lei nº 11.947/2009.

Entre as possibilidades de superar esse desafio está a formação de servidores efetivos aos cargos, por exemplo, o caso do(a) nutricionista concursado(a) da prefeitura. Assim por mais que a gestão municipal mude o (a) nutricionista permanece no serviço público, evitando desvios e desencontros na gestão do PNAE. Segundo Corrêa et al. (2017, p. 570) *“a existência do vínculo permanente com a EEx, por meio de concurso público, aumenta a estabilidade do profissional e a possibilidade de desenvolver ações em caráter permanente e de forma contínua”*. Por isso, é fundamental o envolvimento desses servidores, para que deem continuidade na execução do programa.

Contudo, os desafios identificados para a participação da agricultura familiar de CMD, AM e DJ ao PNAE, como visto foram os mesmos presentes em outras pesquisas em regiões diferentes do Brasil. Ressalta-se, porém, que são desafios que podem ser superados, por meio de capacitações, troca de experiências, sensibilidade e responsabilidade por parte dos gestores públicos e dos técnicos. Dessa forma, a atuação desses sujeitos é a principal questão que compõe estes desafios.

3.5.2. Limites

Neste trabalho os limites foram entendidos como limitações que não se resolvem em âmbito local, pois esbarram em questões complexas e profundas relacionadas à formação da sociedade brasileira. Os limites foram divididos em dois: o recurso financeiro do PNAE e as condições estruturais da agricultura familiar.

i) Recurso Financeiro

Conforme o levantamento da implementação do PNAE em CMD, AM e DJ, municípios pequenos possuem a demanda da alimentação escolar também pequena, pois normalmente é proporcional ao tamanho da população. Entretanto, é em municípios menores que se encontra uma maior concentração da população rural. Nesse sentido, a demanda da alimentação escolar pode ser considerada um fator limitante para o desenvolvimento do PNAE na região estudada, mesmo porque, conforme o FNDE, o recurso financeiro destinado às Unidades Executoras é de acordo com o número de alunos, categorias de ensino e dias letivos. Sendo assim, quanto menos alunos, menor é o recurso que o FNDE encaminha para alimentação escolar.

Segue o exemplo de AM. O repasse financeiro que o FNDE realizou em 2015 para complementar o recurso da prefeitura destinado à alimentação escolar foi de R\$36.720,00. Deste valor, apenas 30% são obrigados a serem destinados para aquisição de alimentos da agricultura familiar. Neste caso, seria apenas R\$11.016,00, supondo que apenas uma família agricultora participasse do programa, a renda não seria equivalente a R\$ 965,00 (um salário mínimo) por mês/ano.

Uma saída para esse limitante seria utilizar 100% do recurso que o FNDE destina ao PNAE para a aquisição direta de alimentos da agricultura familiar. Novamente utilizou-se o município de AM como exemplo. A prefeitura de lá chegou a adquirir em 2016, 100% do recurso na aquisição alimentos direto da agricultura familiar, e o valor total da chamada pública foi de R\$ 49.430,04. Contudo, o valor ainda foi considerado baixo, pois cada família pode elaborar seu projeto de venda equivalente a até R\$ 20.000,00, ou seja, duas famílias poderiam cumprir com quase toda a demanda apresentada na chamada pública (Resolução nº 26 CD/FNDE/2013). De qualquer maneira, não deixa de ser uma saída plausível para que mais famílias do município possam participar do programa.

Uma outra possibilidade para minimizar esse problema seria somar o recurso suplementar que o FNDE disponibiliza para o PNAE com o da unidade executora (prefeitura e/ou estado). Nesse sentido, é trazido CMD como exemplo. O valor da

chamada pública da prefeitura de CMD em 2016 foi de R\$ 410.090,94 (a soma total dos valores de cada item). Considera-se um valor alto, quando comparado ao recurso do FNDE em 2015 que foi na ordem de R\$110.660,00.

Nota-se que comparando o valor total da chamada pública de 2016 com o que a prefeitura recebeu do FNDE em 2015, a prefeitura somou recursos próprios com o do FNDE para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, ultrapassando os 100%. Foram 10 famílias que pleitearam a entrega dos alimentos em 2016 e todas participaram do programa, ainda que, com o valor da chamada pública o número de famílias participantes poderia ser o dobro. Se cada família pode entregar no máximo, R\$20.000,00 por DAP, significa que para cumprir com toda demanda da chamada pública da prefeitura de CMD seria necessário a participação de no mínimo 20 famílias.

Segundo o Censo Agropecuário (2006) e os dados primários da pesquisa, existem 1003 unidades familiares rurais em CMD, 600 em AM e 550 em DJ. De acordo com as informações, o recurso disponível para o PNAE em CMD, AM e DJ não chega a possibilitar a participação de 5% da agricultura familiar dos municípios. Em CMD, onde o valor do recurso foi o maior, 20 de 1003 unidades familiares o usaram, correspondendo a apenas 2% da agricultura familiar do município. Vale, contudo, salientar que o programa vai muito além das questões econômicas, conforme será observado no tópico de potencialidades do PNAE.

Os números apresentados foram os das escolas e/ou unidades de ensino municipais. Os quais foram centralizados pelas prefeituras de CMD, AM e DJ. Desta forma, buscou-se também fazer o levantamento dos recursos que as escolas estaduais receberam para fornecerem a alimentação escolar, com a intenção de saber, se juntando os recursos, poderia aumentar o número de participação das famílias agricultoras. Foi novamente usado CMD como exemplo, pois diante dos três municípios, CMD é o que possui mais escolas da rede estadual e também mais alunos (Quadro 6).

Quadro 6: Recurso destinado pelo FNDE para a alimentação nas escolas estaduais de CMD

MUNICIPIO	Nº DE ESCOLAS	Nº DE ALUNOS	VALOR ALIM. ESCOLAR
CONC. DO MATO DENTRO	10	4000 (aproximadamente)	
TOTAL R\$			425.376,00
30% Agricultura Familiar R\$			127.612,80

Fonte: Adaptado pela autora (Superintendência Regional de Ensino de Diamantina – MG, 2017)

Conforme os valores totais (soma total do recurso e soma do valor dos 30%), nem mesmo somando o recurso das escolas estaduais com o das municipais, seria possível que a participação das famílias atingisse os 5% de toda a agricultura familiar dos municípios. No entanto, em CMD, para a entrega de alimentos nas escolas municipais, no mínimo, 20 famílias cumpririam com os itens da chamada pública. Juntando com as escolas estaduais, seriam 40, isto é, 40 de 1003.

Os resultados desta pesquisa vão ao encontro do trabalho de Abreu (2014) sobre a implementação do PNAE em municípios pequenos. Segundo a autora, municípios de pequeno porte possuem sérias limitações, dentre elas está o recurso e a quantidade de famílias.

No debate sobre as contribuições do PNAE para a melhoria das condições de vida no meio rural, para o desenvolvimento local e dos agricultores familiares, é preciso ponderar os limites do programa em municípios de pequeno porte (que representam 70,7% dos municípios do país), onde o número de agricultores familiares tende a ser alto e a capacidade de inclusão comercial do Programa é pequena (ABREU, 2014, p. 168).

O que a realidade dos municípios estudados mostra é que o recurso financeiro é um grande limitante para a ampla participação da agricultura familiar ao PNAE e que esta limitação não dá pra ser resolvida em âmbito local, não cabe aos gestores municipais resolver, trata-se de um limite do próprio programa enquanto política pública.

ii) Condições estruturais

Entre as limitações de participação da agricultura familiar no PNAE encontram-se as condições estruturais. Essas condições foram consequências do desenvolvimento rural pautado na grande propriedade monocultora, destinada à exportação. No Brasil, a modernização da agricultura se “sustentou nas grandes empresas e no benefício da acumulação do capital privado” (CARNEIRO, 1997, p. 73). Esse processo acentuou a histórica desigualdade social existente no país.

No estudo que Grisa (2017) fez sobre o Pronaf e PAA, a autora se deparou com as seguintes limitações estruturais de participação das famílias aos programas: “falta de informação, ausência de documentação pessoal, ausência da DAP para ingressar no programa, falta de ou pouca terra, dificuldades organizacionais, e limitações de infraestruturas (estradas, acesso à água, ausência de equipamentos)”. Essas limitações

correspondem às mesmas observadas na região estudada quanto ao acesso e participação dos agricultores ao PNAE.

Nos três municípios foi possível identificar que a terra é um limitante para a participação das famílias no PNAE e em outras políticas públicas. Muitas famílias agricultoras não possuem a documentação de regularização das terras em que vivem. No geral, são lotes pequenos, existindo na região muitos vestígios de quilombos, Acredita-se que muitas comunidades rurais são quilombolas, embora poucas tenham esse reconhecimento e se reconhecem como tal (GUSTIN et al., 2015). Com o Projeto Minas-Rio, essa limitação se intensificou porque a empresa comprou muitas terras, privatizou fragmentos de florestas, dificultando os espaços de produção das famílias (PEREIRA; BECKER; WILDAGHEN, 2013).

Essa é uma realidade que não diz respeito somente a CMD, AM e DJ, mas também a outras regiões e à agricultura familiar brasileira como um todo., Comparada ao agronegócio ou aos grandes proprietários de terra, ela ocupa apenas 24,3% das áreas agricultáveis no país, mesmo sendo 84,4% da população que vive no campo (EMBRAPA, 2014). Desses 84,4% mais de 70% ocupam áreas menores do que 2 hectares.

A agricultura familiar já demonstrou ter maior eficiência em diversos aspectos comparados ao agronegócio, como na geração de emprego, na produção e até mesmo na geração de renda (IPEA, 2011). No entanto, a hegemonia das elites agrárias no Brasil, vigente desde os tempos coloniais ainda se reproduz fortemente, seja no controle do Estado, por meio da atuação da bancada ruralista, seja no controle da propriedade de terras, o que se verifica com a atual estrutura fundiária. Segundo Girardi (2009, p. 02), a questão agrária é “compreendida como o conjunto de problemas inerentes ao desenvolvimento do capitalismo no campo”, e estes problemas devem ser apontados, discutidos e solucionados a partir do movimento histórico da luta pela terra.

Houveram dois planos de Reforma Agrária e nenhum deles foi executado, existem atualmente no Brasil cerca de 35 mil latifúndios improdutivos ao lado da existência de 4,5 milhões de famílias sem terra (REIS, 2011). Pela CF/1988 a terra deve cumprir uma função social (moradia, alimentação, preservação ambiental) caso não esteja cumprindo nenhuma dessas funções, o proprietário estará cometendo um ato inconstitucional e deve ser penalizado por isso.

Acredita-se que a reforma agrária seria uma medida eficiente de resolver o problema da discrepante diferença na divisão de terras, mas que deve acontecer ao lado

de políticas públicas territoriais como as que foram desenvolvidas nos últimos anos. Carneiro (1997) apontou que uma reforma agrária bem planejada e estruturada seria fundamental para proporcionar maior acessibilidade agricultura familiar ao Pronaf. Por tanto, aumentando também a chance de acesso às demais políticas públicas, como por exemplo, o PNAE.

Com o problema da divisão de terras resolvido, facilitaria para as famílias terem a documentação de regularização das terras onde vivem e, assim, terem acesso a DAP e força maior para encarar empreendimentos como o Minas-Rio. Famílias com terras regularizadas, produzindo e participando de políticas públicas, teriam melhores condições para resistirem em suas terras; elas estariam em condição de disputar os recursos com o empreendimento e até, como já foi visto em outras regiões, poderiam não deixar que eles se instalassem no território. Há exemplos de comunidades que se organizaram e conseguiram a proibição da instalação de empreendimentos: na Argentina a organização popular conseguiu proibir a instalação da mineradora *Meridian Gold*; e no Peru, o direito de exploração mineral da empresa *Manhattan Minerals Corp.*, foi cassado, resultados da organização popular (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

Além da problemática das terras, existe também a disputa pelos demais recursos naturais, como a água. Galizoni et al. (2008) ao analisar casos no Alto Jequitinhonha, região vizinha à área de estudo da presente pesquisa, aborda como os agricultores garantem sua reprodução social diante da exaustão do ambiente. Segundo os autores, a escassez de água pode ocorrer por dois motivos: os naturais (existem regiões geográficas que passam por períodos longos de estiagem), e por ações antrópicas (quando as indústrias contaminam a água ao ponto de não ser mais segura para o consumo dos seres vivos, ou quando empreendimentos demandam de uma quantidade excessiva de água, utilizando mais água do que a natureza dispõe, sobrecarregando a capacidade hídrica de uma região). As duas situações se tornam limitantes para a produção da agricultura familiar, com importantes ressalvas quanto a escassez natural, pois as famílias que vivem há tempos nessas regiões, já desenvolveram técnicas, selecionaram espécies de plantas e animais que melhor se adaptam a esta realidade, criando um certo tipo de convívio com o semiárido (GALIZONI et al., 2008).

No caso da escassez pelas atividades antrópicas analisadas nesta pesquisa, muitas vezes as famílias não compreendem o acontecimento. Em uma comunidade rural em AM, uma agricultura produtora de leite, teve que diminuir o rebanho pela metade devido à escassez de água que afeta diretamente a produção do leite e seus derivados.

Para esta agricultora a escassez de água está relacionada a questões divinas dos “*fins dos tempos*”. Ou seja, ela não atrelou a escassez de água com a atividade minerária, fazendo orações para que a água volte.

Outro exemplo a ser citado, foi o crime em Mariana. Para as famílias que viviam as margens do Rio Doce e utilizavam as águas para irrigação e pesca, a lama que atingiu o rio e contaminou as águas modificou totalmente a dinâmica de produção e sobrevivência dessas famílias; elas eram acostumadas com a abundância, tinham uma interação forte com o rio que foi interrompida por um crime de responsabilidade da empresa Samarco (MILANEZ; LOSEKANN, 2016). Guardadas as devidas proporções, é o que parece ocorrer em CMD, AM e DJ.

Segundo Galizoni et al. (2008),

A escassez de água para produção e criação é um fator de empobrecimento para famílias e comunidades que não dispõem de condição para levar seus produtos à feira semanal do município ou não dispõem de condição de assegurar os alimentos necessários para o sustento.

As famílias que não conseguem produzir seja para comercialização ou para a subsistência, tendem a ficarem empobrecidas, em uma situação de maior vulnerabilidade social.

Portanto, para as famílias que sofrem com a escassez de água, o acesso e participação no PNAE são limitados: o programa não consegue contemplar as famílias que vivem nesta situação. Para as que moram em regiões onde estas são as condições naturais, existem outras políticas como o PAA Leite, o Programa de Cisternas, que contemplam as condições de vida dessa população. No caso da região de estudo (CMD, AM e DJ) e de outros lugares impactados por grandes empreendimentos, não existem políticas públicas específicas. Para a garantia do direito dessas populações deveria haver exigências mais consistentes dos estudos ambientais e, se nestes estudos fosse apontada à escassez de água como consequência das atividades do empreendimento, não poderiam ser emitidas as licenças, uma vez que estaria colocando em risco as condições básicas de sobrevivência das famílias que vivem no território.

Como se pode observar as limitações estão relacionadas à estrutura política econômica e social do país. Enquanto as bases estruturais forem a exploração a serviço do mercado mundial, grupos sociais como o da agricultura familiar permanecerão marginais na sociedade brasileira e limitados quanto ao acesso às políticas públicas que,

em tese, lhes seriam destinadas. As limitações de participação da agricultura familiar ao PNAE demonstram isso muito bem.

3.5.3. Potencialidades

*“Sem a horta eu teria que ir pra cidade”
(Agricultora familiar de DJ³, 2017).*

O PNAE é um programa de política pública que apresenta desafios e limites para a participação da agricultura familiar, desta forma, alguns aspectos devem ser revistos e incrementados no programa. Mesmo com os desafios e as limitações, é um programa que tem gerado resultados positivos para agricultura familiar e para o desenvolvimento rural de base territorial.

Para Alexandre et al. (2017) este apoio que o programa tem dado à agricultura familiar,

representa o resgate do patrimônio alimentar, reintegrando as dimensões da produção e do consumo de alimentos, contribuindo para a redução da iniquidade, promovendo a geração de renda para os agricultores familiares e sinaliza uma relevante estratégia de redução da pobreza e do êxodo rural.

Além desses potenciais, a participação da agricultura familiar no fornecimento de alimentos para merenda escolar incentiva os hábitos de uma alimentação mais saudável baseada no consumo dos alimentos locais (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

i) Valorização da Agricultura Familiar

As potencialidades indicadas pela teoria foram as mesmas relatadas pelas famílias pesquisadas. *“É uma oportunidade aos agricultores”* (Agricultora familiar de AM², 2017). *“O PNAE ajuda muito as pessoas que vivem na roça”* (Agricultor familiar de CMD¹, 2017). *“O PNAE chegou valorizando a mercadoria da gente”* (Agricultora familiar de DJ², 2017).

As famílias avaliam positivamente o programa e sentem que suas produções estão sendo valorizadas. Além dos fatores relacionados à autoestima, destacam-se o orgulho de produzirem alimentos saudáveis, o conhecimento de quem serão os consumidores e a preocupação com a entrega de um alimento de qualidade. *“Tem alimento bom para crianças nas escolas, sem veneno”* (Agricultor familiar de CMD¹,

2017). *“Eu tenho orgulho do que eu passo para frente [...], as crianças nas escolas estão comendo comida saudável”* (Agricultora familiar de DJ³, 2017). *“Os pais que tem filhos na escola conhecem a maior parte dos alimentos que os filhos estão ingerindo na escola, e que são de qualidade”* (Agricultora familiar de DJ², 2017).

Isso gera uma aproximação dos agricultores com os consumidores, criando uma relação de confiança e eliminando atravessadores, tendo assim uma distribuição mais justa da renda gerada na produção de alimentos da agricultura familiar, que antes ficava em boa parte na mão de outros sujeitos (SAMBUICHI et al., 2014). Com isso, a confiança gerada nessa aproximação do campo com a cidade também estimula outros mercados locais, de venda direta, abrindo outros canais de comercialização para a produção da agricultura familiar (SAMBUICHI et al., 2014).

ii) *Organização produtiva*

A pesquisa indica que existem famílias que se não estivessem participando do PNAE já teriam migrado para a cidade. A garantia da venda e do preço atua como um estímulo para que os agricultores produzam. *“Posso produzir porque sei que vou vender”* (Agricultora familiar de DJ, 2017). *“A gente não fica na mão do comerciante”* (Agricultora familiar de DJ, 2017). *“Às vezes a gente plantava uma horta só para o consumo, para galinha e para o porco, agora se você vai vender cem pés de alface você produz duzentos, que aí fica cem pra gente”* (Agricultora familiar de DJ³, 2017).

A motivação ao produzir tendo a garantia e segurança da venda faz com que os agricultores acabem também buscando outros mercados e diversificando a produção. Em DJ parte das famílias que participam do PNAE iniciaram uma feira-livre aos sábado na praça central do município. Para tanto, contam, com o apoio da EMATER e da Cáritas. O acesso da agricultura familiar a esse tipo de mercado local garante não só a segurança e a soberania alimentar dos alunos das escolas, mas também da população local, que passa a conhecer a procedência dos alimentos que consome. Portanto, considera-se que o PNAE seja também um estímulo para a participação da agricultura familiar em outros mercados.

Para as famílias produzirem e comercializarem elas precisam de organização, devendo controlar o que vão produzir, em qual período e quantidade, de maneira que mantenham sempre a mesma qualidade dos alimentos. Como foi dito por uma agricultora, *“o PNAE é ótimo para quem tem responsabilidade”* (Agricultora familiar de

AM, 2017). Nesse sentido, o programa exige que as famílias tenham organização produtiva, incentivando que elas tenham o empoderamento de todos os processos.

iii) Geração de renda e emancipação social

Com a aquisição dos alimentos produzidos localmente, o PNAE fomenta também a economia do município, pois se a população local tem dinheiro, muito provável que o gaste no próprio município, comprando desde produtos básicos até mercadorias, dinamizando a economia local.

A geração de renda pode ser considerada uma das consequências de todo o potencial que o PNAE apresenta, mas não pode ser o foco central das discussões. É verdade que o PNAE gera renda, no entanto o recurso do programa é limitado, de modo que não daria para que todas as famílias agricultoras de um município participassem do programa.

Acredita-se que o PNAE funcione como uma motivação inicial para as famílias, contribuindo para emancipação social. A partir daí as famílias conseguem autonomia econômica advinda de seu trabalho, participação política e identidade regional, conforme é possível perceber no próximo tópico.

3.6. O significado do PNAE para as famílias agricultoras

*“O PNAE foi a única coisa que chegou para ajudar”
(Agricultora familiar de DJ², 2017).*

Neste tópico são apresentados os resultados da última ida ao campo. Para chegar até aos agricultores e agricultoras que participam do PNAE contou-se com o suporte dos técnicos da Cáritas. A seleção dos entrevistados foi feita pela Cáritas, pelo contato e confiança que a mesma já tem construído com as famílias.

Acredita-se que participação da Cáritas fez com que a recepção das famílias com a pesquisadora fosse calorosa. Em todas as casas foram servidos alimentos produzidos pelos próprios agricultores, havendo uma conversa fluída na qual a família demonstrou confiante para falar o que realmente pensava sobre o PNAE.

Foram entrevistadas 5 famílias que participam do PNAE em CMD, AM e DJ, os tópicos abordados foram: 1) como ficaram sabendo e começaram a participar do PNAE; 2) quais os alimentos que geralmente são entregues nas escolas, se eles passam por

algum tipo de processamento/beneficiamento; 3) os motivos que as incentivam a continuar participando do programa; 4) às mudanças que as famílias tiveram na vida e no trabalho; e 5) o que poderia ser melhorado.

Dentre os sujeitos que participaram das entrevistas, 4 são mulheres e apenas 1 homem. Nas famílias onde as mulheres responderam, são elas as encarregadas pela produção para o PNAE, são elas quem articulam junto a EMATER-MG os documentos necessários e que levam os alimentos para serem entregues. Estudando o empoderamento das mulheres que participam do PNAE em Viçosa (MG), Barbosa (2017) comparou as mulheres agricultoras que participam do programa com as que não participam. Segundo a autora, o ponto mais divergente entre elas é a renda, capaz de influenciar as demais áreas da vida. Para Barbosa (2017, p. 56) a falta de renda limita o acesso a bens e serviços de qualidade, “assim tais mulheres podem ter seu processo de empoderamento comprometido. Além disso, não demonstram preocupação com sua participação social, tendo mais dificuldade de se expressarem”. Já as mulheres que participam do PNAE “entendem a importância da participação social, principalmente para proporcionar o atendimento das demandas comunitárias e superar as desigualdades enfrentadas” (BARBOSA, 2017, p. 57).

Todas as famílias entrevistadas produzem em terras próprias e não utilizam nenhum tipo de agrotóxico, usando apenas esterco de vaca para adubar as plantas. É o que relataram as agricultoras de DJ, AM e CMD:

“Nós usamos esterco de curral de boi e água, o que precisa ser pulverizado, nós pulverizamos com a urina de vaca, nossa produção é orgânica, mas não tem certificação” (Agricultora familiar de DJ², 2017).

“Na horta usamos esterco de vaca e um composto que a gente faz aqui, já é tão difícil ai você ainda vai gastar com adubo, isso não compensa, cada hora você tem que usar mais e mais, e a terra não fica mais a mesma coisa” (Agricultora familiar de DJ³, 2017).

“Depois das conversas com a Cáritas e os cursos de agroecologia, já tem cinco anos que não usamos agrotóxicos, a limpeza da garapa é feita com cascas de mutamba” (Agricultor familiar de CMD¹, 2017).

“Na minha horta eu uso só esterco, mais nada” (Agricultora familiar de AM², 2017).

Embora as famílias tenham afirmado produzir sem o uso de agrotóxicos, nenhuma delas possuem certificado de produção orgânica, deixando em aberto um potencial a ser explorado. No processo da chamada pública do PNAE quando a família é certificada como orgânica entra na lista de prioridade passando na frente de outra que esteja na mesma condição só que com a produção convencional ou sem certificação.

Além disso, as Entidades Executoras que priorizarem adquirir alimentos orgânicos na chamada pública poderão crescer em até 30% o valor dos alimentos orgânicos comparado ao valor dos convencionais (Resolução nº 04 CD/FNDE/2015). Ou seja, existem algumas vantagens que as famílias poderiam acessar por meio da certificação orgânica.

Duas das famílias entrevistadas disseram já ter acessado outros programas além do PNAE, como o Pronaf - para compra de um veículo e o PNHF - financiamento para melhoria da infraestrutura residencial. Ambas alegam que foi depois que começaram a participação no PNAE que isso foi possível.

3.6.1. Sobre a participação no PNAE

De acordo com as famílias entrevistadas em CMD, AM e DJ, elas souberam sobre o PNAE por meio da EMATER-MG, de programas da televisão e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

Segundo relatam:

“A EMATER passou um ano antes olhando o que tinha no quintal de cada um e tudo mais, e falou com eles que ia fazer o papel, pra ver se ia conseguir e quando foi no ano seguinte conseguiu” (Agricultora familiar de DJ², 2017).

“O PNAE eu sempre soube que existia porque eu sempre via que acontecia em outras cidades [...] Eu assisto há anos o Globo Rural estou sempre inteirada do esta acontecendo” (Agricultora familiar de DJ³, 2017).

“No meu caso por ser presidente do CMDRS esses assuntos voltados a agricultura vão pra lá, ai fiquei sabendo” (Agricultor familiar de CMD¹, 2017).

A Agricultora familiar de DJ² participa do PNAE desde 2010, são 7 anos participando, a Agricultora familiar de DJ³ disse que já tem 12 anos que a família participa do PNAE, o Agricultor familiar de CMD¹ relatou que faz apenas 2 anos e que no primeiro acabou não entregando, por conta de alguns erros da prefeitura no decorrer do ano. Em AM, a Agricultora familiar de AM² falou que participa há 3 anos, mas que em 2017 até a data da entrevista ainda não havia entregado porque mudou a gestão da prefeitura e não estavam pegando. E por fim a Agricultora familiar de DJ¹, que participou apenas um ano e não teve interesse em participar mais, de acordo com ela todas as vezes que abre a chamada pública ela está ajudando a irmã em Belo Horizonte.

De acordo com as famílias, os alimentos entregues são legumes, hortaliças e frutas, sendo poucos processados (Tabela 3). Percebe-se que entre as cinco famílias

entrevistadas existem uma grande variedade de alimentos produzidos. No relato captado durante as entrevistas com as famílias apareceram 24 tipos de alimentos diferentes, ainda que duas famílias falaram pouco, resumindo os alimentos em verduras, hortaliças ou frutas, não dizendo quais eram especificamente.

Tabela 3: Alimentos que são entregues para o PNAE (CMD, AM e DJ)

Alimentos In natura	Agricultores Familiares				
	DJ¹	DJ²	DJ³	CMD¹	AM²
Feijão		X		X	
Banana			X		
Cebola				X	
Beterraba			X	X	
Cenoura			X	X	X
Espinafre	X			X	
Melancia				X	
Banana			X		X
Maracujá		X	X		
Limão			X		
Mexerica			X		
Goiaba		X	X		
Manga			X		
Salsinha	X		X		X
Cebolinha	X		X		X
Couve	X	X	X		X
Alface	X	X	X		X
Repolho			X		
Tomate			X		X
Pimentão			X		
Quiabo			X		
Inhame		X			
Mandioca		X			
Alimentos processados					
Rapadura				X	
Canjiquinha				X	

A prefeitura de CMD é a única que nos dois últimos anos vem pedindo e recebendo produtos processados como canjiquinha e rapadura entregues pelo Agricultor familiar de CMD¹. Em DJ, segundo a Agricultora familiar de DJ², no início a família entregava ovo, farinha, fubá, canjiquinha feita no moinho de pedra, depois por causa da vigilância sanitária os alimentos processados foram cortados.

Os motivos que levaram e motivaram as famílias a participarem do PNAE pautam-se na dificuldade histórica de encontrar canais de comercialização, sendo

característica da agricultura familiar buscar a combinação de vários arranjos em suas formas comerciais, conforme pode-se perceber em seus relatos:

“A dificuldade de comercializar as coisas, o que a gente tinha ninguém comprava, não tinha valor nenhum, essa visão de poder vender o que você produzir” (Agricultora familiar de DJ³, 2017).

“Primeira coisa: tenho um menino na escola, segunda: a renda, que é um apoio a mais e outra até pra mostrar para o restante da turma que pode participar que a coisa funciona, eles ficam naquela que não vai dar certo não vai receber, porque a CONAB começou e não deu certo eles ficam associando uma coisa a outra. Porque o que acontece, com esse monte de doenças que estão aí, se nós mesmo que somos pais produzirmos algo de boa qualidade e mandar para merenda, estaremos contribuindo por uma vida mais saudável para os filhos da gente também” (Agricultor familiar de CMD¹, 2017).

Antes de participarem do PNAE as famílias tinham a produção voltada toda para o auto consumo.

“Produzia para o consumo, a gente sempre produziu só que antes era pequeno, produzia pouquinho” (Agricultora familiar de DJ³, 2017).

“A produção era só pra subsistência mesmo, não via como algo que poderia dar uma renda no dia a dia não” (Agricultor familiar de CMD¹, 2017).

“Plantava mais para o consumo e plantava pouco somente para despesa e aquilo que sobrasse perdia, porque não tinha consumo, depois que começou a vender aí passamos a plantar mais” (Agricultora familiar de DJ², 2017).

Dessa forma, nota-se que a participação no PNAE provocou mudanças na vida das famílias, como se verifica em um dos relatos: *“Tive mais renda, tive mais conhecimento e mais trabalho”* (Agricultora familiar de DJ¹, 2017).

Nesse sentido, outras agricultoras e agricultores ainda destacam que com a participação no PNAE:

Mudou muita coisa graças a Deus, só de saber que você pode plantar que você tem o consumo já é uma boa, ter onde entregar, por exemplo, e o dinheiro que vem ajuda muito por que vem um pouquinho, cada um entrega pouco, mas cada um tem seu pouquinho de dinheiro, então ali faz a diferença. Ajuda muito para pagar uma pessoa para ajudar a capinar a roça, mesmo para comprar alimento, pois não é tudo da casa que produz, tem coisa que tem que comprar (Agricultora familiar de DJ², 2017).

No começo o sonho da gente era entregar o queijo que a gente tinha, agora somos agricultores mesmo, mudamos o estilo de vida, plantava milho e feijão e mexia com vaca, hoje mudou nosso trabalho, hoje gira em torno de estar produzindo alimentos saudáveis. Foi passo a passo para esta aonde chegamos hoje em nível de produção, antes era muito complicado, foi de uns dois anos atrás pra cá, que eu tinha um fusquinha, aí eu consegui comprar um carro, vendemos umas coisas e trocamos de carro e há uns dois anos atrás eu fiz um financiamento,

esta alinhado com o PNAE porque foi com os contratos tudo que eu consegui no Banco do Brasil, através disso eu entrei no Banco do Brasil fiz um financiamento pra arrumar minha casa que estava praticamente caindo, o telhado aqui desde quando cheguei que a gente molhava, não tinha telha em alguns lugares, uma dificuldade, eu fiz um puxado troquei o telhado, como diz o outro já melhorou qualquer coisa. Eu acho que muita coisa, você vê uma visão diferente de tudo, você começa a ser uma pessoa centrada em tudo o que você vê, eu já era muito perfeccionista e hoje eu virei uma fiscal mesmo, se tem coisa errada eu estou em cima, acho que a observação que você faz, por exemplo, meus filhos pegou essa fase de PNAE na escola, então fico muito contente, porque se você prestar atenção igual eu acompanhei muitos anos globo repórter globo rural, então eu acompanho os técnicos falando tudo da alimentação o que é saudável e o que não é, então você começa a ter esse acompanhamento, você tem noção do que esta comercializando, você tem orgulho do que esta repassando, então pra mim o PNAE esta muito bom, fora que posso não ter dinheiro mais experiência eu tenho. No trabalho não mudou muita coisa ainda, porque nós ainda não temos condição de ter um tratorito pra estar ajudando a gente a estar plantando melhor então plantamos na mão mesmo, é uma dificuldade muito grande tudo a mão. Eu não tenho como ficar dentro de casa não, eu estou organizando as coisas aqui porque é o dia que tenho pra organizar, eu fico a semana inteira na horta, não tem como não ficar. Eu vou lá fico até meio dia molhando, molho tudo na mão, mangueira desperdiça muito, depois do almoço volto pra lá e volto pra casa só às 18 horas e tudo eu que faço sozinha, não tenho ninguém que venha aqui me ajudar e não tem como pagar uma pessoa pra vir ajudar (Agricultora familiar de DJ², 2017).

Na questão da agricultura você passa a ter mais cuidado com as coisas, eu vou cortar aqui e aumentar a produção porque eu tenho onde colocar, na associação da á gente ânimo de correr atrás e mostrar pra comunidade que pode insistir que funciona, a questão dessas parcerias que estão acontecendo e outra, o que a ajuda á gente muito é a questão de você produzir e ter renda, um apoio a mais financeiro no final do mês, porque o pouco com Deus é muito, um pouquinho daqui e um pouquinho dali funciona (Agricultor familiar de CMD¹, 2017).

Essas mudanças provocadas pelo PNAE representam uma oportunidade de melhora nas condições de vida. Porque segundo relatos:

“Só de receber meu dinheirinho já é importante pra mim, porque se não fosse essas coisas eu não tinha meus quebradinhos” (Agricultora familiar de AM², 2017).

“É mais uma força que a gente tem uma coisa garantida, que você tem certeza daquilo. É saber que todo mês ali você tem aquela renda, já é uma renda como se fosse um salário que tivesse recebendo por mês, assim não estou dizendo um valor de salário, mas você sabe que todo mês ali mesmo que atrasa um mês, mas você sabe que esta ali” (Agricultora familiar de DJ², 2017).

A clareza e a consciência da importância da agricultura familiar acessar e participar do PNAE a fim de produzir alimentos saudáveis de qualidade e livre de agrotóxicos também aparece nos relatos, conforme podemos verificar em uma das entrevistas.

“O PNAE hoje significa uma coisa muito boa pra quem produz pra quem tem responsabilidade e trabalha dentro do que deve ser trabalhado, na roça hoje o PNAE é o melhor negócio, você não está na mão dos comerciantes e tem sua independência, e as crianças que estão na escola iguais meus filhos estão comendo alimento saudável livre de veneno, hoje no mercado a gente encontra veneno em tudo, então meus filhos que pegou essa boa fase na escola, pra mim é um orgulho muito grande. O PNAE só tende a ajudar as pessoas que moram na roça” (Agricultora familiar de DJ³, 2017).

Portanto, além da valorização do alimento livre de agrotóxicos, os agricultores e agricultoras também manifestaram a sua consciência em relação à importância do campo para a cidade e a necessidade da fixação do homem no campo com o objetivo de cumprir tanto a função social da terra quanto o de garantir a reprodução social. É o que fica evidente no relato a seguir. Segundo o agricultor de CMD,

“O mais importante mesmo é o cara se sentir doutor aonde está, ter interesse em continuar lá, permanecer no campo, porque na verdade você vai pra roça não vai porque quer não, você vai porque é obrigado, se você tem um objetivo para produzir para minha alimentação, para alimentação do meu filho na escola, para o parente para um vizinho que está lá, um mínimo que for vai agregando valor junta com outra coisa, o investimento em uma horta é baixa, o principal é fixação do homem quietinho lá no campo, a permanência” (Agricultor familiar de CMD¹, 2017).

Durante o trabalho de campo e o levantamento de dados captados por meio das entrevistas buscou-se verificar qual era a percepção das famílias sobre o PNAE, considerando seus pontos positivos e negativos (Quadro 7). Os pontos positivos foram disparadamente maiores do que os negativos.

Quadro 7: Pontos positivos e negativos sobre o PNAE

Agricultores familiares	Pontos Positivos	Pontos Negativos
Agricultora familiar de DJ ¹	Alimentação saudável; Ajuda aos agricultores.	Burocracia
Agricultora familiar de DJ ²	Renda mensal	Atrasos no pagamento
Agricultora familiar de DJ ³	Tudo de bom	-
Agricultora familiar de AM ²	Bom de trabalhar	Não dar o transporte

Agricultor familiar de CMD ¹	Alimentação boa; Educação do homem no campo; Interesse da família em produzir; Valorização.	Pouca informação
---	--	------------------

Percebe-se que dentre os pontos positivos apenas uma agricultora falou diretamente da geração de renda. A alimentação segura (boa e saudável) apareceu mais de uma vez. A fala do agricultor de CMD sobre os pontos positivos chamou a atenção, ele foi o último a ser entrevistado e levantou um fato que nenhuma família havia tratado que são os aspectos relacionados à educação. Segundo ele o PNAE tem pontos positivos demais,

“[...] a começar na alimentação boa para os nossos filhos, educação do homem no campo, interesse da família a produzir consequentemente os filhos vão ter interesse em participar também, outra coisa, acho que deveríamos ver com as secretarias uma forma delas valorizarem isso dentro da sala de aula, de onde vem o produto, para que o pessoal da zona rural, as crianças da zona rural aprendam que realmente, não é despeito nenhum viver na roça, você também tem seu valor, tem seu papel importante, coisa que não é valorizado dentro da grade escolar, que incentiva só estudar e ir para faculdade formar” (Agricultor familiar de CMD¹, 2017).

Dentre as percepções captadas, as famílias também indicaram o que para elas precisa ser melhorado no programa:

“Queria poder ajudar mais produtores, mais o recurso ainda é pouco, seria bom se isso se estendesse em todas as regiões e pudesse atingir mais pessoas, não só aqui em Dom Joaquim, mas em todos os lugares, em todo mundo que queira trabalhar e que espera por oportunidade” (Agricultora familiar de DJ³, 2017).

“Aqui em Conceição do Mato Dentro poderia aumentar as compras para alcançar os 100% porque teria um maior número de produtores assistidos, ou quem estivesse participando teria entrega garantida e trabalhar em cima de informação, acho que é essencial, pessoal bem informado, tem condições de estar participando, o carinho que esta lá na roça produzindo na sua horta não tem dinheiro pra ficar indo na cidade e não tem tempo pra isso não, e ai fala que o PNAE não funciona, às vezes não é o PNAE que não funciona é a informação que não chegou” (Agricultor familiar de CMD¹, 2017).

“Ter mais oportunidade têm muitos agricultores familiares que ainda não tiveram oportunidade” (Agricultora familiar de DJ¹, 2017).

É interessante observar a empatia dos agricultores e agricultoras pelos seus pares, a preocupação e a vontade de que o programa seja ampliado, capaz de atingir e beneficiar mais famílias.

O fato de todas as famílias terem dito não usar nenhum tipo de agrotóxicos nos alimentos que são entregues ao PNAE, demonstrou-se uma grande preocupação sobre a qualidade do alimento que é entregue.

Assim, tudo o que foi abordado nos tópicos anteriores pôde ser visualizado nos depoimentos das famílias entrevistadas. Foi possível perceber que elas se sentem valorizadas e mais do que isso, sentem vontade de permanecer em suas terras, de continuar trabalhando como agricultoras e agricultores em uma produção agroecológica.

4. Considerações Finais

Diante da pesquisa apresentada algumas considerações são necessárias acerca: da falácia do desenvolvimento econômico; do desenvolvimento rural de base territorial; e do PNAE.

O atual modelo de desenvolvimento econômico, analisado criticamente por David Harvey (2006) em “O Novo Imperialismo”, como regime de “acumulação por espoliação” demonstrou-se eficiente no que diz respeito a continuação do processo de exploração/espoliação dos países periféricos pelos países centrais por meio dos grandes projetos de mineração. O projeto Minas-Rio é um microcosmo exemplar da dinâmica atual do modo de produção capitalista na contemporaneidade.

O Minas-Rio retrata as intenções e estratégias adotadas na materialização desse modelo de desenvolvimento pautado na acumulação por espoliação, na superexploração do trabalho e na degradação ambiental. A falácia neodesenvolvimentista reforça as justificativas infundadas para a instalação de empreendimentos como o Projeto Minas-Rio que, se num primeiro momento promove a geração de empregos, num segundo – tão logo se esgota no período de instalação – promove a precarização do trabalho na região, visto que são empregos temporários, precários e sub-remunerados. Isso porque a maior parte da atividade minerária é hoje automatizada e os cargos são ocupados por mão-de-obra qualificada, na maioria das vezes oriundas de outras regiões. O que fica dessa atividade extrativista para a população local são os impactos e consequências negativas tanto do ponto de vista ambiental quanto socioeconômico. Para agricultura familiar, por exemplo, sobrou o conflito, a escassez de água, a imigração (êxodo rural) e a invisibilidade.

Com o objetivo fundamental da pesquisa de compreender e analisar as possíveis contribuições do PNAE para o desenvolvimento rural e para o fortalecimento da agricultura familiar atingida pela mineração foi possível identificar a existência de dois projetos de desenvolvimento pensados para o rural brasileiro. De um lado, o agronegócio que tem sido executado hegemonicamente desde a década de 1950; de outro, o que veio das bases camponesas, representado pelos movimentos sociais e sindicais, o desenvolvimento de cunho territorial que vem sendo pautado por meio de luta há pelo menos três décadas.

O primeiro encontra-se alinhado aos princípios da mineração, ao capital estrangeiro e às grandes empresas transnacionais, pois sua lógica de exploração segue a reprodução e sentido da colonização (PRADO Jr. 2011), impondo um único projeto de desenvolvimento. O segundo, de base territorial e agroecológica, segue orientações radicalmente opostas ao agronegócio e tem, no grande projeto minerário, enormes obstáculos a serem enfrentados.

Em diversos pontos pode-se apontar a mineração como um entrave ao Desenvolvimento Rural de base Territorial (DRT), pois o alicerce de desenvolvimento da agricultura familiar é a sua produção e tudo o que é capaz de criar limitações às suas bases socio-reprodutivas é também sinônimo de miséria e pobreza. Famílias sem água e sem-terra, da forma como a mineradora Anglo American as deixou, ficam impossibilitadas de produzirem e reproduzirem até mesmo sua própria subsistência. A chegada de grandes empreendimentos que colocam em disputa esses recursos naturais, essenciais a este grupo social, torna-se um limitante ao acesso e participação da agricultura não só ao PNAE, mas em qualquer outra política pública ou tipo de incentivo à produção da agricultura no Brasil.

Os limites e desafios do PNAE, demonstrados pela pesquisa em CMD, deixou evidente que não há conciliação do DRT com a mineração. A presença deste tipo de empreendimento predador em uma região de cultura e trabalho com a terra deixa outros setores da economia e seguimentos sociais vulneráveis e invisíveis, pois os gestores públicos compram e reproduzem o discurso desenvolvimentista da empresa. Desta forma, só passam a olhar novamente para os demais se houver algum tipo de pressão ou determinação superior, como é o caso do PNAE - uma política nacional.

Nesse sentido, o PNAE é um programa de política pública primordial para o DRT, pois se trata de um programa estruturante, capaz de transformar múltiplos aspectos das realidades vivenciadas pelas famílias que dele participam. Na pesquisa que se concluiu observou-se o aumento na autoestima das famílias, relacionado ao orgulho que se tem do que se produz; a organização produtiva; o reconhecimento de que cada planta demanda um tipo específico de cuidado; a consideração de que no cultivo agroecológico a diversificação da produção é fundamental; a participação em outros mercados; a geração de renda; a participação feminina; a segurança alimentar. Enfim, são múltiplos aspectos que permitem afirmar que o PNAE é capaz de contribuir para a transformação da realidade da agricultura familiar brasileira.

Para tanto, os desafios estão postos e é necessário um acompanhamento técnico nas prefeituras e escolas estaduais na execução do programa, para que essas Unidades Executoras consigam adquirir 100% do recurso em alimentos da agricultura familiar. Destaca-se ainda, como uma conclusão importante desta investigação, a necessidade de expansão da agricultura familiar no interior dos estados (onde está a maior concentração de agricultores), considerando suas potencialidades de abastecer e sustentar a existência da população urbana que vive nas grandes regiões metropolitanas do país. Isso poderia ser garantido com a expansão do Programa, visando a produção sustentada de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos.

Vale ressaltar também, conforme a pesquisa revelou que sem o auxílio técnico dos extensionistas na elaboração dos projetos de venda e demais trâmites burocráticos os agricultores familiares não conseguem participar do PNAE. Isso porque, considerando a realidade do meio rural, onde existem ainda muitos analfabetos, os processos burocráticos intrínsecos ao programa não são inclusivos. Desta forma o trabalho e o compromisso dos técnicos das ATER's em fazer com o que a participação da agricultura familiar aconteça são fundamentais, pois sem este tipo de trabalho as famílias não ficam sequer sabendo da existência do programa.

Os impactos e consequências da mineração são inevitáveis e prejudiciais ao acesso e participação das famílias ao PNAE. Conforme a análise dos dados demonstrou, as famílias foram atingidas pela instalação do Projeto Minas-Rio, ficando sem água e sem terra. Portanto, mesmo que o programa seja implementado com sucesso, as famílias atingidas pela mineração terão dificuldades porque mal conseguem garantir atualmente a produção para o auto consumo, que dirá fornecer ao PNAE. O processo será seletivo e restrito às famílias que sofreram menos impactos. Assim, a agricultura familiar que historicamente luta e resiste com a chegada do empreendimento minerário vê-se sujeitada aos novos e grandes desafios de permanência no campo.

Nos dias de hoje, depois do golpe de estado que ocorreu em 2016, houve um desmonte geral das políticas públicas de cunho social e também dos direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Neste contexto de ataque aos direitos sociais e de avanço das políticas neoliberais no Brasil, o PNAE tem sobrevivido e se demonstrado uma política de Estado – resistente às adversidades. No entanto, ainda corre risco assim como as demais políticas públicas, podendo passar por alterações que modificam o seu verdadeiro potencial, qual seja, garantir a permanência digna das famílias no campo. Desta forma, pesquisas como esta que mostram o potencial do

PNAE e indicam os pontos a serem melhorados são necessárias, pois fundamentam a existência do mesmo e sua importância.

Contudo, diante de todo o conteúdo apresentado, é preciso indicar algumas dificuldades da pesquisa, bem como destacar questões que emergiram durante o processo de investigação, exigindo a sua continuidade e ampliação em outro momento.

A pesquisa poderia ter sido mais ampla e aprofundada não fosse a limitação de recursos financeiros para o trabalho de campo e também o tempo que uma pesquisa de mestrado possui, o que possibilitaria um maior acesso e acompanhamento dos agricultores familiares, uma amostra mais ampla dos sujeitos pesquisados e entrevistados, e uma verificação mais efetiva sobre a dinâmica de funcionamento do PNAE na região estudada. Assim, seria possível responder perguntas e problemáticas que ainda permanecem para investigações futuras, como: O PNAE reproduz o que já está colocado e é mais uma tentativa de introduzir a agricultura familiar ao mercado ou segue um caminho de ruptura?

Ficam aqui ainda alguns questionamentos provocativos: Se o atual modelo de desenvolvimento econômico é sinônimo de riqueza para uns (poucos) e miséria para outros (muitos), sobretudo nos países ditos subdesenvolvidos, como o Brasil, por que não colocar em prática outros projetos alternativos? Se existem mais agricultores familiares do que não-familiares, e eles produzem mais em quantidade e qualidade, gerando mais empregos por que não recebem mais recursos e incentivos do Estado? Se o país é rico em minérios, por que não investir em tecnologias ao invés de deixar nas mãos de multinacionais que ganham com a exportação?

O Brasil é um país rico em recursos naturais, em todas as dimensões, água, solo, diversidade de plantas e animais, espécies alimentícias, minérios, clima. Tem também uma rica diversidade cultural de povos que historicamente foram colocados às margens da sociedade. É preciso valorizar o que há no país para beneficiar as pessoas que moram aqui, é preciso pensar e construir um projeto popular e soberano, onde a riqueza brasileira sirva ao seu povo e não mais aos países centrais e suas empresas imperialistas.

5. Referências Bibliográficas

ABREU, Kate Dayana Rodrigues de. **A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em municípios de pequeno porte: implicações práticas e teóricas.** 2014. 183 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2014.

ALENCAR, Edgard. **Introdução a metodologia de pesquisa social.** UFLA, 1999.

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. Paidéia (Ribeirão Preto), n.º. 2, Ribeirão Preto, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X1992000200007>
> Acesso em: 23 set. 2017.

ALEXANDRE, Veruska Prado; GOMES, Luciana de Oliveira Froes; SILVA, Simoni Urbano da; ALMEIDA, Gêssica Mércia; MARTINS, Karine Anusca; MONEGO, Estelamaris Tronco; SOUZA, Luciene Maria de; CAMPOS, Maria Raquel Hidalgo. Do campo à escola: compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em Territórios da Cidadania de Goiás. **Segur. Aliment. e Nutr.**, Campinas, v.23, n.esp., p.1049-1064, dez. 2016.

AMÂNCIO, Cristhiane Oliveira da Graça. **O Sabor Agridoce da Reforma Agrária em Pernambuco: Reflectindo Sobre a Experiência de Chico Mendes II e Nova Canaã em Tracunhaém, PE.** Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. TESE APROVADA EM 19/07/2006. Disponível em: <<http://www.cpap.embrapa.br/teses/online/TSE29.pdf>> Acesso em: 11 jun. 2017.

Anglo American. Diálogos. Publicação destinada às comunidades de relacionamento da Anglo American . Ano 1 . N.º 1. Nov/Dez, 2014. Disponível em: <<http://brasil.angloamerican.com/~media/Files/A/Anglo-American-Brazil-V3/reports-and-presentations/minerio-de-ferro-brasil/dialogo-foos-nov-dez-2014.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2017.

ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do desenvolvimento.** Petrópolis. Editora Vozes, 1997, p. 1 – 134.

AZEVEDO, Raphael Fernandes Oliveira. **A relação entre o PNAE e a agricultura familiar: virtudes e problemas de gestão.** Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/dpp/gpp/TCC/2014.1/arquivos_downloads/AZEVEDO,Raphael_Fernandes_Oliveira_de._A_Rel%C3%A7%C3%A3o_Entre_o_PNAE_e_a_Agricultura_Familiar..Virtudes_e_Problemas_de_Gest%C3%A3o.pdf> Acesso em: 19 set. 2017.

BARBOSA, Thaís Lopes. **O processo de empoderamento da mulher rural e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): e o caso de Viçosa-MG.** Dissertação de mestrado, UFV, Viçosa. 2017. p. 80.

BARCELOS, Eduardo. **O projeto minas rio e seus impactos socioambientais: olhares desde a perspectiva dos atingidos**. Relatório Preliminar. Minas Gerais – Rio de Janeiro, 2013.

BARAN, Paul. **A Economia Política do Desenvolvimento**. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1986.

BELLEZE, Gabriela. **Comunidades rurais tradicionais atingidas pelo projeto de mineração Minas-Rio: Afinal, desenvolvimento para quem?** Dissertação de mestrado, UNIFEI, Itajubá. 2017. Disponível em: <
<https://nucleotravessia.unifei.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/Gabriela-Belleze-DTECS.pdf>> Acesso em: 08 out. 2017.

BONAL, Philippe; MALUF, Renato Sérgio. **Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil**. In: CAZELLA, Ademir A; BONNAL, Philippe e MALUF, Renato S. (ORG). Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 71-110. Disponível em:
<http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/383236/mod_resource/content/1/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf> Acesso em: 31 mai. 2016.

BRASIL. **Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Institui normas para licitações e contratos da administração pública**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm> Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. **Lei 8.913/1994. Dispõe sobre a municipalização da merenda escolar**. Disponível em: <
http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%208.913-1994?OpenDocument> Acesso em: 20 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm> Acesso em: 12 mar. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm> Acesso em: 30 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Políticas de Alimentação Escolar**. Lorena Gonçalves Chaves e Rafaela Ribeiro de Brito – Brasília: Centro de Educação a

Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006. 88p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/12_pol_aliment_escol.pdf> Acesso em: 02 jun. 2016.

BRUNO, Regina. Desigualdade, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 24, n. 1, p. 142- 160, 2016. ISSN 1413-0580.

CAMARGO, Regina Aparecida de Leite; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da Silva. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**. v. 8, n. 2, 2013.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 8, abril 1997: 70-82. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8.htm>> Acesso em: 21 set. 2017.

CASTRO, Josué Apolônio. **Geografia da Fome**. Ed. Antares, 1983. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/seguranca_alimentar/documentos/art_fome.pdf> Acesso em: 28 out. 2016.

CASTRO, Terena Peres de; BOMBARDI, Larissa Mies. **PNAE: Potencialidades e limites para contribuição no processo de territorialização camponesa**. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/01/1A/11_Terena%20Castro.pdf> Acesso em: 19 set. 2017.

CHAYANOV, Alexander. **La organizacion de La unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974, 342 p.

CONAMA. Resolução nº 237 de dezembro de 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>> Acesso em: 28 jan. 2017.

CORRÊA, Rafaela da Silveira.; ROCKETT, Fernanda Camboim; ROCHA, Priscyla Bones; SILVA, Vanuska Lima da; OLIVEIRA, Viviani Ruffo. Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(2): 563-574, 2017.

DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil, 1965-1985**. São Paulo – INCONE/UNICAMP, 1985.

_____. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo Sept./Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300013> Acesso em: 30 mai. 2016.

_____. Relatório de Avaliação do PAA. Pesquisa de avaliação de concepção e implementação do Programa Aquisição de Alimentos – PAA. Projeto BRA

03/034. 2013. Disponível em: <
<https://xa.yimg.com/kq/.../2013+maio+avaliacao+PAA+Guilherme+Delgado.pdf>>
Acesso em: 20 jul. 2017.

DELGADO, Guilherme; BERGAMASCO, Sônia. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes; JOSÉ, Mariana Aranha Moreira; SANTOS, Carlos Alberto Moreira. Formar Pesquisadores Interdisciplinares. **Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano – UNITAU**, Taubaté/SP - Brasil, v. 9, n 1, edição 16, p. 62 - 69, Junho 2016. Disponível em:
<<http://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/276/185>> Acesso em: 28 nov. 2016.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar. Disponível em:
<http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf> Acesso em: 20 de jul. 2017.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP. Fontes de recursos. Disponível em: <<http://finep.gov.br/a-finep-externo/fontes-de-recurso/216-apoio-e-financiamento/tipos-de-apoio/o-que-sao>> Acesso em: 20 de set. 2017.

FUNDO NACIONAL DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Disponível em:
<goo.gl/1dXozy> Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. FUNDO NACIONAL DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE. Cartilha Nacional da Educação Escolar. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/116-alimentacao-escolar?download=9572:pnae-cartilha-2015>> Acesso em: 20 abr. 2016.

_____. Sobre o PNAE. Disponível em:
<<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>> Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <
<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>> Acesso em: 20 mar. 2018.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1974.

GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães; LIMA, Vico Mendes Pereira; SANTOS, Isaias Fernandes dos; CHIODI, Rafael Eduardo; LIMA, André Luiz Ribeiro; AYRES, Eduardo C. Barbosa. Hierarquias de Uso de Águas nas Estratégias de Convívio com o Semi-Árido em comunidade rurais do Alto Jequitinhonha. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 39, nº 1, jan-mar. 2008. 133 – 152.

GERMANI, Guiomar. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária Brasileira. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/questao_agraria.htm> Acesso em: 30 jan. 2018.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1983. 154 p.

GRISA, Cátia. **A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar**. Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 supl.1 Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600007> Acesso em: 01 jun. 2016.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza; SANTOS, Boaventura de Souza. **Impactos da Mineração na Região de Conceição do Mato Dentro**. Projeto Internacional de Pesquisa, Cidade e Alteridade. Belo Horizonte, 2013.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza; ZUCARELLI, Marcos Cristiano; PENIDO, Marina de Oliveira; PENNA, Vinícius Villela. **Impactos sociais, econômicos, ambientais e de trabalho degradante em Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim e Alvorada de Minas/MG. Relatório Final**. Programa Cidade e Alteridade. Belo Horizonte, 2015.

HARVEY, David. O “Novo” Imperialismo: Acumulação por Espoliação. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf> Acesso em: 20 fev. 2017.

HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. Editora Martins Fontes, S.P. 2ª Edição, Setembro de 2003.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>> Acesso em: 01 fev. 2017.

_____. **IBGE Cidades. Minas Gerais**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: julho de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (IBRAM). **Informações sobre a Economia Mineral Brasileira**. Edição, 2015. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00005836.pdf>> Acesso em: 05 nov. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. “Agricultura - Agricultura em família”. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 27 nov. 2016.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARQUES, Daniel Anilton Duarte. **Programa Estrada Real: Desafios e Perspectivas**. Disponível em: <<http://eg.fjp.mg.gov.br/index.php/editais/210-trabalhos-academicos-csap/trabalhos-academicos-csap-2002/2335-programa-estrada-real-desafios-e-perspectivas>> Acesso em: 08 out. 2017.

MARQUES, João Batista. A gestão pública moderna e a credibilidade nas políticas públicas. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília. 40 n. 158 abr./jun. 2003. p. 219 – 225. Disponível em: <http://ftp.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/a_gestao_politica_moderna_e_a_credibilidade_nas_politicas_publicas.pdf> Acesso em: 06 mai. 2016.

MARX, Karl. A Assim chamada acumulação primitiva. In: _____. **O capital - Crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. p. 339 – 394.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1 : o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 752 p.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Organizadores: Bruno Milanez e Cristiana Losekann – Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO – MTE. Lista de Transparência. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/12/listadetransparencia4.pdf>> Acesso em: 04 fev. 2017.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA. Plano Safra 2016-2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/05/brasil-rural-contara-com-credito-recorde-de-r-202-8-bi-no-plano-safra-2016-2017>> Acesso em: 20 jul. 2017.

NÚCLEO TRAVESSIA – Núcleo de Pesquisa, Extensão e Apoio a Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. **Levantamento das potencialidades da agricultura familiar e agroecológica das comunidades rurais atingidas pela mineração nos municípios de Conceição do Mato Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim**. Núcleo Travessia. 2016. (Relatório de pesquisa).

PAULA, Ana Paula de Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 201 p.

PEREIRA, Denise de Castro; BECKER, Luzia Costa; WILDHAGEN, Raquel Oliveira. Comunidades atingidas por mineração e violação dos direitos humanos: cenários em Conceição do Mato Dentro. **Revista Ética e Filosofia Política**, nº 16, vol. 1. Jun, 2013.

PEREIRA, Viviane Guimarães; BELLEZE, Gabriela; BATTISTON, Kalahan; PEREIRA, Samantha Borges ; PIMENTA, Carlos Alberto. **O potencial da agricultura familiar das comunidades rurais atingidas pela mineração nos municípios de Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro e Dom Joaquim: os entraves para o desenvolvimento rural em bases sustentáveis**. In: XVII Seminário sobre a economia mineira, 2016, Diamantina. Anais do XVII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2016. v. 1. p. 1592-1609.

PEREIRA, Viviane Guimarães. **Como a vida se refaz: os caminhos da reterritorialização de atingidos pela Barragem de Irapé do Alto Jequitinhonha**. Tese de Doutorado – Lavras: UFLA, 2012.

PRADO Jr., Caio. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira**. Editora Expressão Popular. São Paulo, SP. 2000.

PRADO Jr., Caio. **A Revolução Brasileira**. Editora Brasiliense, 1966. 234 p.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia** / Caio Prado Jr. ; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRATES, Clarissa Godinho. **Mineração em Conceição do Mato Dentro: “uma análise da Rede de Acompanhamento Socioambiental (REASA) como instância de ‘resolução’ de conflito”**. Anais do VII CBG. Vitória – ES, 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404146458_ARQUIVO_ArtigoCBGCMd.pdf> Acesso em: 01 fev. 2017.

REIS, Cristiane Souza. A função social da propriedade rural e o acesso à terra como respeito à dignidade da pessoa humana. **Revista Âmbito Jurídico**. 2011. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2912> Acesso em: 25 set. 2017.

RIBEIRO, Ana Lúcia de Paula; CERATTI, Silene; BROCH, Djulia Taís. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto – GEDECON**. Vol. 1, nº 01, 2013.

RIBEIRO, Eduardo M. **Para repensar a história e o desenvolvimento rural do Jequitinhonha**. In: RIBEIRO, Eduardo M. (coord). Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. **Estudos avançados**, vol.19 nº.53 São Paulo Jan./Apr. 2005. Disponível em: <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100024>
Acesso em: 20 jun. 2017.

RODRIGUES, Aloísia Hirata; ROCHA, Luiz Carlos Dias; RAIMUNDO, Rogério Robs Fanti; COELHO, Maria do Socorro Martinho; BRANT, Nathália Lopes Caldeira. **Manual de gestão do PNAE para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Aloísia Hirata Rodrigues (coordenadora). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2017. 94 p.

RODRIGUES, Rafael; SIQUEIRA, Halloysio Mechelli; BIANCARD, Caio César Soares; ANDRADE, Magda Aparecida Nogueira; VALENTE, Lucas Motte; PAULA, Lorenza Bandeira de Paula. A aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE no município de Alegre - ES. **Demetra**; 2017; 12(1); 91-112.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; GALINDO, Ernesto Pereira; OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino de; MOURA, Adriana Maria Magalhães de. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). SAMBUICHI, Regina Helena Rosa [et al.] (orgs.) **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014. 273 p.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: Includente, Sustentável e Sustentado**. Editora Garamond. Rio de Janeiro, 2004.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista Desenvolvimento Regional em Debate**, Universidade do Contestado - Brasil, v. 2, n 1, Julho 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215/284>> Acesso em: 15 ago. 2016.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; MILANEZ, Bruno. A RGP da Anglo American e Conflitos Socioambientais na Mineração de Ferro: valor, poder e enraizamento no Projeto Minas-Rio. In: Encontro da ANPOCS, 39º, 2015, Caxambu. **Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS**.

SCARPARO, Ana Luiza Sander; OLIVEIRA, Viviani Ruffo de; BITTENCOURT, Jaqueline Marcela Villafuerte; RUIZ, Eliziane Nicolodi Francescato; FERNANDES, Patrícia Fogaça; ZYS, Júlia Zanchetta; MOULIN, Cileide Cunha. Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2013, vol.18, n.4, pp.1001-1008.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.** vol.30 n.º.3 São Paulo July/Sept. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009> Acesso em: 26 nov. 2016.

SCHENEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. **Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas**. Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SILVA, Marcilei Bernardo; COSTA, Reinaldo Corrêa. **Exploração da bauxita e impactos no município de Juruti (PA)**. XI – Encontro Nacional da ANGEPE. Disponível em: < <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/3/80.pdf>> Acesso em: 03 jun. 2017.

SILVA, Denise Boito Pereira; BACCARIN, José Giacomo; ALEIXO, Sany Spínola; FILIPAK, Alexandra. **Os agentes sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): a percepção dos agricultores familiares**. Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas: aproximando agendas e agentes 23 a 25 de abril de 2013, UNESP, Araraquara (SP). Disponível em: < <http://javali.fcav.unesp.br/Home/departamentos/economiarural/josegiacomobaccarin1559/artigo-pdpp.pdf>> Acesso em: 13 set. 2017.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl.1, p. 205-222, 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600011. Acesso em 21 dez. 2017.

SOUZA, Jamerson Raniere Monteiro de. **A agricultura familiar e a problemática com o atravessador no município de Lagoa Seca-PB: Sítios Oití, Santo Antônio, Alvinho e Floriano**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

TEIXEIRA; Eliane de Oliveira Lima. **A Merenda Escolar e seus aspectos Políticos, Sociais e Nutricionais**. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade EJA. São Paulo, 2008. Disponível em: < http://www2.ifsp.edu.br/edu/eja/merenda_escolar.pdf> Acesso em: 14 abr. 2016.

TOLOI, Gabriela Gallucci.; MAZINI, Eduardo José. **Etapas da estruturação de um roteiro de entrevista e considerações encontradas durante a coleta dos dados**. VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL Londrina de 05 a 07 novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT14-2013/AT14-008.pdf>> Acesso em: 29 ago. 2016.

TÔRRES, Marina Abreu. **Histórias de água e minério: os efeitos do Projeto Minas-Rio em Água Quente, Conceição do Mato Dentro**. Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais. 2014. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/12/Monografia-Marina-Abreu-Efeitos-do-Projeto-Minas-Rio.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2017.

VIEIRA, Euripedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. A dialética da pós-modernidade: a sociedade em transformação. Disponível em: <
https://books.google.com.br/books?id=ro0FTEEewxgC&pg=PA172&lpg=PA172&dq=a+grande+riqueza+mineral+e+agr%C3%ADcola+de+v%C3%A1rios+pa%C3%ADses+da+Am%C3%A9rica+Latina&source=bl&ots=qy07YCNnX&sig=gwqP5MjwcsRViSRvZqIlt_wFT-c&hl=pt-PT&sa=X&ved=0ahUKEwjppJTKq-LWAhVJIZAKHcK-DJEQ6AEIJzAA#v=onepage&q=a%20grande%20riqueza%20mineral%20e%20agr%C3%ADcola%20de%20v%C3%A1rios%20pa%C3%ADses%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina&f=false> Acesso em: 20 jun. 2017.

VIEIRA, Larissa. **Ameaças e violações ao direito humano à água em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, Minas Gerais. (Dossiê Denúncia)**. Minas Gerais, 2017, 50 p. Disponível em: <
https://issuu.com/coletivomargaridaalves/docs/dossi_viola_odireito_gua>
Acesso em: 08 out. 2017.

WANDERLEY, Maria Nazaré. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural**. En publicacion: Una nueva ruralidad en América Latina. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4. Disponível em: <
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: 02 mar. 2017.

_____. **“Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social Dos pequenos agricultores familiares**. Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, 2017.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Sociologia Rural Questões Metodológicas Emergentes**. Presidente Venceslau, São Paulo, Editora: Letras a Margem, 2002, 256 p.

6. Anexos

Anexo 1: Roteiro de entrevista com a agricultura familiar

		
<u>PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLÓGICA NOS MUNICÍPIOS DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, ALVORADA DE MINAS E DOM JOAQUIM</u>		
Coordenação: DTecs-Unifei/Cáritas- Regional Minas Gerais		
<u>Questionário para agricultores</u>		
Objetivo: levantamento de informações sobre o perfil d@s agricultor@s com relação ao uso da terra e água, produção, beneficiamento, comercialização, organização e aspectos culturais.		
Entrevistadores:	Data:	
Entrevistad@:	Tem apelido:	
Comunidade:		
1- IDENTIFICAÇÃO/PERFIL FAMILIAR		
Quantas pessoas vivem atualmente na mesma casa que o sr@?		
A família possui outra fonte de renda além da produção? Qual?		
<input type="checkbox"/> Emprego assalariado	<input type="checkbox"/> Bar/comércio	<input type="checkbox"/> Arrendamento de terra
<input type="checkbox"/> Aposentadoria	<input type="checkbox"/> Bolsa Família	<input type="checkbox"/> Bolsa Escola
<input type="checkbox"/> Pensão	<input type="checkbox"/> Serviço temporário.	
Qual serviço?		

1.3 É utilizada na unidade familiar mão de obra contratada ou somente familiar?									
1.4 É feito mutirão na comunidade?									
1.5 Possui DAP (Declaração de Aptidão do Pronaf)?									
1.6 Se não, tem interesse em tirar a DAP?									
2- SISTEMAS DE PRODUÇÃO									
2.1 Uso da terra									
2.1.1 Área total do terreno:									
2.1.2 O terreno onde o sr@ trabalha é: () próprio () alugado () na meia () comunitário () cedido () outra forma de acesso à terra. Qual?									
2.1.3 O terreno possui área de reserva?									
2.1.4 O sr@ faz algum tipo de coleta/extrativismo? Do que?									
2.2 Uso da água									
2.2.1 De onde vem a água que a família consome?									
Origem	Qualidade			Uso				Propriedad e	
	Boa	Ruim	Razoável	Família	Criação	Lavoura	Agroindústria	Sim	Não
Mina									
Rio/córrego									
Poço/cisterna									
Reservatório de chuva									
Encanada (Copasa)									
Outro									
2.2.2 A comunidade tem problemas com a água? Qual o problema? Afeta a produção de alimentos ou outras atividades? A partir de quando isso começou a acontecer? Quem (ou o que) causou isso?									
2.2.3 Existe algum conflito na comunidade com relação à água?									
2.2.4 Como as nascentes na região estão protegidas?									
2.3 Cultivos									
2.3.1 Quais os produtos cultivados (lavouras, horta, pomar e quintal)?									
2.3.2 O sr@ guarda sementes antigas? Quais?									
2.3.3 O que é usado para preparar a terra para plantar: () trator () enxada () queima de palhada/capoeira () outro sistema:									
2.3.4 O que o sr@ usa na terra para plantar:									
() adubo comprado –obs:									
() esterco – obs:									
() semente comprada-obs:									
() semente fornecida (Emater, STR, prefeitura) obs:									
() semente própria – obs:									
2.3.5 Precisa usar algum produto químico ou remédio (veneno) para produzir? Qual produto (inseticida, fungicida, herbicida)?									
2.3.6 As suas plantações de hoje são as mesmas dos anos anteriores? Se não, por quê?									
2.3.7 De todos os produtos, o que é comercializado?									
2.3.8 O(a) sr@ participa da feira? Quais as dificuldades enfrentadas?									
2.3.9 O sr@ entrega/vende alguma produção para o PNAE (merenda escolar)? Quais as dificuldades enfrentadas?									
2.3.10 Qual a forma de transporte dos produtos? Existem dificuldades para o transporte?									
2.4 Produção animal									
2.4.1 Quais criações existem no terreno do(a) sr(a)?									
() Porco									
() Galinha									

<input type="checkbox"/> Abelha						
<input type="checkbox"/> Gado						
<input type="checkbox"/> Outros						
2.4.2 O que é comercializado?						
2.4.3 O que é usado para a criação animal? <input type="checkbox"/> vacina aftosa <input type="checkbox"/> vacina brucelose						
<input type="checkbox"/> vacina raiva <input type="checkbox"/> vermífugos <input type="checkbox"/> carrapaticidas <input type="checkbox"/> divisão de pastagens						
<input type="checkbox"/> outros						
2.4.4 As suas criações de hoje são as mesmas criações dos anos anteriores? Por quê?						
2.4.5 Qual a produção de leite (litros/dia)? No tempo da seca e no tempo das águas?						
2.5 Processamento						
2.5.1 Existe algum beneficiamento, processamento ou artesanato dos produtos na própria unidade de produção? (leite, farinha, rapadura, quitandas, etc.)						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Quais</th> <th>Destino</th> <th>Preço</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td> </td> <td> </td> <td> </td> </tr> </tbody> </table>	Quais	Destino	Preço			
Quais	Destino	Preço				
2.5.2 Qual a infraestrutura (maquinário, equipamentos) para o beneficiamento nas agroindústrias?						
2.5.3 Recebem orientação sobre normas sanitárias? Elas são difíceis de serem alcançadas? Por que?						
2.6 – Assistência/orientação técnica						
2.6.1 O sr@ já recebeu orientação/assistência técnica para produzir? De quem?						
<input type="checkbox"/> rádio <input type="checkbox"/> TV <input type="checkbox"/> vizinho <input type="checkbox"/> EMATER <input type="checkbox"/> IMA <input type="checkbox"/> universidade						
<input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Agricultura <input type="checkbox"/> empresas <input type="checkbox"/> SEBRAE <input type="checkbox"/> Internet						
Outros:						
2.6.2 O sr@ alguma vez já participou de algum curso de treinamento para:						
-melhorar a produção? De quem?						
-melhorar as vendas? De quem?						
-melhorar as associações? De quem?						
2.6.3 Algum órgão público (IEF, Polícia Ambiental, IBAMA, Prefeitura) já esteve em seu terreno? Por qual motivo (aplicação de multa, orientação de conservação ambiental)?						
2.6.4 Alguém da Anglo já esteve em seu terreno? Por qual motivo?						
2.6.5 A mineração mudou algo na sua vida/na comunidade?						
3- ORGANIZAÇÃO SOCIAL						
3.1 O sr@ faz parte de alguma associação?						
3.2 O sr@ é filiado ao sindicato?						
3.3 O sr@ participa ou já participou do CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável)? Por que?						
3.4 Como o sr@ percebe a participação dos jovens nos assuntos da comunidade?						
3.5 Existe alguma liderança ou grupo de jovens na comunidade						
3.6 Existe o interesse dos jovens em permanecer na comunidade quando chegam à fase adulta?						
Existem oportunidades para que este desenvolva uma atividade que lhe garanta seu sustento?						
Quais?						
3.7 Existem alguma escola na comunidade?						
4- ASPECTOS CULTURAIS						
4.1 Existem festas típicas e quermesses que ocorrem na comunidade? Em que épocas do ano elas acontecem?						
4.2 Existe algum grupo cultural na comunidade?						
4.3 Existe na comunidade algum artesão? E violero e/ou artista?						
4.4 Existe algum potencial para o turismo na comunidade? Qual?						
5. Qual o carro chefe da comunidade?						

Anexo 2 – Roteiro de entrevista com a Secretaria de Educação

	
<u>PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLÓGICA NOS MUNICÍPIOS DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, ALVORADA DE MINAS E DOM JOAQUIM</u>	
Coordenação: DTecS -Unifei/Cáritas- Regional Minas Gerais	
<u>Etapa 4 – PNAE: Questionário Secretaria de Educação</u>	
Objetivo: levantamento de informações sobre a gestão do Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE	
Entrevistador@:	
Entrevistad@:	
Município:	Cargo:
1 Gestão do programa	
1.1 No município existem quantas instituições públicas de ensino, dentre escolas de ensino fundamental, escolas de ensino médio, creches, Ensino de Jovens e Adultos (EJA)? _____	
1.2 O município se responsabiliza pela alimentação das escolas estaduais? ()Sim () Não	
1.3 O município está executando o PNAE? ()Sim () Não. <i>Se a resposta for não, pular para o ponto 1.17.</i>	
1.4 Qual a porcentagem da alimentação que está sendo adquirida por meio da agricultura familiar? _____	
1.5 Qual setor é responsável pela execução do programa no município?	

1.6 Já foram realizados cursos e/ou capacitações para gestão/execução do PNAE? Quem realizou? Para qual público?
1.7 Por que existem no município agricultores que ainda não acessaram esses programas?
1.8 Existe o CAE (Conselho de Alimentação Escolar) no município? () Sim () Não. Quem são seus representantes?
1.9 Quem são os responsáveis pela elaboração das chamadas públicas das escolas para o PNAE? Como é feita a divulgação?
1.10 Como é estabelecido o valor pago por cada produto descrito na chamada?
1.11 Quem são os responsáveis pela seleção dos inscritos nas chamadas do PNAE?
1.12 Já houve atraso na liberação de verba destinada à aquisição de alimentos no PNAE?
1.13 Agricultores já ficaram sem receber pelos produtos entregues por algum motivo?
1.14 A secretaria da educação interage com quais órgãos/secretarias para a execução do PNAE? (exemplo: secretaria de estado, secretaria municipal de Agricultura, Emater, etc.)
1.15 Como é realizado o repasse do recurso pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)? (primeiro Secretarias Estaduais, depois município e depois para as escolas)
Quais são os entraves encontrados para execução destes programas?
1.16 Caso não esteja sendo executado, como é justificado ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)?
1.17 Qual é o destino do recurso, caso o PNAE não esteja sendo executado?
2 Alimentação Escolar e Segurança Alimentar
2.1 Existe um nutricionista responsável por montar o cardápio de todas as escolas? Caso não exista quem elabora o cardápio? É um nutricionista por escola ou um para geral?
2.2 A Secretaria da Educação realiza um planejamento anual/mensal/semanal da alimentação de cada escola? () Sim () Não. Se não, por quê?
2.3 Quais os produtos mais presentes nas chamadas (que aparece nas chamadas de todas as escolas)?

2.4	O cardápio quando elaborado é levando em consideração os períodos de colheita de cada alimento e o que é produzido na região?

Anexo 3: Roteiro de entrevista com a EMATER

 	
<u>PROGRAMA DE APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLÓGICA NOS MUNICÍPIOS DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, ALVORADA DE MINAS E DOM JOAQUIM</u>	
Coordenação: DTecS -Unifei/Cáritas- Regional Minas Gerais	
<u>Etapa 4 – PNAE: Questionário para Emater</u>	
Objetivo: levantamento de informações sobre a gestão do Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE	
Entrevistador@:	
Entrevistad@:	
Município:	Cargo:
1 DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf)	
1.1 Qual o número de agricultores do município possuem DAP?	
1.2 Quais os procedimentos para a retirada da DAP? Quem são os responsáveis por fazer?	
1.3 Qual é a forma utilizada para instruir os agricultores sobre a existência e os procedimentos para retirada da DAP?	
1.4 Quais são os entraves para os agricultores conseguirem tirar a DAP?	
1.5 Qual o número de agricultores que já tiveram acesso ao PRONAF no município?	
1.6 Como é a participação dos agricultores no PAA (Programa de Aquisição de	

Alimentos)?
2 PNAE
2.1 Já foram realizados cursos e/ou capacitações para gestão/execução do PNAE? Quantos? Quando? Para quem? Se para os agricultores, quantas famílias participaram?
2.2 Como é feita a divulgação do PNAE entre os agricultores familiares do município?
2.3 Como a EMATER contribui na divulgação do PNAE?
2.4 Quantas famílias acessam o PNAE no município? Esse número já foi menor ou maior? Por que?
2.5 Como acontece o acesso dos agricultores ao PNAE no município? De qual forma?
2.6 Por que existem no município agricultores que ainda não acessaram esses programas?
2.7 Como a EMATER contribui na execução do PNAE?
2.8 Quais são os produtos vendidos (in natura ou agroindustriais) por meio dos programas?
2.9 Quais produtos poderiam ser vendidos e que ainda não são?
2.10 Os agricultores familiares que participam do PNAE também participam de outra política pública rural? Quais?
2.11 O que poderia ser feito, na sua opinião, para melhorar a execução desse programa?

Anexo 4: Roteiro de entrevistas com as famílias que participam do PNAE

POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL: ENTRAVES E POSSIBILIDADES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM REGIÃO ATINGIDA PELA MINERAÇÃO

Orientação: Viviane Pereira e Adriano Santos

Questionário – Agricultura Familiar

Objetivo: saber o que mudou na vida das famílias depois que começaram a participar do PNAE, conhecer a percepção que elas têm sobre o programa, pontos positivos e negativos.

Entrevistadora:

Data:

Entrevistado:

Município:

Observações:
1. Agricultura Familiar e o PNAE
1.1. Já participou do PNAE? Há quanto tempo, quantas chamadas públicas?
1.2. Como começou a participar, quem falou que existia o programa, como ficou sabendo?

1.3. Existem dificuldades para acessar o PNAE? Quais seriam? Em sua opinião, por que elas existem?
1.4. Já teve algum ano que tentou participar e não conseguiu? Se sim, por quê?
1.5. Geralmente quais são os alimentos que entrega? Sempre são os mesmos? Eles passam por algum tipo de processamento/beneficiamento?
1.6. Quais os motivos que levaram a família a participar do programa?
1.7. Mudou alguma coisa depois que começaram a participar do PNAE? Se sim, o que mudou (no trabalho, na vida social, no rendimento, na agricultura, no consumo, etc.)?
1.8. O que acha do PNAE? Pontos positivos e pontos negativos?
1.9. O que poderia ser melhorado?
1.10. Como era a vida na agricultura/lavoura/produção antes do PNAE?
1.11. O PNAE é importante para os agricultores familiares da região?
1.12. Para participar do PNAE a família precisa de ajuda, auxílio, acompanhamento? Quem são as pessoas que dão esse suporte, onde elas trabalham?
1.13. A mineração afetou de alguma forma sua produção, da sua família e de seus vizinhos?
1.14. O que usa na produção dos alimentos que vai para merenda escolar? Algum veneno/remédio (agrotóxicos), adubos (químicos e/ou orgânicos)?

Anexo 5: Oficina Intercomunitária em Alvorada de Minas



Dia:
04/09

Local:
Galpão Cultural
(Igreja do Rosário)

OFICINA INTERCOMUNITÁRIA DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ALVORADA DE MINAS



PROGRAMAÇÃO

- 8:30 – Acolhimento e café da manhã
- 9:00 – Mística e espiritualidade
- 9:30 – Desenvolvimento Local e estratégias de comercialização para a Agricultura Familiar
- 10:30 – Diagnóstico da comercialização em Alvorada de Minas
- 12:00 – Almoço
- 13:00 – PNAE municipal: chamada pública, organização e funcionamento
- 16:00 – Encaminhamentos
- 16:30 – Encerramento e avaliação

CONTATOS

Geovane - (31) 9 8219-4490
Heitor - (31) 9 8219-3216
Luciana - (31) 9 8218-3632



